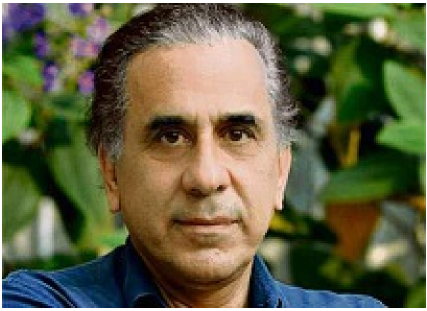
Conhecimento
Parceiros da Educação, de Jair Ribeiro, quer ajudar a transformar o ensino público de SP no melhor da AL B2



Investigação
PF vai abrir inquérito para apurar eventuais irregularidades no leilão de arroz do governo federal B8



Vinhos de Portugal
Evento, que começa hoje em São Paulo, reunirá 95 produtores de diferentes regiões B6

Quinta-feira, 13 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6021 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Dólar vai a R$ 5,40 após fala de Lula sobre fiscal e percepção de Haddad mais isolado

Conjuntura Avaliação de que contas públicas se deterioram faz juros futuros dispararem; Ibovespa fica abaixo dos 120 mil pontos, ao fechar em queda de 1,4%

Do Rio e de São Paulo

Os ativos domésticos tiveram mais um dia negativo com uma nova rodada de piora na percepção de risco fiscal no Brasil. Declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que apontaram para queda dos juros — algo sobre o qual não tem controle — e aumento da arrecadação, sem mencionar redução de gastos, azedaram um mercado já estressado. O dólar teve alta de 0,86%, negociado a R$ 5,4066, maior nível desde 4 de janeiro de 2023. Ao longo do dia, chegou a ultrapassar R$ 5,42. Os juros futuros voltaram a disparar. A deterioração do cenário levou o mercado a embutir nas taxas futuras uma retomada agressiva de elevações na Selic até o fim do ano. Já o Ibovespa ficou abaixo dos 120 mil pontos, ao cair 1,40%, para encerrar o pregão a 119.936 pontos.

Em declarações dadas no FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos para debater oportunidades de investimento capazes de propiciar crescimento sustentável aos países, Lula afirmou que seu governo está "arrumando a casa" e colocando as contas públicas em ordem. "O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público", disse.

As afirmações intensificaram a leitura de que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) perdeu força. Para analistas, essa avaliação se acentuou após a devolução da medida provisória (MP) que limitava créditos de PIS/Cofins. A medida que previa aumento de arrecadação foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "Vimos o presidente falando que o país vai crescer e que, com isso, haverá mais arrecadação e, portanto, não será necessário cortar gastos. É o contrário do que se esperava", disse Luis Garcia, da SulAmérica Investimentos.

A indicação de que o Fed vai fazer só uma redução de juro neste ano tornou o quadro mais nublado. Mas o desempenho dos ativos locais contrasta com os mercados globais. A inflação abaixo do esperado nos EUA deixou a decisão do Fed em segundo plano. As ações americanas subiram, enquanto dólar e juros dos títulos dos EUA caíram. "Precisamos fazer algum dever de casa e remar na direção correta para voltar a desempenhar em linha com os mercados globais", disse Luiz Eduardo Portella, da Novus Capital. **Páginas A13 e C1**

• **Petróleo** Lula diz que é questão de tempo exploração de Margem Equatorial **Pág. A13**

Fed decide manter a taxa de juros

Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Roberta Costa e Eduardo Magossi
De São Paulo

O Federal Reserve (Fed) manteve os juros inalterados e sinalizou que deve haver apenas um corte de 0,25 ponto percentual em 2024. No maior patamar em 23 anos, as taxas referenciais dos EUA estão na faixa de 5,25% a 5,5% anuais. Segundo o comunicado do Fed, a decisão pela manutenção dos juros pela sétima vez consecutiva se deu porque a atividade econômica continua em expansão e o mercado de trabalho segue aquecido, com baixo desemprego. "Se a economia continuar sólida e a inflação persistir, estaremos preparados para manter os juros onde estão pelo tempo que for necessário", disse o presidente da autoridade monetária, Jerome Powell. **Página C2**

Brasil e Arábia Saudita focam investimento

Do Rio

Em um cenário de piora da percepção de risco no Brasil, autoridades do governo federal e lideranças empresariais aproveitaram a abertura do FII Priority Summit, encontro promovido pela Arábia Saudita que começou na terça-feira e termina hoje no Rio, para dar ênfase à agenda de investimentos no país. Uma das principais oportunidades na relação bilateral refere-se ao Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF), que tem portfólio de cerca de US$ 1 trilhão em investimentos.

O governador do PIF, Yasir Al-Rumayyan, afirmou que o país tem interesse em ampliar investimentos em áreas estratégicas no Brasil. **Página A12**

Recuperação



DIVULGAÇÃO

A Embraer tem ganhado crescente fôlego nos últimos tempos, com suas entregas de avião cada vez mais próximas do período pré-pandêmico no segmento comercial. "Um bom indicador de onde estamos é a carteira de pedidos de US$ 21,1 bilhões, a maior em sete anos", disse o presidente da companhia, Arjan Meijer, ao repórter Cristian Favaro. Segundo o executivo, o grupo conseguiu dar uma virada depois dos momentos mais difíceis enfrentados nos últimos anos. A ação da empresa, hoje na casa dos R$ 40, acumula alta de mais de 100% em 12 meses. No pregão de ontem, alcançou valor de mercado recorde de R$ 29,6 bilhões. Pág. B3

Tebet defende revisão das vinculações

Jéssica Sant'Ana e Anaïs Fernandes
De Brasília e São Paulo

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, defendeu a revisão das vinculações orçamentárias, mas descartou alteração no reajuste de aposentadorias da política de valorização do salário mínimo. "Não passa pela cabeça do presidente Lula, nem da equipe econômica." Para ela, o que se deve é discutir a "modernização" da vinculação de outros benefícios previdenciários e das políticas de seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para Carlos Kawall, da Oriz Partners, o tema é inevitável de ser equacionado. "Está claro que a barra para subir adicionalmente as receitas é cada vez mais alta." **Página A6**

STF define que FGTS deve render ao menos a inflação

Beatriz Olivon e Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu alterar a forma de cálculo da correção dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ficou decidido que a remuneração do FGTS deverá garantir ao menos a inflação medida pelo IPCA. A fórmula de correção atual é de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial, que está quase zerada). O uso da inflação como corretor segue solicitação feita pela União à Corte, a partir de acordo firmado entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e centrais sindicais. **Página E1**

Suzano compra uma fatia da austríaca Lenzing

Stella Fontes
De São Paulo

A Suzano, maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, acertou a compra de 15% da austríaca Lenzing, que produz celulose solúvel ("dissolving pulp") e tecidos, marcando sua estreia efetiva nessa indústria. O acordo prevê o pagamento de € 229,9 milhões no fechamento do negócio, esperado para o último trimestre do ano, após as aprovações necessárias. A Suzano usará recursos próprios. "A Suzano sempre acreditou nessa vertical, mas ainda não tinha presença", disse o diretor de finanças, relações com investidores e jurídico da companhia, Marcelo Bacci. **Página B1**

Indicadores

Ibovespa	12/jun/24	-1,40 % R$ 58,6 bi
Selic (meta)	12/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	12/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	12/jun/24	5,3885/5,3891
Dólar comercial (mercado)	12/jun/24	5,4060/5,4066
Dólar turismo (mercado)	12/jun/24	5,4092/5,5892
Euro comercial (BC)	12/jun/24	5,8411/5,8439
Euro comercial (mercado)	12/jun/24	5,8416/5,8422
Euro turismo (mercado)	12/jun/24	5,8875/6,0675



Destaque

PF indicia ministro das Comunicações
A Polícia Federal (PF) decidiu indiciar o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União), por organização criminosa e corrupção passiva em um inquérito que apura suspeitas de desvio de emendas parlamentares direcionadas à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). As irregularidades aconteceram em obras de pavimentação de ruas de Vitorino Freire, no interior do Maranhão, enquanto Juscelino ocupava mandato de deputado federal. **A15**



13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H** ESGOTADA
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**



14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**





15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

INÊS 249

Conjuntura Aquecimento do setor deve refrear redução do juro pelo BC, ao mesmo tempo que tragédia no RS tende a trazer impacto negativo

Serviços crescem 0,5% em abril, mas deixam riscos no horizonte

Rafael Vazquez e Alessandra Saraiva
De São Paulo e Rio

O volume de serviços prestados no país subiu 0,5% em abril ante março, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgados ontem pelo IBGE. O resultado veio acima da alta de 0,3% apontada pelo Valor Data a partir da mediana das projeções coletadas com economista do mercado. Segundo analistas, o resultado é bom pela perspectiva da atividade econômica, principalmente porque nos meses seguintes é provável que o levantamento mostre impacto negativo da tragédia no Rio Grande do Sul. Por outro lado, gera a preocupação de que o Banco Central interrompa o ciclo atual de corte de juros no Brasil.

Na comparação com abril de 2023, o indicador teve alta de 5,6%. Já o acumulado no primeiro quadrimestre de 2024 é de crescimento de 2,3%, o que de acordo com os economistas ouvidos pelo **Valor** mostra um setor ainda aquecido.

No resultado acumulado em 12 meses até abril, houve aumento de 1,6%, indicando uma aceleração em relação ao número de 1,4% registrado em março. Esse trajeto em 12 meses é o que é mais observado, pois o Banco Central tem acompanhado de perto a performance de serviços e sinais de que a desaceleração na inflação do setor pode ser revertida geram a possibilidade de afetar a política monetária.

"Com exceção da indústria, os dados de atividade têm vindo fortes. É uma PMS que conversa com o contexto de estímulo fiscal, inadimplência em queda, o [programa] Desenrole, melhorias nas condições financeiras e aumento da renda por conta do mercado de trabalho aquecido", comenta a economista Helena Veronese, da B.Side Investimentos. "Dado que a discussão do momento é juros, junto com o IPCA desta semana, é uma PMS que, na minha leitura, dá uma consolidada no fim do ciclo de queda juros", acrescenta.

Veronese pontuou que, se o Federal Reserve, o banco central dos EUA, tivesse reduzido a taxa de juros na reunião de ontem, a aposta seria pela continuidade dos cortes da Selic no Brasil. Porém, como os juros americanos foram mantidos no mesmo patamar, entre 5,25% e 5,50% (*ver página C2*), ela agora acredita que o BC brasileiro interromperá o ciclo de cortes em 10,50% e voltará a cortar 0,25 ponto percentual (p.p.) ou 0,5 ponto percentual. somente quando o Fed fizer um corte nos EUA.

"Eu achava que teria mais corte de juros no Brasil. Mas veio o IPCA e agora com essa PMS estou bem desconfiada de que não vai ter corte de juros até que o Fed comece a cortar a taxa americana", diz Veronese.


CELSO DONI/VALOR

"Setor inicia o segundo trimestre com bom desempenho" *Luis Otávio Leal*

A economista pondera que a próxima leitura da PMS muito provavelmente será pressionada para baixo devido à tragédia no Rio Grande do Sul, mas ela indica que depois deve haver um reaquecimento em meio ao processo de reconstrução do Estado, o que é outro ponto de alerta para o Banco Central.

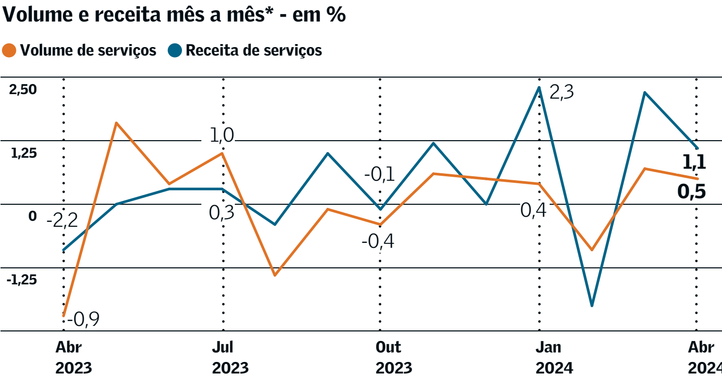
Na leitura de abril, três das cinco atividades acompanhadas pelo IBGE tiveram alta em relação a março. Os crescimentos vieram de transportes (1,7%) e "outros serviços" (5,0%), ambos crescendo pelo segundo mês consecutivo, além de informação e comunicação (0,4%), que atingiu maior patamar da série histórica. Em contrapartida, caíram serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%) e prestados às famílias (-1,8%), ambos após registrarem alta em março.

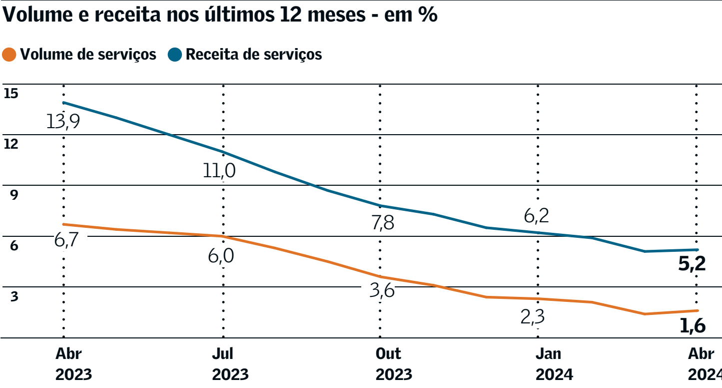
"Após um primeiro trimestre positivo, com crescimento de 0,6% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o setor de serviços também inicia o segundo trimestre de 2024 com um bom desempenho", comenta o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal. "De todo modo, o cenário para os próximos dois meses é mais incerto. Como o desastre ambiental que atingiu o Rio Grande do Sul ocorreu na passagem de abril para maio, a pesquisa do IBGE de abril não foi impactada pelo evento. Dito isso, os dados de maio e junho devem, provavelmente, apresentar algum reflexo negativo do desastre", acrescentou.

Conforme pontua Leal, o número positivo em abril marcou a segunda expansão na margem para o setor, considerando o crescimento de 0,7% verificado em março (revisado para cima de 0,4% anteriormente). "Nos primeiros quatro meses de 2024, na comparação com a mesma janela do ano anterior, a receita real do setor de serviços na apresenta expansão de 2,3%", observa.

Na visão de Gabriel Couto, economista do Santander, no geral, o resultado do setor foi positivo, mas há riscos a serem monitorados. "Embora a maioria dos segmentos tenha registado aumentos, os serviços às famílias caíram, o que poderá constituir um risco para o consumo das famílias no futuro. Em nossa visão, o resultado reforça a perspectiva de desaceleração do PIB no segundo trimestre, especialmente considerando o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, que deverá ser refletido nos resultados de maio", afirma.

Surpresa
Serviços têm desempenho melhor que o esperado antes do impacto do RS





Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. * Obs.: com ajuste sazonal

Varejo tem terceiro mês de queda, aponta indicador

Rafael Rosas
Do Rio

O Índice de Atividade Econômica Stone Varejo mostrou queda de 0,3% do volume de vendas em maio frente ao mês anterior. Foi o terceiro recuo seguido do indicador o que mostra um viés de baixa mais claro para o setor. Entre os seis segmentos que compõe o indicador, apenas hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou alta ao avançar 5,6% frente ao mês anterior.

Para o pesquisador econômico e cientista de dados da Stone, responsável pelo levantamento, Matheus Calvelli, o Rio Grande do Sul explica grande parte da variação positiva do setor, uma vez que as vendas deste grupo tiveram forte recuperação no Estado depois das fortes chuvas. Além da necessidade de consumir produtos de primeira necessidade perdidos com as enchentes, os gaúchos também fizeram estoques, uma vez que não se sabiam se o Estado voltaria a sofrer com as chuvas.

"Não é só o que você deixou de consumir. É também a população estocando para se preparar caso voltasse a acontecer alguma coisa", diz Calvelli ao **Valor**.

Ele destaca que o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos também teve bom desempenho no Rio Grande do Sul, apesar de ter recuado no país como um todo. Segundo ele, em um determinado momento do mês passado, o volume de vendas desses dois segmentos no Estado chegou a avançar 30% acima da média histórica para maio, num claro movimento de recomposição de estoques de produtos de primeira necessidade.

O especialista alerta que a queda de 1,1% no volume de vendas do varejo gaúcho em maio em relação a igual período do ano passado faz parecer que o setor não está tão ruim devido à tragédia das chuvas. "Isso não é verdade", diz, lembrando que o desempenho acima da média de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos mascarou as quedas pronunciadas dos demais segmentos.

Outros nove Estados tiveram quedas no volume de vendas frente a igual mês do ano passado. Os maiores recuos foram de Rondônia (-12,2%), Alagoas (-4,9%), Amapá (-4,2%), Espírito Santo (-2%) e Tocantins (-1,8%). Dezesseis Estados registraram alta nesta comparação, com destaque para Maranhão (5,8%), Amazonas (5,0%), Mato Grosso do Sul (4,8%), Pará (4,7%), Roraima (4,3%), Piauí (3,6%) e Goiás (2,5%).

0,3%
foi a queda do indicador

No índice como um todo, e na comparação com abril, material de construção caiu 6,2%, enquanto os artigos farmacêuticos recuaram 4,3%, os móveis e eletrodomésticos retrocederam 2,2%, os tecidos, vestuários e calçados caíram 1,9% e livros, jornais, revistas e papelaria recuaram 1,5%.

Para Calvelli, o resultado nacional mostra um esfriamento do varejo no segundo trimestre. "Diante desses resultados, sobretudo no comparativo mensal, o viés de baixa se torna mais claro no nosso relatório, com o terceiro mês consecutivo de pequenas quedas. Mesmo assim, quando olhamos para o cenário regional e segmentado, com resultados oscilando entre altas e baixas nos últimos meses, há maior incerteza nesta trajetória. Portanto, o panorama geral segue sem tendência clara", diz o especialista.

O Índice de Atividade Econômica Stone Varejo é uma iniciativa da Stone, empresa de tecnologia e serviços financeiros, com o Instituto Propague. O indicador tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (Fed, BC dos EUA), que idealizou um modelo de indicador econômico similar nos EUA. São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

Um Só Planeta estreia podcast sobre adaptação climática

De São Paulo

A tragédia climática que atinge o Rio Grande do Sul, que causou mais de 170 mortes e afetou quase 2,4 milhões de pessoas em 475 municípios, deixando mais de 580 mil desalojados, chama atenção para a necessidade de reforço no orçamento e nas políticas públicas voltadas para a prevenção e a recuperação de desastres. Mas trabalhar para prevenir esses problemas, como se sabe, é o maior desafio. À medida que a crise climática fica mais intensa e visível, é cada vez mais urgente que as cidades e comunidades se adaptem a essa realidade. E isso não significa olhar apenas para o retrovisor.

É justamente sobre o tema da adaptação climática que o Um Só Planeta estreia, nesta quinta-feira (13), uma temporada inédita de seu podcast *Entre no Clima* com sete episódios focados em soluções para a construção de resiliência urbana.

As conversas vão tratar dos principais desafios das cidades brasileiras, tais como prevenção de enchentes e deslizamentos, aumento das temperaturas, riscos de escassez hídrica e energética, poluição e saúde pública e aumento do nível do mar, entre outros assuntos. O objetivo, porém, não é apenas apontar os problemas, mas, principalmente, inspirar a mudança com soluções já testadas e aplicáveis às cidades.

O primeiro episódio, que estreia nesta quinta, tem como tema "Desafios e soluções de adaptação climática nas cidades brasileiras" e conta com Inamara Melo, coordenadora-geral de Adaptação na Secretaria Nacional de Mudança do Clima, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, como convidada. A pasta, liderada pela ministra Marina Silva, está sob pressão para preparar um programa mais robusto para emergências climáticas. Na entrevista, ela explica as atribuições da pasta, comenta avanços e retrocessos na política ambiental brasileira e aponta caminhos para melhorar a prevenção aos efeitos da crise do clima no país.

Nos episódios seguintes, haverá ainda entrevistas com os especialistas Henrique Evers, gerente de Desenvolvimento Urbano do WRI Brasil; Luiz César de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das Metrópoles e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ; Samuel Barreto, gerente nacional de Água da TNC Brasil, Evangelina Araújo Vormittag, médica idealizadora e diretora do Instituto Ar e uma das idealizadoras da iniciativa Médicos pelo Ar Limpo; Suzana Kahn, engenheira e presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas; e Alexander Turra, professor titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP) e coordenador da Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano. Serão apresentados projetos de ONGs, startups, iniciativas do setor público e privado.

Os episódios vão ao ar às quintas-feiras a partir deste dia 13 de junho. Os interessados podem ouvir o programa Entre no Clima no site Um Só Planeta ou no Spotify.

O Um Só Planeta, projeto da Editora Globo, publica diariamente reportagens sobre soluções para a emergência climática mundial.

Desde 2021, o Um Só Planeta já produziu mais de 130 episódios distribuídos entre os podcasts "Entre no Clima" e"VidasemCarne".

https://umsoplaneta.globo.com/podcast/

valor.com.br
Nelson Niero excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Contas públicas Medida teria como objetivo conter o avanço das despesas públicas, reduzir a pressão sobre gastos discricionários e cumprir as regra do arcabouço fiscal

Governo pode rever vinculação de benefícios ao mínimo, afirma Tebet

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou ontem a parlamentares que se discute no governo a possibilidade de rever a vinculação da política de valorização do salário mínimo de alguns benefícios, como abono salarial, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), como forma de conter o avanço das despesas públicas e diminuir a pressão sobre gastos discricionários (não obrigatórios) no Orçamento. Ela descartou, no entanto, desvincular o reajuste das aposentadorias da regra do piso nacional: "Não passa pela cabeça do presidente Lula, nem da equipe econômica".

Tebet participou nesta quarta-feia, 12, de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, em meio à desconfiança do mercado sobre a política fiscal do governo e da cobrança para que a equipe econômica avance com a agenda de corte de gastos. Uma ação nesse sentido é considerada importante para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal.

A discussão ocorre enquanto o governo lida com outro problema na área fiscal, este de curto prazo: a compensação da desoneração da folha salarial de 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios. Após a devolução da medida provisória (MP) do PIS/Cofins pelo Congresso, originalmente editada para cobrir os valores, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar alternativas de aumento de receita ao presidente Lula.

Tebet também aproveitou a audiência para dar um recado ao mercado. Disse que o governo está mirando o déficit zero este ano, e não a banda de tolerância inferior que permite rombo de até R$ 28 bilhões. "Não estamos trabalhando em cima da banda, nem para cima nem para baixo. Nossa meta é zero e estamos trabalhando nela."

Questionada sobre os planos para a vinculação de benefícios, a ministra afirmou que sua equipe tem trabalhado em proposta de "modernização" das vinculações desses benefícios, sem especificar qual seria essa mudança.

A ministra comentou que não poderia adiantar qual seria essa proposta, porque ainda não há decisão política tomada. Essa decisão será tomada pela Junta de Execução Orçamenta (JEO) do governo federal, formada pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, frisou Tebet.

"[Estamos olhando] como está o BPC, como está o abono salarial, como está o seguro-desemprego, como é que estão essas políticas públicas para modernizar, para aperfeiçoar. Essa é uma discussão que está sendo feita internamente. Não há nenhuma decisão política. Meu papel é apresentar números", afirmou.


BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Simone Tebet: "Não estamos trabalhando em cima da banda, nem para cima nem para baixo. Nossa meta é zero"

Ela disse que não há como negar o impacto da vinculação dos benefícios à política de valorização do salário mínimo. Citou um custo de R$ 1,3 trilhão nos próximos dez anos, sendo pouco mais de R$ 1 trilhão relacionado somente aos benefícios previdenciários. "Precisamos discutir a desvinculação de benefícios. (...) Estamos avaliando de uma modernização dessas vinculações, mas não posso anunciar aqui, porque isso está em estudo."

> Contas serão apresentadas e levadas para discussão interna do governo

Sobre a questão das aposentadorias, Tebet disse que seria um "equívoco" desvincular da política de valorização do salário mínimo, porque seria "tirar com uma mão e dar com a outra", ao diminuir o poder de compra dos aposentados e ter que repor com algum auxílio. Mas ela disse que todos os números serão apresentados e levados para decisão política do governo. "Vamos apresentar diagnóstico em relação a todas as vinculações", garantiu.

Ela também sinalizou, após a audiência, que a questão das vinculações deve ser enfrentada para os orçamentos de 2026 ou 2027.

Durante a audiência, a ministra mostrou números para comprovar o tamanho da compressão das despesas discricionárias do Orçamento, caso mantidas as vinculações dos benefícios ao mínimo e dos pisos de saúde e educação à receita. Sobraria apenas R$ 45,4 bilhões para as chamadas despesas discricionárias livres em 2027 e R$ 11,8 bilhões em 2028, o que, conforme já mostrou o **Valor**, paralisaria a máquina pública.

Ver também página C1

Com alerta sobre renúncias, TCU aprova contas do 1º ano de Lula

Guilherme Pimenta
De Brasília

Com alerta para o aumento das renúncias fiscais, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu ontem parecer prévio favorável, com ressalvas, às contas do primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os ministros da corte, por unanimidade, acompanharam o voto do ministro Vital do Rêgo pela aprovação com observações.

Com a análise do TCU, as contas de governo seguem para a deliberação final do Congresso Nacional. Tem sido praxe do tribunal aprovar as contas de governo com ressalvas, sendo que a última gestão que conseguiu obter um aval para aprovação sem ressalvas foi Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Dilma Rousseff, por sua vez, foi a única a ter contas rejeitadas: 2014 e 2015.

O parecer prévio apresentado hoje referente à gestão de 2023 do governo aponta para a necessidade de o governo e o Congresso reduzirem as renúncias fiscais, também chamadas de gasto tributário, que estão no alvo do Ministério da Fazenda desde o início do ano passado. Mais recentemente, no entanto, a pasta tem sofrido derrotas nesse sentido no Congresso, como a devolução de trechos da medida provisória do PIS/Cofins nesta semana.

Além de apontarem para uma alta dos gastos tributários, é relacionado a este tema que consta a única irregularidade no parecer das contas: a criação de renúncias fiscais sem observância de medidas compensatórias, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Também foi constatado do descumprimento do dispositivo constitucional que exige estimativa de impacto em medida que diminua receitas.

Em 2023, segundo o balanço apresentado pelo TCU, foram instituídas novas 32 desonerações tributárias, com impacto negativo de R$ 68 bilhões na arrecadação. No final do exercício, o volume de gastos tributários chegou a R$ 519 bilhões, acréscimo anual de 8%. Assim, o tribunal sugeriu que o Congresso e o Executivo coloquem freio nessas concessões, que representaram 4,78% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, segundo a corte.

"A multiplicação dos benefícios fiscais se tornou um desafio, diante da dificuldade de aferição dos seus resultados, da constante condição deficitária do Orçamento da União e do nosso crescente endividamento", afirmou o ministro-relator em seu voto.

Com os mesmos R$ 519 bilhões em renúncia de receita, apontou o TCU, "seria possível neutralizar a expansão da dívida pública federal ocorrida em 2023, ou ampliar mais de três vezes o programa Bolsa Família, ou ainda cobrir com folga o déficit de todos os sistemas previdenciários do ano passado".

O TCU também sugeriu a adoção de um limite prudencial para os gastos tributários, que seria baseado em percentual do montante das renúncias sobre a previsão de arrecadação de receitas tributárias, consignada no Orçamento, na intenção de cumprir o dispositivo constitucional de redução das renúncias fiscais em até 2% do PIB em 2029.

"Assim, Poder Executivo e Congresso Nacional podem juntar esforços para definir uma desaceleração desses benefícios, tendo como parâmetro a arrecadação de receitas tributárias", sugeriu o ministro Vital do Rêgo.

Ainda no âmbito das renúncias, o relator citou que na lista das maiores empresas beneficiadas está a Petrobras, que tem R$ 29 bilhões em benefícios tributários.

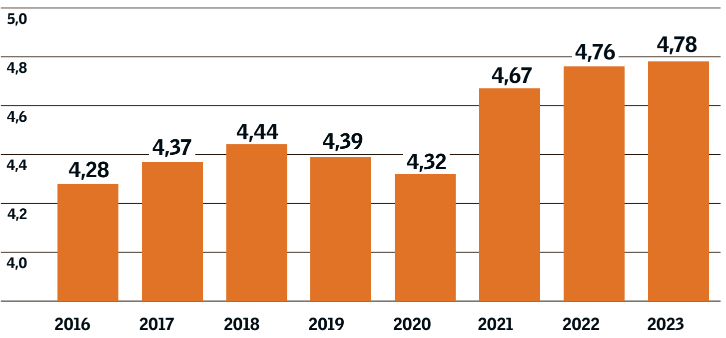
"É um caso digno de nota", criticou o ministro. "A Petrobras é a maior companhia brasileira, registrou R$ 125 bilhões de lucro em 2023. A estatal distribuiu, no ano, R$ 98 bilhões em dividendos aos acionistas, a maior parte deles sendo investidores privados, considerando o total de ações ordinárias e preferenciais", escreveu em seu voto.

Segundo ele, é "no mínimo de se questionar até que ponto existe legitimidade nesse modelo que, no fim das contas, acaba por transferir uma fração de recursos públicos, obtidos mediante renúncias fiscais, ao patrimônio de particulares". Procurada, a empresa não se manifestou.

Os auditores do tribunal também jogaram luz no déficit previdenciário de R$ 428 bilhões, 9% maior que o de 2022. "Nenhum dos sistemas previdenciários tem sido capaz de prover a cobertura dos respectivos benefícios", afirmou o ministro Vital do Rêgo em seu voto.

O principal ponto de crítica dos ministros foi o Sistema de Proteção dos Militares, cuja relação entre receitas e despesas, em 2023, foi de 15%, tendo arrecadado R$ 9 bilhões em contraponto a uma despesa de R$ 59 bilhões.

Na análise técnica, o TCU também encontrou algumas distorções contábeis no Balanço Geral da União e quatro impropriedades fiscais, como ausência de justificativa para a não execução de emendas parlamentares e aplicação de recursos em projetos específicos.



Os gastos tributários da União

TCU sugere limite prudencial para reduzir montante - em % do PIB

Ano	% do PIB
2016	4,28
2017	4,37
2018	4,44
2019	4,39
2020	4,32
2021	4,67
2022	4,76
2023	4,78

Fonte: Tribunal de Contas da União

Appy diz que 'split payment' será 'inteligente'

Gabriela Pereira
De Brasília

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou nesta quarta-feira (12) que o modelo de "split payment" (base operacional da reforma tributária) proposto pelo governo é diferente do usado na Europa e foi pensado para ser "inteligente". E avaliou que o novo método será uma grande simplificação para as empresas com relação ao modelo atual.

Em audiência pública na Câmara, Appy destacou que todo o modelo do split payment foi construído para que não exista duplo pagamento de tributo e é uma forma de garantir que os impostos serão pagos. O secretário também afirmou que o prazo de ressarcimento, que deve ser instantâneo, do imposto recolhido, viabiliza a implementação plena da não cumulatividade. "A ideia é fazer [o ressarcimento] em tempo real, na pior das hipóteses em três dias úteis", disse.

O secretário avaliou que a implementação da medida vai exigir ajustes, uma vez que pode gerar alguns custos para a manutenção do fluxo de caixa das empresas, mas que a equipe está aberta a discutir formas de compensação.

"Se a gente olhar só pelos custos, vai pensar que não vale a pena [...] Não estamos jogando os custos para baixo do tapete, mas os benefícios são maiores", afirmou o secretário.

De acordo com o vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Anderson Trautman Cardoso, algumas partes do segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária prejudicam a formação de capital de giro das empresas.

Cardoso também sugeriu uma alteração na medida ao que se refere ao Simples Nacional, com a justificativa de que o texto como está hoje pode desestimular empresas a optarem pelo programa.

A diretora jurídica da Confederação Nacional Das Instituições Financeiras, Cristiane Coelho, destacou que existem preocupações com relação ao texto. "Que fique claro a ausência de responsabilidade do setor, seja direta pelo tributo, seja no contexto de meramente responsável, o que a instituição financeira estará fazendo é fornecer um serviço ao sistema de arrecadação", disse.

Para ela, é necessário pensar em como as instituições financeiras serão remuneradas pelo investimento que farão para a viabilização do CBS e IBS. "Todo investimento massivo em tecnologia requer recursos e uma questão de caixa bastante relevante", apontou.

Já o gerente jurídico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Eduardo Freitas, avaliou que o prazo de implementação, dia 1º de janeiro de 2026, pode não ser o suficiente para o desenvolvimento das ferramentas para o uso do split payment. "Óbvio que vamos nos esforçar, mas existem várias questões que precisam ser evoluídas."

"Vale a pena a gente ter período de testes, que é importante para qualquer desenvolvimento de sistema, tem que chamar todo mundo, os entes federados, os contribuintes, quem vai operar, porque se botar no ar do dia para a noite, certamente há chances de não dar certo", disse Freitas ao tratar sobre as compensações on-line.

Medidas são essenciais, defendem analistas

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Economistas afirmam ser essencial o debate sobre limitações e desvinculações de despesas, mas dizem ver pouca possibilidade de avanços concretos neste governo.

"Sem dúvida, é um tema que é inevitável de ser equacionado, na medida em que está claro que a barra para subir adicionalmente as receitas é cada vez mais alta", diz Carlos Kawall, sócio da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e ex-assessor especial do Ministério da Fazenda, diz que o próprio governo Lula 3 "causou esse mal". "O governo que reindexou saúde e educação, que já estavam pela inflação, à receita e voltou a criar a política de valorização do salário mínimo", afirma.

Pelos seus cálculos, se essas políticas não tivessem sido reintroduzidas, a despesa primária seria, hoje, R$ 80 bilhões mais baixa. "É algo como 0,7% do PIB, suficiente para resolver o problema do desequilíbrio fiscal", diz.

As discussões propostas são necessárias para a sustentação do novo arcabouço fiscal, afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP. Sem isso, estima, muito provavelmente, a regra não se manterá funcional em 2026 ou 2027. "Já teríamos despesas discricionárias [não obrigatórias] muito baixas e o governo teria de fazer alguma mudança", afirma.

Para evitar que isso ocorra, diz, é fundamental uma revisão dos gastos dentro do limite, e o primeiro passo é revisar os mínimos constitucionais de saúde e educação que, pela regra atual, crescem de acordo com medidas de receita.

A Warren Investimentos comparou os dispêndios nessas áreas com um cenário contrafactual em que elas seguissem o limite de gastos do arcabouço. Embora, em alguns casos, possa haver gastos adicionais no cenário contrafactual no primeiro ano, até 2030 o ganho de espaço fiscal poderia chegar a R$ 83,2 bilhões.

"Da forma como saiu na imprensa, ainda está confuso o que o governo pretende fazer. Seria importante que ele apresentasse a proposta com clareza. Mas é positivo que se comece a colocar a colher nessa cumbuca dos gastos", afirma Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Só isso, no entanto, não é suficiente, segundo Sbardelotto. Para avançar, diz, é preciso rever outras despesas que devem continuar crescendo acima do limite da regra, sobretudo os benefícios previdenciários e assistenciais.

Desvincular essas despesas do reajuste do salário mínimo é uma opção, diz Sbardelotto. Outra, aponta, seria ter uma regra de reajuste do mínimo diferente da atual, que considera a inflação e também variações do PIB.

"Se você fizesse a correção da Previdência, do BPC/Loas [Benefício de Prestação Continuada] e outros benefícios indexados apenas pela inflação, o ganho anualizado poderia ser de algo como R$ 20 bilhões", estima Salto.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, pondera que a revisão das vinculações precisa ser feita com cuidado. "Não adianta desvincular de um lado e vincular de outro, ou fazer sem uma análise mais completa das repercussões gerais", afirma.

Há, porém, um "problema político" com essas medidas, diz Mendes, já que elas vão de encontro à plataforma do governo do PT. "É um problema sério o governo dar um 'cavalo de pau' no seu discurso. Agora, do ponto de vista matemático e fiscal é essencial", afirma.

Kawall diz ver como "impossível" que mudanças ocorram neste governo. "A disposição de cortar gasto é zero. Do jeito que é o Brasil, essa agenda só vai andar depois da próxima crise fiscal." ***(colaborou Jessica Sant'Anna, de Brasília)***

INÊS 249

Ambiente Falta de coordenação interna também é obstáculo para que Brasil se beneficie de potencial de fornecedor de energia e alimentos, diz economista

Protecionismo de países ricos ameaça economia verde, afirma Arbache

DIVULGAÇÃO

Jorge Arbache: "O que a gente vê, na verdade, é uma mercantilização da agenda do clima"

Lu Aiko Otta
De Brasília

Falta de coordenação interna e protecionismo por parte das economias desenvolvidas são os dois maiores obstáculos a serem superados para que o Brasil possa se beneficiar do potencial que possui como fornecedor de energia sustentável e alimentos para o mundo. A avaliação é do economista Jorge Arbache, que em maio concluiu um período de quase seis anos à frente da vice-presidência do Setor Privado no Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF).

Daquele ponto de observação, no qual aprovava anualmente projetos da ordem de US$ 8,5 bilhões, Arbache se convenceu de que a região está diante de uma oportunidade única de desenvolvimento, graças à abundância de água fresca, minerais críticos e elementos para a produção de energia sustentável. Além disso, está distante das áreas de conflito geopolítico.

Na sua visão, as vantagens comparativas de América Latina e Caribe podem ajudar a contrabalançar o custo de capital ainda elevado e a falta de recursos públicos para conceder subsídios. Com isso, é possível à região tornar-se atrativa a novos negócios, a despeito dos massivos incentivos que estão sendo despejados na transição energética pelas economias centrais.

Para isso, no entanto, é preciso avançar mais rapidamente na construção de um ambiente regulatório favorável e fortalecer a articulação dentro do governo e do setor público com as empresas. As visões são coincidentes, mas falta velocidade, avaliou.

No atual cenário, há retrocesso na agenda da sustentabilidade, disse. O custo elevado da descarbonização tem levado empresas a abandonar metas e gera indisposição entre consumidores, por causa da "inflação verde". O debate também tem sido capturado por campanhas eleitorais. Abaixo, os principais trechos da entrevista concedida ao **Valor**.

Valor: *O sr. ficou cinco anos e nove meses na vice-presidência da CAF e dedicou especial atenção à transição energética. Que avaliação faz do atual momento na região?*

Jorge Arbache: Temos muitos grandes desafios: baixa produtividade, pobreza, desigualdade, de contas públicas sob pressão. Mas, ao mesmo tempo, há uma oportunidade crescente, com a economia da sustentabilidade. Eu acho que a geografia vai voltar a ser determinante da decisão de investimento.

Valor: *Por quê?*

Arbache: Temos as mudanças climáticas, os temas geopolíticos, os fenômenos climáticos extremos, que, no seu conjunto, fazem com que a geografia se torne muito mais relevante do que era. Estamos fisicamente distantes de questões geopolíticas intensas. Além disso, há na região fontes de água fresca, condições de produzir energia verde em muita quantidade, muita biodiversidade, florestas, minerais críticos para transição, um grande potencial para o mercado de carbono, e ainda terras que podem ser utilizadas para expansão agrícola. Tudo isso está se tornando, e vai se tornar ainda mais, fonte crítica ao longo das próximas décadas.

Valor: *Sempre tivemos isso. Por que agora essas coisas são valorizadas?*

Arbache: Os preços relativos de tudo isso que eu falei vão aumentar muito. Produtos intensivos em energia, que terá de ser verde. Tudo aquilo que é intensivo em água para a sua produção. A biodiversidade, da mesma forma. Temos um crescente problema de segurança alimentar em nível global, que vai se intensificar ao longo dos próximos anos e décadas. Então, é como se a região tivesse colocada para ser parte da solução dos problemas globais.

Valor: *O que fazer para não perder mais essa oportunidade?*

Arbache: Ter uma visão estratégica e se organizar para poder capitalizar todas essas oportunidades na forma de negócios que atendam aos interesses da região, mas também aos interesses do mundo. Esta será seguramente a grande oportunidade para resolvermos problemas de desigualdade, de pobreza, de crescimento lento, de baixa produtividade. Isso é possível, já que temos uma vantagem comparativa que pode se tornar competitiva também.

> "Eu acho que a geografia vai voltar a ser determinante da decisão de investimento"

Valor: *O que é a expressão que cunhou, o powershoring?*

Arbache: Há produtos manufaturados que precisam muito de energia verde. Estar perto das fontes é economicamente muito mais viável do que transportar essas coisas para outro lugar. Isso cria um poder de barganha, uma condição que nunca tivemos, que é industrializar as vantagens comparativas. E daí nasce a tese do powershoring, que é a conversão da energia de que dispomos, e da água, em instrumentos de atração de investimento em direitos dos estrangeiros.

Valor: *Qual o papel dos bancos multilaterais, como o CAF, o BID e o Banco Mundial nesse processo?*

Arbache: Esses bancos são cada vez mais importantes, porque podem fazer três coisas que nenhuma outra instituição financeira ou do mercado de capitais pode. A primeira é coordenar agendas. Eles têm uma capacidade de mobilização de atenções que nenhum outro agente privado tem. A segunda é produzir uma agenda de conhecimento que seja de interesse de todos. E a terceira agenda é a mobilização de recursos. Muito mais do que colocar crédito, eles têm uma função ainda mais nobre, que é a de mobilizar recursos de terceiras partes.

Valor: *Como isso funciona?*

Arbache: Os bancos se colocam na condição de serem coordenadores de processos de financiamento. Isso reduz o custo mais visível, para que o setor privado entre em negócios que, de outra forma, não entraria.

Valor: *Para onde os recursos devem ser direcionados, prioritariamente?*

Arbache: Naquilo que mais aponta para o futuro. Passam pela agenda verde. E, coincidência ou não, as sub-regiões que mais têm condições de explorar as agendas do futuro, as agendas de sustentabilidade, são as mais pobres da região. Este é o caso na Colômbia, o caso do Brasil com as regiões Nordeste e Norte, é o caso do Paraguai, do Chaco.

Valor: *Olhamos para esse quadro e pensamos: "agora, vai". Mas não vai. Esse cenário do qual o sr. fala já foi identificado há alguns anos. Teria algum exemplo de algo que já esteja aproveitando todo esse potência?*

Arbache: Eu acho que você tem razão. Essa visão do "agora, vai", ela está sempre perto da gente. E, na verdade, nunca vai. Às vezes vai até para trás. Dito isso, eu acho que esse momento que a vivemos na região tem uma coisa que salta aos olhos. Tem uma visão convergente para a megaoportunidade única que esta região tem. A mesma visão no Chile, na Colômbia, no Uruguai, no Paraguai, aqui no Brasil. O que talvez faça falta é melhor coordenação dentro dos governos e entre o governo e o setor privado.

Valor: *No Brasil também?*

Arbache: No Brasil, não há como não reconhecer as muitas importantes iniciativas: o Plano de Transformação Ecológica do Ministério da Fazenda ou no plano de neoindustrialização do Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços]. Há agendas também no Ministério de Minas e Energia, no do Meio Ambiente, no Itamaraty, no BNDES, no BNB [Banco do Nordeste], no Banco do Brasil. O Congresso está discutindo essas matérias: combustível do futuro, produção de energia eólica offshore e por aí vai. Há essa visão. O que talvez falte aqui, como em outros países da região, é uma maior coordenação dentro do governo, nas suas várias áreas, para escalar os impactos e reduzir os tempos. Não existe antagonismo nas teses. É o contrário. Elas apontam para o mesmo caminho.

Valor: *Quer dizer que a bola está conosco mesmo?*

Arbache: Existe um outro ponto que funciona como obstáculo: os muitos subsídios, o protecionismo e a discriminação que estão sendo implementados por China, União Europeia, Estados Unidos, Japão. De tal forma que países ou regiões como América Latina encontram obstáculos para levar adiante e realizar todo seu potencial.

Valor: *Aí, complicou.*

Arbache: É um tema importantíssimo. Esse protecionismo e esses subsídios que são muito grandes e podem comprometer o potencial que a gente tem na região. O que a gente vê, na verdade, é uma mercantilização da agenda do clima. É um processo que aumenta custos e explica, ao menos em parte, a inflação verde que vemos.

Valor: *Como é isso?*

Arbache: Há aumento dos impostos em muitos países desenvolvidos e, portanto, há insatisfação. A mercantilização da agenda do clima tem causado endividamento público crescente. Vemos isso claramente nos EUA. Há crescente desconforto das populações nos Estados Unidos e na Europa, especialmente com relação à agenda do clima.

Valor: *Insatisfação porque as coisas ficam mais caras?*

Arbache: Caras e burocratizadas. Ao mesmo tempo, existe uma região como a América Latina que pode oferecer produtos e serviços verdes, a preços mais baixos e em um prazo muito mais curto. Eu acho que isso posiciona a América Latina nesse grande debate que tem que ser feito, sobre como o comércio e o investimento têm que ser vistos como ferramentas da descarbonização da economia global.

Valor: *Estou entendendo que os países ricos não querem a opção que a América Latina oferece. Querem fazer o deles, ainda que seja mais caro. É isso?*

Arbache: Querem fazer o deles, porque entendem que é uma agenda de negócios. Ainda que isso seja feito a um custo muito alto, muito mais lentamente e tendo que voltar para trás com os compromissos da agenda do clima. Grandes empresas estão abrindo mão de compromissos autoimpostos para a descarbonização e a agenda ESG. Há uma crescente tensão contra a agenda do clima. Isso é muito ruim. O desconforto está sendo politizado na Europa e nos Estados Unidos. Isto não pode acontecer.

Valor: *Ou seja, estamos retrocedendo na agenda do clima.*

Arbache: Saiu recentemente um índice internacional que mostra o nível do engajamento dos países com algumas agendas econômicas associadas ao clima. Mostra que os países desenvolvidos entraram no campo vermelho, do retrocesso. Mas são eles os que mais emitem. Aí, complica demais. E não vai terminar a curto prazo, pelo contrário. É tema de campanha eleitoral. Então, aqui entra o papel dos países em desenvolvimento, da América Latina com certeza, como parte da solução para esse tipo de tensão em nível global.

Valor: *A perspectiva de eleição de Donald Trump é um complicador?*

Arbache: Eu não tenho dúvida. Vemos uma narrativa de que o IRA, o Inflation Reduction Act, que criou esses protecionismos e subsídios, é favorável ao clima. Mas também é contra o clima, na medida em que se anulam o comércio e o investimento como agendas da descarbonização. Já vi em jornais menções de que uma das primeiras medidas do Trump, caso eleito, seria sair de novo do Acordo de Paris. Sei lá se isso vai acontecer, mas é o que circula.

Valor: *A América Latina está se colocando como alternativa viável? Aqui no Brasil, ainda estamos discutindo marcos regulatórios do mercado de carbono, do combustível do futuro.*

Arbache: Esses sistemas normativos e regulatórios, e até de políticas públicas mais ofensivas, estão na mesa. Só que não no ritmo que deveria. Estamos seguramente atrasados. Não tem aqui a visão do bosque, tem a visão da árvore. Discutem-se temas isolados. A visão do bosque tem que estar no Congresso, no governo federal, nas agências reguladoras, nos bancos. Eu acho que isso pode ser importante para acelerar essa discussão.

> "Alguns subsídios terão de ser dados, especialmente para setores emergentes"

Valor: *Há muitos anos, o Brasil tem uma matriz energética limpa. Por que os produtos brasileiros não são chamados de "verdes" no mercado global?*

Arbache: Não temos sabido transformar isso numa bandeira, não temos trabalhado numa taxonomia, não temos criado um rótulo para capitalizar o produto verde. Seria preciso sair mundo afora vendendo esses padrões e as nossas certificações. Mas aqui entra um campo supercomplexo. O que os outros países fazem, especialmente os europeus, é criar ou desenvolver padrões que, na verdade, não reconhecem as nossas condições.

Valor: *A velha barreira não-tarifária. Como sair dessa armadilha?*

Arbache: Eu acho que a saída está especialmente na maior e melhor coordenação dos governos da região e entre os governos e o setor privado. Eu acho que falta também uma maior integração com o capital estrangeiro. Eles têm muito a contribuir nessa agenda. E seguir buscando uma atuação para o setor público que seja condizente com a sua capacidade fiscal.

Valor: *Mas, com tantas vantagens naturais, vai precisar de impulso fiscal?*

Arbache: Não podemos nos ancorar essa agenda em subsídios e incentivos, porque não temos condição fiscal para isso. Mas alguns subsídios terão que ser dados, especialmente para setores emergentes. Teriam que ser subsídios transitórios com prazo definido e condições definidas.

Valor: *Para quê?*

Arbache: Por exemplo, no caso do hidrogênio. É possível que se precise de algum tipo de apoio no financiamento, de apoio de BNDES e outras fontes, como o BNB. De forma a reduzir ao menos parcialmente o custo do capital. Os grandes empecilhos a se produzir aqui são: custo do capital, número um e, número dois, a parte regulatória. Número três, os obstáculos internacionais que desviam investimentos que poderiam vir para cá. O custo de capital elevado tem que ser compensado pelas demais vantagens que oferecemos. E essas deveriam ser geográficas e regulatórias.

Valor: *O sr. falou do papel dos bancos de desenvolvimento como chamarizes de investimento privado. Pode dar alguns exemplos de negócios desse tipo que fez no CAF?*

Arbache: Vou te dar alguns exemplos. Uma planta de celulose verde no centro do Uruguai, que foi o maior negócio da história do país, precisava de uma ferrovia para que se pudesse escoar a produção até o porto de Montevidéu. Entramos para botar de pé essa ferrovia, que foi inaugurada há um mês e meio. A produção está em vento e popa. No Paraguai, a CAF está trabalhando em uma agenda também múltipla de plantas de hidrogênio verde, plantas de fertilizantes, plantas de papel e celulose e outras. Tomando como base a disponibilidade de água e de energia verde. Isso já está acontecendo, não é que vai acontecer no futuro.

Valor: *E no Brasil?*

Arbache: A produção da Acelen, que vai fazer diesel verde e SAF [Sustainable Aviation Fuel, "combustível do futuro"] em grande escala. A produção de fertilizantes em Uberaba [Minas Gerais], que vai precisar de uma planta de hidrogênio.

Ver também página A20

Políticas públicas Estratégia usada no RS seria incorporada ao Minha Casa, Minha Vida em todo o país

Compra de imóvel pela Caixa pode ser ampliada, diz Jader Filho

Murillo Camarotto e Edna Simão
De Brasília

O governo avalia estender para todo o país a inclusão, no programa Minha Casa, Minha Vida, de imóveis usados adquiridos pela Caixa Econômica Federal. No Rio Grande do Sul, onde a estratégia foi adotada para atender às vítimas das inundações, o banco já mapeou e cadastrou pouco mais de 3 mil imóveis que serão comprados e repassados à população tão logo os beneficiários sejam devidamente identificados, disse o ministro das Cidades, Jader Filho.

A aquisição direta surgiu como alternativa mais ágil para atender o grande número de pessoas que tiveram casas destruídas ou condenadas pelo desastre. "É um número significativo. E este número vai aumentar porque no último sábado [8] abrimos o site para o cadastramento dos imóveis usados. Então, imobiliárias e particulares vão poder também apresentar os seus imóveis", afirmou ao **Valor**.

Para viabilizar a operação, o valor máximo de cada unidade teve que ser ampliado de R$ 170 mil para R$ 200 mil. "Não quer dizer que vai pagar R$ 200 mil para todo mundo. Na verdade, a Caixa vai fazer uma avaliação para saber se aquele imóvel, de fato, vale", completou Jader Filho. Ele ressaltou que a efetivação da compra e o repasse das unidades depende da demanda, que aos poucos está sendo apresentada pelos prefeitos das cidades afetadas.

"Qual é o número real? Que famílias são essas? Como falar de qualquer tipo de atraso se a gente não tem nem sequer o laudo das defesas civis?", reforçou Jader Filho, ao ser perguntado sobre algumas críticas que a pasta recebeu de prefeitos. "Quero deixar claro que eu não estou fazendo cobrança de absolutamente nada nem de ninguém", disse, ao reconhecer a complexidade da situação dos municípios.

As aquisições da Caixa poderão ocorrer em todo o Estado, inclusive em regiões onde a água não causou estragos. Isso acontece porque o governo já identificou que muitas pessoas que perderam casas manifestaram o desejo de mudar. "Esse fenômeno aconteceu, por exemplo, em Nova Orleans [atingida em 2005 pelo furacão Katrina], onde uma parte significativa dos habitantes se mudou de cidade. Saiu de lá porque, enfim, não queria mais vivenciar aquilo", disse.

Segundo o ministro, as cidades de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e Santa Maria são as que estão mais adiantadas no fornecimento das informações para a conclusão da compra das moradias pelo governo federal.

A evacuação de regiões suscetíveis a novas enchentes é outro tema prioritário no planejamento do ministério. Ao anunciar as primeiras medidas de socorro ao Rio Grande do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou que a reconstrução teria que evitar regiões que estejam no caminho das águas e, portanto, suscetíveis a novas tragédias.

"Nós estamos discutindo com o governo do Estado, com as prefeituras e com os órgãos do governo federal para fazer uma mancha, que são essas manchas que não poderão mais ter unidades construídas. A partir desta mancha, a partir da informação desses órgãos técnicos, é que nós vamos decidir onde pode e onde não pode mais construir", informou o ministro. "O vale do Taquari, por exemplo, é exenxurrada. Desculpa, mas não pode construir na beira dos rios. Mas no caso de Porto Alegre, você vai mudar a cidade de lugar?"

> "Não ouvi nenhuma fala [de ministros ou de Lula] sobre contingenciamento"
> *Jader Filho*

O ministério aguarda a liberação de um crédito extraordinário de R$ 2,1 bilhões para viabilizar a construção de 12 mil moradias, sendo 10 mil urbanas e 2 mil, rurais. Além dos imóveis que serão construídos e os que serão comprados pela Caixa, o aluguel social é outra alternativa em análise para atender o déficit habitacional agravado pela tragédia, cujo tamanho ainda é incerto.

"Existe uma discussão dentro do governo, o presidente Lula tem falado em relação à possibilidade de discutir o aluguel social. Acho que, neste momento, a gente não está fechando nenhuma das alternativas", explicou. Estamos discutindo também a alternativa de construções mais rápidas", completou, mencionando, por exemplo, estruturas pré-moldadas.

O ministro aproveitou para fazer um balanço do Minha Casa, Minha Vida. De acordo com ele, em 18 meses de governo Lula, já foi atingida 50% da meta de contratação do programa, de 2 milhões de moradias em quatro anos. Considerando apenas as contratações via FGTS, no acumulado do ano até 31 de maio, foram 252 mil moradias, sendo 240 mil no MCMV. "Chegamos à metade da meta. Então, isso mostra a força que nós temos em relação à questão do financiamento e isso gerando emprego, gerando renda, realizando o sonho da casa própria", contou o ministro.

Sobre a promessa de Lula de criar a "faixa 4" para o Minha Casa, Minha Vida — para que o programa contemple famílias com renda de até R$ 12 mil —, Jader Filho disse que atualmente a classe média vem sendo atendida pelo Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista (Pró-Cotista), linha de financiamento que oferece juros reduzidos para trabalhadores titulares de contas vinculadas do FGTS que atende famílias com renda acima de R$ 8 mil e que contratou 12 mil moradias nos cinco primeiros meses deste ano.

O FGTS tem sido uma das principais fontes de financiamento do MCMV, já que o Orçamento público é restrito. Jader Filho reforçou a preocupação do governo com o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que altera a correção do FGTS aos trabalhadores, o que reduziria os recursos do fundo para habitação e saneamento básico. O tema também é uma preocupação da Caixa, que tem reclamado da falta de recursos e tem pedido uma redução dos compulsórios para ter mais dinheiro em caixa para alavancar o crédito imobiliário.

Mesmo num cenário de escassez de recursos e cobranças para que o governo reduza gastos, o ministro não acredita em contingenciamento no PAC. "Eu não ouvi até hoje nenhuma fala, nem do ministro Fernando Haddad [Fazenda], nem do ministro Rui [Costa da Casa Civil], nem do presidente Lula, nada relacionado a isso [contingenciamento]. Pelo contrário, [dizem] para tocar".

Durante a entrevista, concedida um dia após o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolver a Medida Provisória do PIS/Cofins, que foi proposta para compensar a desoneração da folha de pagamento, Jader Filho minimizou a derrota do governo. "Como toda democracia, é importante que se tenha esse processo de negociação. Eu acho que todas as pautas, que foram caras ao governo, pautas que foram importantes no processo, todas essas pautas foram aprovadas", afirmou.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Ministro Jader Filho: muitas pessoas que perderam casas na enchente no Rio Grande do Sul manifestaram o desejo de mudar de cidade

Greve de universidades não era necessária, defende Camilo Santana

Mariana Assis
De Brasília

Pressionado pela greve de servidores em universidades e institutos federais, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que defende paralisações com instrumento de negociação em situações em que se chega ao "limite de não ter diálogo". Ele negou, no entanto, que este seja o cenário das tratativas com a categoria.

"Eu não via a necessidade dessa greve porque esse é um governo de diálogo. Este foi um governo que reabriu todas as mesas de negociação com todas as categorias. Eu acho que a greve é quando não há mais diálogo", afirmou Camilo em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

O ministro atendeu a um convite protocolado pelos deputados Pedro Uczai (PT-SC), Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), André Fernandes (PL-CE) e Adriana Ventura (Novo-SP). A greve em institutos federais iniciada em 15 de abril foi um dos temas da oitiva, além de cortes de verbas e obras paradas no setor.

Segundo o ministro, a suspensão das aulas em virtude das greves é um ponto de preocupação para ele e para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Eu queria fazer um apelo que a proposta que o governo fez, depois de amplas reuniões realizadas, não existe na história dos governos nenhuma proposta como essa que o governo federal está apresentando às categorias", defendeu Camilo Santana.

Nas últimas semanas, o Ministério da Gestão fechou um acordo com um dos sindicatos de professores das universidades e institutos técnicos federais, o Proifes. A entidade, no entanto, representa apenas 15% do total de universidades e institutos. Um dos pontos de resistência para o avanço mais amplo das negociações é a ausência de reajuste ainda em 2024.

Na audiência, Camilo reconheceu que o histórico de reajustes acima da inflação em gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva gera "expectativa", mas afirmou ser necessário "entender os limites".

"Precisamos ter responsabilidade de entender os limites, mas a proposta que está sendo feita historicamente mexe nas estruturadas das carreiras e garante um reajuste considerável para os nossos servidores", defendeu o chefe da Educação.

Durante a audiência, Camilo foi criticado por integrantes de entidades e sindicatos de professores universitários, que gritaram palavras de ordem contra o ministro.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Ministro Camilo Santana: "Não podemos recompor todo processo histórico de anos de defasagem salarial"

Curta

Receita e despesa federal
Puxadas pelos pagamentos de precatórios e pela antecipação do 13º dos aposentados, as despesas do governo central registraram aumento real de R$ 106 bilhões de janeiro a maio deste ano, mostra levantamento realizado pelo Ipea. As receitas avançaram R$ 75,4 bilhões em termos reais. Em maio, as contas do governo central apresentaram déficit de R$ 59 bilhões, resultado 26,1% pior do que o de maio de 2023, na prévia calculada pelo Ipea com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. O resultado oficial será divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no fim deste mês.

Governo desiste de auxílio a motorista de aplicativo

Renan Truffi e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva voltou atrás e não deve mais criar um auxílio voltado aos motoristas de aplicativo do Rio Grande do Sul que foram afetados pelas chuvas. Esta possibilidade estava sendo estudada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, comandado pelo ministro Luiz Marinho (PT), em razão da quantidade significativa de motoristas que estão sem renda desde que as cidades gaúchas ficaram inundadas.

O **Valor** apurou que, nas últimas semanas, os técnicos da pasta passaram a pedir dados para os principais aplicativos de transporte que atuam no Rio Grande do Sul justamente para entender qual o universo de pessoas que trabalham efetivamente com essas ferramentas. Foram consultadas empresas como Uber, Lalamove e 99.

O governo desistiu da ideia ao perceber que seria muito complexo confirmar a base de dados fornecida pelas empresas.

"Foi levantada a possibilidade, mas descartada. Até o levantamento dos dados é complicado pois o cadastro é das empresas e não tem como validar. Daí a importância da regulamentação [dos aplicativos de transporte]", defendeu um técnico do Ministério do Trabalho.

O recuo do governo acontece num momento de incerteza em relação ao equilíbrio das contas públicas. Como mostrou o **Valor** nos últimos dias, a área econômica já projeta uma possível queda de até 10% na arrecadação federal, em relação ao projetado anteriormente. Um dos motivos seria justamente a dificuldade de voltar a girar o mercado interno no Estado, que segue afetado pela tragédia climática.

Apesar de a crise no Rio Grande do Sul ter passado do seu ápice, o tema continua colocando o presidente Lula e o governador Eduardo Leite (PSDB) em polos opostos. Na terça-feira, por exemplo, Lula criticou a construção de casas provisórias para pessoas que estão sem moradia Estado. A afirmação foi feita apenas pouco dias depois de o governador Eduardo Leite (PSDB) anunciar a construção de 500 casas temporárias para famílias que tiveram seus lares destruídos pelas enchentes.

Sobre isso, Lula defendeu que não se pode colocar os afetados pelas enchentes em lugares "inóspitos" e "inseguros" mais uma vez. "É melhor dizer a verdade para o povo. É melhor dizer que destruir é muito rápido, construir é muito demorado, mas a gente vai ter que encontrar terreno sólido, vai ter que fazer casa com rua, com esgoto, com água, com energia elétrica, com área de lazer para as crianças, com escola, porque a gente não pode fazer o pessoal, depois do que passaram no Rio Grande do Sul, voltar a morar em lugar inóspito, em lugar inseguro", defendeu Lula.

As 500 moradias temporárias custarão, segundo o governo do Rio Grande do Sul, R$ 66,7 milhões. Na mesma ocasião, o governador anunciou outros R$ 20 milhões para a construção de 250 moradias definitivas.

INÊS 249

INÊS 249

Encontro de líderes FII Priority Summit, realizado pela primeira vez na América Latina, discute oportunidades no país e relações bilaterais

Cúpula Brasil e Arábia Saudita foca em ampliar investimento

Camila Zarur, Kariny Leal, Lucianne Carneiro, Paula Martini, Rafael Rosas, Victoria Netto e Francisco Góes
Do Rio

As oportunidades de investimento estiveram no centro da sessão de abertura da reunião de cúpula entre Brasil e Arábia Saudita, que começou na terça-feira (11) e termina nesta quinta-feira (13), no Rio. Ontem, no primeiro dia de palestras, autoridades do governo federal e lideranças empresariais deram ênfase a formas de ampliar a relação bilateral. Uma das prioridades refere-se a potenciais parcerias com o Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF), que tem portfólio de cerca de US$ 1 trilhão em investimentos. As discussões no FII Priority Summit, encontro promovido pela primeira vez pelos sauditas na América Latina, coincidem com momento em que há uma piora da percepção de risco no Brasil.

O governador do PIF, Yasir Al-Rumayyan, afirmou que o país tem interesse em ampliar investimentos em áreas estratégicas no Brasil: "Começamos os investimentos em 2016 por uma de nossas subsidiárias. Agora estamos interessados em tecnologia, energias renováveis, mineração e, se tudo der certo, em futebol."

Presente ao evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o PIF estuda realizar investimentos da ordem de US$ 15 bilhões no Brasil. "Eles [os sauditas] falam em investir US$ 15 bilhões no Brasil", afirmou o ministro. Segundo Silveira, há convergência entre as ambições do fundo e os projetos que o governo brasileiro considera importantes para o país. O ministro destacou o interesse dos árabes de investir em infraestrutura e na cadeia de energia renovável.

No ano passado, a Manara Minerals, uma joint venture entre o PIF e a companhia de mineração estatal do reino Ma'aden, comprou 10% do negócio de metais básicos da Vale. Um fundo da Califórnia, nos EUA, ficou com outros 3%. O valor total da transação foi de US$ 3,4 bilhões (R$ 16,1 bilhões à época). A operação demonstrou o interesse dos sauditas em mineração, mas o leque vai muito além, como ficou demonstrado ontem no FII.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, presente ao evento, confirmou que o banco mantém discussões com o fundo soberano saudita: "Estão [o PIF] muito interessados no Brasil, querem parceria com o BNDES." Mercadante prosseguiu: "Podemos fazer um fundo bilateral, fazer investimentos e co-investimento em empresas, podemos alavancar fundos existentes, tem um leque de oportunidades. Eles [os sauditas] estão interessados, estão definido áreas prioritárias e nós estamos apresentando opções para fechar os investimentos", disse o presidente do BNDES.

Silveira, do MME, acrescentou que os sauditas poderiam investir em várias áreas, em especial a produção de hidrogênio verde, energia eólica e solar. "Também querem conhecer os projetos de agricultura de baixo carbono, além de infraestrutura", afirmou.

> "Investimos internacionalmente cerca de US$ 200 bilhões"
> *Yasir Al-Rumayyan*

Antes, na abertura do evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso no qual destacou o Brasil como um dos maiores destinos de investimento estrangeiro direto desde 2023: "Vejo no relacionamento com a Arábia Saudita grande potencial de ganhos recíprocos e quero que seja exemplo modelar para as relações Sul-Sul que almejamos promover. Há claros pontos de convergência entre nossos projetos de desenvolvimento", afirmou.

Apesar do otimismo que Lula e ministros de Estado presentes no evento tentaram passar, nos corredores do FII, realizado no hotel Copacabana Palace, na zona Sul do Rio, o clima era de preocupação com a piora de humor nos mercados.

As falas de Lula, na abertura, dizendo que o aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público foi interpretada como um sinal de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está cada vez mais isolado, uma vez que Lula não mencionou corte de gastos (*ver mais na página A13*).

Yasir Al-Rumayyan, do PIF, indicou que o fundo ainda tem muito espaço para investir no exterior. O executivo, que é chairman do conselho da petrolífera estatal Aramco e presidente do Instituto FII, que promove o encontro de cúpula, disse que 80% dos investimentos do PIF são domésticos. "O que estamos investindo internacionalmente é cerca de 20%, ou US$ 200 bilhões", salientou o executivo na abertura do evento, que conta com o **Valor** como parceiro de mídia.

Al-Rumayyan também destacou que a Arábia Saudita é um dos países mais avançados no tema energias renováveis e sustentabilidade. Observou que os combustíveis fósseis não podem mais ser a base dos negócios e que, por essa razão, a Aramco quer reduzir a produção diária de petróleo, ao passo que amplia os investimentos em fontes renováveis de energia.

Ao mesmo tempo que Al-Rumayyan incorporou a transição energética ao discurso no evento — sendo que a Arábia Saudita é um dos maiores produtores mundiais de petróleo —, Lula aproveitou a cúpula bilateral para uma defesa enfática da Margem Equatorial, nova fronteira exploratória na região amazônica que o atual governo tenta viabilizar desde o começo da gestão.

"É importante ter em conta que nós, na hora que começarmos a explorar a chamada Margem Equatorial, eu acho que a gente vai dar um salto de qualidade extraordinário. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo. Mas nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse país crescer, de fazer com que esse país, junto com a Arábia Saudita nos Brics, possa criar uma nova forma de investimento", disse Lula.

> "PIF estuda aplicar US$ 15 bilhões no Brasil"
> *Alexandre Silveira*

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, presente ao evento, foi na mesma linha de Lula ao defender a exploração da Margem Equatorial (*ver matéria na página A13*).

DIVULGAÇÃO



Yasir Al-Rumayyan, do PIF: "Estamos interessados em tecnologia, energias renováveis, mineração e em futebol"

Ao defender investimentos no Brasil, o presidente do BNDES ressaltou que o país fez a transição energética "muito antes" de outros países, ainda que tenha produção de combustível fóssil.

Mercadante citou as vantagens do Brasil em segurança alimentar e no cenário geopolítico, mas ressaltou a importância da matriz energética brasileira e o desejo de o país liderar a transição energética no mundo.

"Nesse mundo com desastres naturais mais frequentes, somos o país de energia mais limpa do G20 e grande produtor de energia fóssil, com Petrobras, ainda com reservas a serem desenvolvidas. [Somos um país] que fez uma transição energética muito antes. Essa vantagem competitiva é fundamental para descarbonizar a economia", afirmou.

O ministro Carlos Fávaro, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também presente ao FII, disse que é determinação do presidente Lula o restabelecimento das boas relações diplomáticas e de mercado [com a Arábia Saudita]. "A Arábia Saudita é um parceiro preferencial. Só eu estive lá três vezes em 500 dias. Temos a oferecer a segurança alimentar, a produção sustentável, as oportunidades econômicas", afirmou.

O presidente do conselho de administração do BTG Pactual, André Esteves, procurou destacar as qualidades do país. Afirmou que o Brasil tem "inflação baixa, balança de pagamentos forte e democracia consolidada". Ao participar do FII Priority Summit, ressaltou as oportunidades de investimentos entre a Arábia Saudita e o Brasil e entre o Oriente Médio e a América Latina.

> "[Os sauditas] estão interessados em investir"
> *Aloizio Mercadante*

"[No Brasil] Temos inflação baixa, balanço de pagamentos forte, [...] grandes investimentos, Estado de Direito. É uma democracia consolidada. Nesse mundo de transição, em que segurança alimentar é uma palavra-chave, o Brasil é um dos líderes, com escala. E em uma região geopolítica calma e um país pacificador", disse. Em sua participação, Esteves apontou que muitos falam que há um processo de "desglobalização", mas defendeu que existem diferentes formas de olhar para a questão e citou aspectos que, na visão dele, indicam outro caminho.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, também presente ao encontro, afirmou que o Brasil é um celeiro de investimentos, com três características para o investidor: rentabilidade, garantia e fortalecimento da segurança alimentar e segurança ambiental. "O Brasil é um celeiro para oportunidades de investimento, com pipeline de projetos arrojados e com complementaridade com a Arábia Saudita", disse ele.

Aos investidores presentes no encontro, Renan Filho apresentou as vantagens de destinar recursos ao país: "O Brasil defende e oferece investimentos sustentáveis e tem projetos rentáveis. Aqueles que vierem ao Brasil para fazer investimentos terão retorno e vão garantir segurança alimentar para o planeta. Se o Brasil exporta alimentos, também colabora para a inflação global, que é um problema hoje", afirmou. Renan Filho apontou ainda o potencial da área de infraestrutura, destacando os próximos leilões para rodovias no Brasil: "Devemos ter 12 leilões de rodovias na Bolsa de São Paulo, que vão levantar R$ 180 bilhões", projetou.

Princesa defende nova rota para a globalização

Do Rio

A embaixadora da Arábia Saudita nos Estados Unidos, princesa Reema Bint Bandar Al Saud, disse estar "pessoalmente animada" com a liderança do Brasil na América Latina e sinalizou o desejo de trabalhar em parceria com o país.

Ela rechaçou a tese de que a globalização esteja "morta": "Não concordo com a ideia de que a globalização está morta. Acho que precisamos adotar uma rota diferente. Se analisarmos simplesmente a globalização e o engajamento econômico ou político e perdemos a questão social, não vamos sobreviver a este século", disse a princesa, em participação por vídeo no FII Priority Summit.

Em mais um gesto de aproximação em direção ao Brasil, ela declarou que na opinião dela o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem "visão clara" de onde o país quer ir: "Nós precisamos trabalhar junto [com o Brasil]. Ver e ouvir um ao outro, investir com dignidade", afirmou.

A princesa continuou: "Estou pessoalmente muito animada com a liderança do Brasil na América Latina." Ela foi uma das palestrantes da reunião de cúpula promovida pela Arábia Saudita no Rio, que tem como tema "Investir em Dignidade".

Na visão da princesa saudita, falta senso conjunto do impacto provocado pelos negócios. A responsabilidade, destacou, não é só dos governantes, mas também dos empresários, de reconhecerem a responsabilidade sobre aqueles impactados por seus ganhos.

Afinal, ponderou, "se os países ou as pessoas estiverem sob estresse, não importa, não haverá consumidores".

Ao tratar da importância da inteligência artificial e da inovação no momento atual, por exemplo, destacou a importância de se reconhecer que há diferenças em relação ao ponto de partida de cada país, que devem ser levadas em consideração pelos líderes. "Se acharmos que todos saem do mesmo ponto, vamos falhar", disse.

Nomeada para a Embaixada da Arábia Saudita em Washington em fevereiro de 2019, ela foi a primeira mulher na história do país a desempenhar o papel de embaixadora. Antes da carreira diplomática, a princesa foi CEO da Alfa International Company Limited - Harvey Nichols Riyadh, uma empresa multimarcas de varejo de luxo de 2007 a 2015. Em 2016, a princesa deixou o setor privado para assumir cargo no serviço público como vice-presidente de assuntos femininos na Autoridade Geral de Esportes Saudita. *(LC)*

Fiscal Após derrota com devolução de MP, presidente não fala em cortar gastos e causa temor de isolamento do ministro da Fazenda

Lula repete que ajuste é aumento de receita e dólar vai a R$ 5,40

Camila Zarur, Rafael Rosas, Paula Martini e Kariny Leal
Do Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu nesta quarta-feira (12) que o ajuste fiscal, na visão dele, se dá via aumento de receitas e de redução de juros — duas variáveis que o governo não controla. O presidente não fez menção, uma vez mais, ao ajuste das contas públicas via corte de gastos, o que contribuiu para deixar o mercado e as empresas apreensivos.

"O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público", disse Lula na abertura do encontro de cúpula Brasil-Arábia Saudita.

Segundo ele, o Brasil está "arrumando a casa" e colocando as contas em ordem para alcançar o equilíbrio fiscal. A interpretação, no mercado, é que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai ficando cada vez mais isolado.

A fala de Lula foi dirigida a investidores que participaram do FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos para debater oportunidades de investimento capazes de propiciar aos países crescimento sustentável, que começou na segunda-feira (11) e termina hoje no Copacabana Palace, no Rio.

Ontem, o dólar voltou a subir e fechou R$ 5,4066.

A meta fiscal estabelece déficit zero para este ano e para o ano que vem, com intervalo de 0,25% para cima ou para baixo. Para 2026, o objetivo é um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), patamar que deve subir para 0,5% do PIB em 2027 e para 1% do PIB em 2028.

A fala de Lula no evento de ontem aconteceu em um cenário em que economistas questionam a capacidade de o governo ser bem-sucedido na meta de déficit zero este ano. O Boletim Focus, do Banco Central, divulgado esta semana, mostra expectativa de mercado de déficit de 0,70% do PIB para este ano e de 0,67% do PIB para 2025.

Também presente ao evento, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, reconheceu que o país tem um problema a ser resolvido nas finanças públicas que se relaciona ao crescimento da relação dívida/PIB. "Precisamos crescer para resolver essa situação e o BNDES está dando a sua contribuição", disse Mercadante.

Mercadante disse que este ano o BNDES deve destinar cerca de R$ 16 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional. O valor corresponde a uma parcela de 50% do lucro do banco. "Temos que ajudar no esforço fiscal, estamos aumentando o pagamento de dividendos, estamos indo para quase R$ 16 bilhões [este ano]. Estamos tirando recursos do nosso capital e contribuindo com o Tesouro", afirmou.

Segundo Mercadante, as preocupações do mercado com a agenda fiscal não têm reduzido a demanda por crédito, uma vez que houve alta de 86% na demanda por crédito no primeiro trimestre no BNDES em relação a igual período de 2023. Mercadante afirmou que os dividendos maiores pagos ao Tesouro não comprometem os desembolsos da instituição. "Seguimos com inadimplência baixa [no BNDES], mas precisamos melhorar as expectativas e saber o que é economia real, crescimento da pauta de investimentos."

Além de citar o ajuste fiscal como uma tentativa de ter a economia ajustada para receber investimentos e crescer, Lula também lembrou da reforma tributária e garantiu que ela vai tornar o regime de impostos brasileiro mais justo inclusive para os mais pobres. "A reforma tributária vai tornar nosso regime mais justo e eficiente, deixando de penalizar os mais pobres e dando mais competitividade à economia", disse.

> "Não vamos jogar fora oportunidade de fazer esse país crescer"
> *Lula*

O presidente tocou em um ponto sensível ao afirmar que é questão de tempo o início da exploração da Margem Equatorial, assunto que causa divergências dentro do governo, sobretudo entre os ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente. Mas ele fez questão de dizer que a exploração na região — que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá — será feita de forma a "garantir que a questão ambiental seja levada 100% a sério."

"É importante ter em conta que nós, na hora que começarmos a explorar a chamada Margem Equatorial, vamos dar um salto de qualidade extraordinário. Queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente", disse Lula durante o discurso no evento. "Mas não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse país crescer."

Ao final da manhã, em conversa com jornalistas, o presidente voltou a defender a exploração na Margem Equatorial e criticou que o diálogo sobre o tema esteja travado por polêmicas. "Tem um debate técnico que tem que ser feito", disse. "O problema é que no Brasil tudo é polemizado. Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago estão explorando. Você vai deixar o seu sem explorar?", emendou Lula, citando outros países que já exploram a região.

Lula também aproveitou o discurso para defender a vinda de novos investimentos estrangeiros ao Brasil e afirmou que o país tem estabilidade "de sobra" para oferecer aos investidores. Ele ressaltou que o país passou pela "maior provação" de sua história recente — em referência aos ataques a prédios públicos em 8 de janeiro — mas frisou que as "instituições sobreviveram à tentativa de desmonte do Estado brasileiro."

Em um aceno ao anfitrião do evento, o presidente afirmou que "já é passada a hora de reconhecer o crescente peso de países como a Arábia Saudita e o Brasil, sócios cada vez mais próximos e parceiros nos Brics".

Lula tem feito movimentos para estreitar a relação entre os dois países a fim de conseguir investimentos dos fundos árabes e ontem afirmou que tem "grandes expectativas" em relação à criação do Fundo bilateral para Investimentos em Oportunidades Especiais, que, segundo ele, fortalecerá a parceria entre os dois países.

DIVULGAÇÃO



Lula: país tem estabilidade "de sobra" para oferecer aos investidores

País perdeu 10 anos na Margem Equatorial, diz Chambriard

Kariny Leal, Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

Enquanto a Petrobras ainda aguarda a liberação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para explorar petróleo na Foz do Amazonas, que faz parte da Margem Equatorial, a nova presidente da petroleira tem tentado avançar no debate. Magda Chambriard, que assumiu a estatal no fim de maio, diz que prepara um material para dar mais detalhes do plano da Petrobras para a região ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), na tentativa de viabilizar a autorização.

Na visão de Chambriard, o país perdeu dez anos no debate sobre a exploração da região da Foz do Amazonas, entre os Estados do Amapá e do Pará: "A Margem foi licitada em 2013. Todo estudo foi feito. A Total estudou [exploração de petróleo na área] e desistiu, assim como a BP. A Petrobras está lá agora com todos os esforços. Não é crível que três grandes petroleiras estejam desempenhando mal seu papel em termos de licenciamento."

Em maio do ano passado, o Ibama negou o pedido da Petrobras para explorar petróleo na região da Foz do Amazonas. Entre os argumentos, o órgão ambiental alegava omissões na previsão dos impactos da atividade em terras indígenas e incertezas sobre o plano de atendimento à fauna. Ao longo de 2023, a gestão de Jean Paul Prates, ex-presidente da companhia, mencionou em diferentes ocasiões que estabelecia comunicação constante com o Ibama para atender às demandas relativas à licença, mas não houve avanço aparente.

A Petrobras obteve, em setembro, autorização do Ibama para explorar a Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, que também faz parte da Margem Equatorial. À época, Prates, que administrava a estatal, afirmou que a liberação representava um passo em direção ao Amapá.

Nesta quarta (12), após participar do FII Priority Summit, no Rio, Chambriard disse que a exploração na Margem Equatorial é importante para a reposição de reservas de petróleo do país: "A questão transcende a discussão técnica." E complementou: "Entendo que é possível ao órgão ambiental fazer exigências para o licenciamento, é possível dizer como pretende que o licenciamento seja viável, mas tenho dificuldade de entender como se nega uma licença que foi previamente concedida. A questão do petróleo, gás e biocombustíveis são parte da política energética nacional." Na visão da executiva, é necessário levar em consideração a atuação da Petrobras no âmbito das energias renováveis e na proteção do meio ambiente.

DIVULGAÇÃO



> "A questão transcende a discussão técnica"
> *Magda Chambriard*

A presidente da Petrobras também foi questionada sobre a divulgação dos nomes da diretoria que está montando, mas informou que só deve tornar públicos os indicados no fim desta semana ou no início da próxima.

Nos bastidores do debate sobre a Margem Equatorial, existe o entendimento de que a decisão de explorar petróleo na área da Foz do Amazonas pode representar um "arranhão" à agenda ambiental para a conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP30, que acontece em novembro do ano que vem em Belém (PA). Ainda assim, fontes ligadas à discussão defendem que o argumento não impede a produção da commodity. Na avaliação de interlocutor do Planalto, haveria certo convencimento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que a exploração deve acontecer e as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã de quarta-feira são um indicativo nessa direção.

Por isso, disse uma fonte, o presidente fez questão de reforçar que qualquer movimento "levará 100% a sério o meio ambiente". Também no FII Priority Summit, Lula afirmou que é uma questão de tempo o país explorar a Margem Equatorial. Segundo ele, essa exploração vai seguir à risca todas as normais ambientais.

Em reuniões bilaterais durante o evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a nova presidente da Petrobras tem apoio irrestrito no comando da estatal. "Estou muito otimista. Além de ser uma grande profissional, Magda entende a agenda que o governo acredita que é o melhor para o Brasil. Ela aceitou o desafio e tem de todos nós o completo, absoluto e irrestrito apoio para que tenha o pulso firme da mulher e possa o mais rápido possível dar respostas ao povo brasileiro", disse Silveira ao ser questionado pelo **Valor** se está satisfeito com os novos rumos da companhia.

Percepção de risco cresce, trava negócios e preocupa setor financeiro

Mônica Scaramuzzo e Talita Moreira
Do Rio

O aumento da percepção de risco do Brasil nas últimas semanas foi tema de conversas nos corredores do FII Priority Summit. Se nos palcos do evento se destacava o potencial de investimentos no país, executivos na plateia manifestavam preocupação com a piora de humor nos mercados. Banqueiros de investimento ouvidos pelo **Valor** sob a condição de anonimato afirmaram que os negócios estão mais difíceis.

No segmento de fusões e aquisições (M&As, na sigla em inglês), boa parte das conversas está parada. Nas ofertas de ações, as chances de sair algum IPO ainda neste ano ficaram mais remotas — somente uma das fontes disse que pode haver uma retomada depois de setembro, condicionada aos passos que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) irá tomar sobre os juros nos Estados Unidos. A privatização da Sabesp é uma das poucas certezas de oferta no mercado de capitais, muito mais pelo peso do ativo de saneamento, considerado a joia da coroa do Estado de São Paulo

O clima no mercado azedou principalmente nas duas últimas semanas, segundo uma das fontes. Nesse período, o ambiente piorou nos mercados tanto por fatores externos quanto por questões locais, em especial dúvidas sobre o compromisso fiscal do governo. Duas fontes afirmaram que não há clima para os negócios e as sinalizações do governo estão desalinhadas. Também pesa a sensação de enfraquecimento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dentro do governo.

"Os investidores estrangeiros estão muito preocupados com o Brasil", disse um banqueiro. "Em relação aos M&As, há mais expectativas do que negócios. "Tem um monte de MoU [memorandos de entendimento] assinado, mas nada avança." Um terceiro interlocutor ressaltou que, enquanto a situação não ficar mais clara, o fluxo de recursos para o país não volta - e, sem isso, os negócios ficam travados. O único segmento que está positivo e tende a bater recorde é o de ofertas de renda fixa no mercado de capitais, afirmou uma das fontes.

Declarações dadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início do evento também contribuíram para aumentar o mau humor, com os participantes interpretando a fala como um sinal de que o governo pretende aumentar gastos.

América Latina pode apontar caminho para transição energética

Victoria Netto
Do Rio

Os mercados emergentes podem apontar caminhos para investimentos no mundo, em especial a América Latina, diante do potencial que a região tem para impulsionar a transição energética global. A afirmação foi feita por executivos de bancos e instituições financeiras no FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos no Rio.

"A transição energética não é algo novo para o Brasil, o país está na vanguarda disso. Uma coisa que a América Latina pode fazer é impulsionar o que já tem. Na região, a média [de descarbonização da matriz energética] é maior do que no resto do mundo. Isso significa eletricidade verde, mas também redução de emissões", disse o diretor administrativo do Goldman Sachs, John Greenwood.

Ele destacou a importância da América Latina no mercado de commodities, uma vez que a região tem a maior parte das reservas dos chamados "metais críticos", fundamentais para a eletrificação de frotas e descarbonização. "Se estamos falando de transição energética, a América Latina está nessa liderança. Muitos países têm metas de carbono zero até 2030-2040 e eles não vão conseguir fazer isso sozinhos, vão precisar de créditos de carbono que existem aqui", pontuou Greenwood.

O vice-presidente executivo e diretor de investimentos da Templeton Global Macro, Michael Hasenstab, observou que os investidores muitas vezes resumem os mercados emergentes à China. "Isso não é verdade, a China tem uma influência, mas não é tudo. Lugares como Índia, Brasil, México, Vietnã são exemplos proeminentes", disse.

No mesmo painel, o diretor de desenvolvimento nacional do Fundo de Investimento Público (PIF) da Arábia Saudita, Jerry Todd, destacou que, entre os setores mais atrativos em países emergentes, estão infraestrutura, digitalização, automação, manufatura e energias verdes. Para ele, uma das formas de despertar o interesse de investidores nestes mercados é gerar confiança. "É preciso falar com clareza", disse.

O co-fundador e diretor-presidente do Patria Investments, Alexandre Saigh, acrescentou que as economias emergentes estão crescendo a uma velocidade mais rápida do que as demais. "Em 25 anos, acho que teremos grandes resultados dos países em que investimos, como Brasil, Peru, Chile e México", projetou.

INÊS 249

O governo dentro da panela de pressão



Maria Cristina Fernandes

Um presidente pode esfriar crises ao viajar ou levá-las a bordo. Luiz Inácio Lula da Silva decolou rumo a Genebra desincumbido de ambas as tarefas. O impacto de sua ausência, depois da humilhação causada pela devolução de uma medida provisória, é quase nulo.

Lula associou-se ao gesto desde a véspera, quando conversou sobre a MP do PIS/Cofins com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Prosseguiu na toada ao antecipar a devolução da MP ao presidente da CNI, Ricardo Alban, e ao autorizar seu líder no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), a aplaudir o gesto do presidente da Casa.

Se pretendia deixar claro que a devolução da medida tinha no ministro da Fazenda seu único responsável foi bem sucedido, mas o gesto não aproxima seu governo de uma solução. A MP foi enviada ao Congresso durante viagem de Fernando Haddad ao exterior sem que os ministros dos setores mais atingidos por seus efeitos tivessem tido conhecimento de seu teor.

Foi levada adiante a despeito de resistências de quem tomou conhecimento prévio de seu teor e das evidências de que a corda da recuperação de receitas, mais do que esgarçada, já ameaçava ruir a base de apoio empresarial que a Fazenda conquistara .

Além disso, reafirmou a opção por MP em detrimento de um projeto de lei com urgência. E, por fim, desprezou o risco de uma conjuntura sensível transformar em ruído toda sílaba da principal autoridade econômica do país, como aconteceu no encontro com o presidente do Santander e operadores do banco.

Nada demoveu o ministro do seu afã de convencer a nação de que, além de não ser mais possível conviver com benefícios tributários e creditícios da ordem de 6% do PIB, como apontou o relatório do TCU sobre as contas do governo, sobram fraudes. Preferiu reafirmar a pedagogia do poder que o caracteriza (e irrita seus adversários) a recuar.

O insucesso obrigará a Fazenda a buscar alternativas junto ao Senado e, principalmente, ao STF, para repor a receita. Conhece-se menos dessas alternativas do que das medidas com as quais o ministro pretende sinalizar um ajuste de longo prazo e salvar o arcabouço fiscal, como a submissão da educação, da saúde e dos benefícios sociais e previdenciários aos seus limites.

Por estarem previstas na Constituição, essas despesas só mudam com quórum de 3/5 do Congresso. A maior resistência concentra-se no PT. Por mais convergência ideológica que tenha com medidas do gênero, o Centrão não vai arcar com o desgaste da adesão se o partido do presidente não o fizer.

"Ninguém aqui é irresponsável", é o que se ouve no entorno do presidente da República sobre a recepção aos estudos da Fazenda sobre o tema. A percepção de que é a sucessão de Roberto Campos Neto no Banco Central que amplifica os ruídos não impedirá Lula de examinar as alternativas.

Para convencer o PT, primeiro Lula terá que ser convencido. Nos contatos que teve com petistas, ao longo da escalada de tensões que precederam a devolução da MP, o presidente não mencionou a perspectiva de o partido ter que se dobrar a um ajuste. Nem mesmo da maneira como aconteceu na votação do arcabouço fiscal, quando 22 deputados do PT votaram a favor com uma declaração crítica.

Um petista que tem sido ouvido pelo presidente não desconhece a pressão fiscal, mas não vê como coadunar as concessões com aquilo que o presidente pretende. Lula pediu, por exemplo, que as filas do INSS fossem zeradas e não há como fazê-lo sem gastar mais.

Vê como factível a mudança dos limites constitucionais de educação e saúde, o que não significa que concorde, mas não acredita que Lula embarque na desvinculação dos benefícios sociais da política de reajuste do mínimo. Diz que o governo teria melhores condições de lidar com o gargalo fiscal se tivesse permitido que a reforma tributária da renda tramitasse paralelamente à do consumo. Acredita que teria sido possível avançar numa fazendo concessões à outra.

Numa conversa recente no Palácio do Planalto, queixou-se da reedição do modo de governar pelo fomento das divergências entre ministros. Um governo com margem de gordura tão estreita como este não poderia se dar ao luxo de colocar apoiadores em conflito. Queixou-se da maneira como uns ocupantes da Esplanada são desautorizados e da tolerância com malfeitos de outros, vide Juscelino Filho (Comunicações), indiciado pela Polícia Federal. Ao revelar descrença no apetite do presidente por um segundo mandato, foi contestado. Taxado por Lula como "pessimista" vê seu gabinete envolto em ufanismo.

Lula, na visão deste petista, estaria menos propenso a entrar em bola dividida e até mesmo naquelas que lhe chegam redondas, como a comissão de mortos e desaparecidos, que já teve aval dos ministérios da Defesa, da Justiça e do comandante do Exército, Tomás Paiva. Só falta o do presidente.

Teme os efeitos de um ajuste na eleição municipal mas teme mais ainda a indisposição dos ministros do governo em defender o governo. Vê o embate do ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), com o governador do Paraná, Ratinho Jr, como uma exceção. E não veria com maus olhos a ida de egressos de outros partidos para o Palácio do Planalto. Contesta a visão de que o governo tem problema de comunicação. O que falta, diz, são diretrizes. E o presidente, como reage? "Ouve, o que não quer dizer que escute".

Maria Cristina Fernandes é jornalista do "Valor". Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Judiciário Inquérito apura desvio de emendas direcionadas à Codevasf; ministro nega e diz que investigação cria 'uma narrativa de culpabilidade'

Juscelino Filho é indiciado por corrupção passiva

Isadora Peron, Flávia Maia, Julia Lindner, Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

A Polícia Federal (PF) decidiu indiciar o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União), por organização criminosa e corrupção passiva em um inquérito que apura suspeitas de desvio de emendas parlamentares direcionadas à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Segundo o **Valor** apurou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi avisado que o relatório final sobre o caso seria enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na Corte, o inquérito é relatado por Flávio Dino, que foi colega de Juscelino na Esplanada dos Ministérios.

As irregularidades aconteceram em obras de pavimentação de ruas de Vitorino Freire, no interior do Maranhão, enquanto Juscelino ocupava mandato de deputado federal. A cidade é governada por Luanna Rezende, irmã do ministro.

Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) apontou que 80% da estrada custeada pela emenda beneficiou propriedades dele e de seus familiares na região. Em setembro do ano passado, quando o caso estava nas mãos do ministro Luís Roberto Barroso, Luanna chegou a ser afastada do cargo, mas a medida foi suspensa poucas semanas depois e ela voltou ao comando do Executivo municipal.

Uma pessoa investigada passa à condição de indiciada quando a PF aponta que há indícios de que ela cometeu determinado crime. A expectativa é que o relatório sobre a investigação seja enviado na próxima semana para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão deverá, então, se manifestar sobre o caso, seja apresentando uma denúncia, pedindo novas diligências ou indicando o arquivamento do processo.

No STF, a indicação é que Dino não deve se declarar suspeito de ser o relator do inquérito. Além de atuarem juntos no governo Lula, os fatos investigados ocorreram no Maranhão, Estado que ele governou por oito anos. Interlocutores do ministro, porém, dizem não ver motivos para que ele invoque o princípio da suspeição, porque nem sequer mantinha uma relação de proximidade com Juscelino.

> "A Justiça é a única instância competente para julgar"
> *Juscelino Filho*

A suspeição tem foro íntimo e acontece quando o magistrado se sente impossibilitado de exercer sua função em determinado processo, devido a uma razão subjetiva, como um eventual relacionamento com a parte, o que poderia comprometer seu dever de imparcialidade. Já no caso de impedimento, há critérios objetivos estabelecidos, como o fato de ele ser parente de uma das partes do processo, por exemplo.

Apesar do revés na Justiça, o ministro deve receber respaldo do seu partido, o União Brasil, para continuar representando a legenda na Esplanada, o que deve dificultará, na avaliação de integrantes do Palácio do Planalto, qualquer possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demiti-lo da pasta.

Segundo fontes que atuam na cúpula do governo, não há espaço para que Lula faça mudanças na pasta, já que, durante a montagem do governo, ficou definido que o Ministério das Comunicações pertence ao União Brasil. Ou seja, qualquer troca no comando da pasta depende de um aceite da sigla. A fragilidade da gestão petista no Congresso também pesa.


SHIZUO ALVES/MCOM — 7/5/2024

Juscelino Filho: "O indiciamento é uma ação política, que parte de uma apuração que distorceu premissas e ignorou fatos"

Após o indiciamento, o ministro das Comunicações se pronunciou por nota e através de um vídeo, divulgado em suas redes sociais. Para ele, o relatório da PF faz parte de uma ação política contra ele e a investigação busca "criar uma narrativa de culpabilidade perante a opinião pública, com vazamentos seletivos, sem considerar os fatos objetivos".

Em uma das manifestações, Juscelino chegou a questionar a isenção do delegado responsável pelo caso e comparou o seu modo de atuação ao adotado na Operação Lava-Jato. "O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito."

Para Juscelino, a investigação "revira fatos antigos e que sequer são de minha responsabilidade enquanto parlamentar". Na visão dele, embora a indicação dos recursos para a realização das obras tenha sido feita por ele, cabe a outros órgãos acompanharem e fiscalizarem a execução.

Juscelino reclamou do delegado responsável pelo caso, por supostamente não ter feito "questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação" durante o seu depoimento. "Além disso, o encerrou abruptamente após apenas 15 minutos, sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento", alegou.

Ele também apontou que os fatos investigados não dizem respeito ao seu trabalho à frente da pasta. "Importante deixar claro que não há nada, absolutamente nada, que envolve a minha atuação no Ministério das Comunicações, pautada sempre pela transparência, ética e defesa do interesse público. Estamos avançando em assuntos importantes, para conectar cada vez mais brasileiros, e promover uma verdadeira e ampla inclusão digital e social no nosso país", afirmou.

Por fim, ele declarou que era "importante lembrar que indiciamento não implica culpa" e afirmou que vai comprovar a sua inocência. "A Justiça é a única instância competente para julgar. E eu confio plenamente na imparcialidade do Poder Judiciário. Minha inocência será comprovada no final do devido do processo legal. E eu espero que o amplo direito à defesa e a presunção da inocência sejam respeitados."

Operação investiga desvios do fundo partidário

De Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quarta-feira (12) a Operação Fundo no Poço para desarticular uma organização criminosa responsável por desviar e se apropriar de recursos do fundo partidário e eleitoral nas eleições de 2022. O principal alvo é Eurípedes Júnior, ex-Pros e atual presidente do Solidariedade. Até o início da noite, ele não havia sido localizado e era considerado foragido.

Ao todo, foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva e 45 de busca e apreensão em Goiânia, São Paulo e no Distrito Federal. Entre os que foram levados à prisão estão Cintia Lourenço da Silva, primeira tesoureira do Solidariedade, e Alessandro Sousa da Silva, o Sandro do Pros, que em 2022 foi candidato a deputado federal em São Paulo.

As investigações tiveram início a partir de denúncia do então presidente do Pros em desfavor de um ex-dirigente suspeito de desviar aproximadamente R$ 36 milhões. A PF não citou nomes, mas em 2022 o então presidente da legenda, Marcus Holanda, registrou boletim de ocorrência contra Eurípedes, que era seu antecessor. Holanda acusou o correligionário pelo sumiço de bens do partido. Dentre eles, um helicóptero adquirido por R$ 2,4 milhões em 2015.

De acordo com o jornal "O Globo", apuração do Ministério Público e da PF aponta que a aeronave, imóveis e outros veículos faziam parte de uma série de aquisições irregulares do partido durante a gestão de Eurípedes Júnior.

"Por meio de Relatórios de Inteligência Financeira e da análise de prestações de contas de supostos candidatos, foram localizados indícios que apontam para existência de uma organização criminosa estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral", explicou a PF .

De acordo com os investigadores, isso foi feito através de candidaturas laranjas ao redor do país, de superfaturamento de serviços de consultoria jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação de Ordem Social, que era ligada ao Pros.

"Os envolvidos estão sendo investigados pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, falsidade ideológica eleitoral e apropriação de recursos destinados ao financiamento eleitoral", informou a corporação.

No ano passado, o Pros deixou de existir e foi incorporado pelo Solidariedade. Eurípedes, então, foi eleito presidente do partido. Em nota, a sigla afirmou que os fatos investigados que atingiram os ex-dirigentes do Pros são anteriores à fusão com o Solidariedade. "Aguardaremos o desenrolar dos fatos para tomarmos as medidas cabíveis. Reafirmamos que acreditamos na Justiça, no direito de defesa e no devido processo legal." *(IP)*

Curtas

Parecer aprovado

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, por 47 votos a 17, o parecer do deputado Ricardo Salles (PL-SP) a favor da admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) que criminaliza o porte ou a posse de qualquer quantidade de drogas. O texto recebeu apoio da oposição (PL) e dividiu a base aliada do governo Lula (PT). Partidos como PP, MDB, Republicanos e União Brasil votaram a favor da penalização. As federações do PT/PCdoB/PV e o Psol/Rede defenderam sua rejeição. O governo não entrou na discussão. Com a aprovação, caberá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), instalar uma comissão especial para discuti-la e elaborar um parecer no prazo de até 40 sessões.

Votação simbólica

A Comissão Especial do Hidrogênio Verde do Senado aprovou em votação simbólica, na quarta-feira (12), o projeto de lei que estabelece o marco legal para a exploração de hidrogênio de baixo carbono no Brasil. Os senadores aprovaram um requerimento de urgência, o que leva o texto direto ao plenário da Casa. O marco legal do hidrogênio verde é parte da "agenda verde" para incentivar a descarbonização da matriz energética do país. O projeto cria o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono (Rehidro), isentando de contribuições empresas que, no prazo de cinco anos, realizarem investimentos em hidrogênio verde.

INÊS 249

Congresso Proposta de Arthur Lira, que altera regimento, foi aprovada por 400 parlamentares, apenas 29 votaram contra

Mesa poderá recomendar suspensão de deputado

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Após uma flexibilização no texto, a Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (12) projeto de resolução que altera seu regimento interno para que a Mesa Diretora — ou seu presidente — possa recomendar ao Conselho de Ética a suspensão cautelar do mandato do deputado que ferir o Código de Ética da Casa. 400 deputados foram favoráveis, enquanto 29 votaram contra.

A medida é uma reação à briga protagonizada pelo deputado André Janones (Avante-MG) e por parlamentares alinhados com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na semana passada no Conselho de Ética. Provocações dos deputados de direita durante a leitura de um relatório também fizeram com que a deputada Luiza Erundina (Psol-SP), de 89 anos, passasse mal e precisasse ser internada, o que levou ao cancelamento da sessão no dia.

Elaborada pela Mesa Diretora, a proposta passou por ajustes feitos pelo relator Domingos Neto (PSD-CE), em uma construção conjunta com líderes partidários. As mudanças foram determinantes para diminuir as resistências no plenário contra um poder excessivo do presidente.

A proposta original permitia ao presidente da Câmara — atualmente, o deputado Arthur Lira (PP-AL) — ou à Mesa Diretora suspenderem sozinhos o mandato do parlamentar que infringisse o decoro parlamentar. O Conselho de Ética teria 72 horas para decidir se concordava ou revogava essa punição, decisão da qual caberia recurso ao plenário.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lira: parecer aprovado reduziu poder de decisão do presidente da Câmara

O parecer de Neto reduziu esse poder e permitiu que a Mesa Diretora, ou seu presidente sozinho "em caso de matéria inadiável", possa recomendar ao Conselho de Ética a suspensão cautelar do deputado infrator por até seis meses num rito sumário.

O Conselho terá três dias para decidir e a medida disciplinar valerá já a partir desta decisão. O deputado poderá recorrer da pena ao plenário, que votará "na sessão imediatamente subsequente". Será necessário o voto da maioria absoluta da Câmara — 257 de 513 deputados — para que seja afastado.

Atualmente, os processos disciplinares no conselho demoram meses, até mais de um ano, e na quase totalidade das vezes ocorre o arquivamento sem nenhuma punição. O conselho arquivou todas as representações com pedidos de cassação dos deputados, com os mais diversos argumentos, nesta legislatura. No máximo, recomendou uma "censura verbal" ao colega.

Foi o caso, do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), acusado pelo PL de agredir fisicamente o deputado Abílio Brunini (PL-MT) durante uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, em novembro do ano passado.

Apesar das mudanças no projeto, o deputado Sidney Leite (PSD-AM) manteve a posição contrária ao texto. "O projeto melhorou, mas ele ainda é temerário. Essa suspensão deve ser uma decisão do plenário porque estamos contradizendo o que foi dito há 60 dias, que é a questão da legitimidade do mandato popular", criticou.

No mesmo sentido, Mendonça Filho (União-PE) reconheceu que "o texto melhorou substancialmente" e "tirou visão autoritária que dava poder excessivo a Mesa Diretora". Apesar disso, ele fez uma ressalva de que a suspensão só poderia ocorrer, em sua avaliação, após ser referendada pelo plenário, e não pelo conselho.

Por outro lado, o deputado Bibo Nunes (PL-RS) defendeu o avanço da matéria. "Vimos que o bom senso imperou. Vimos também que deu uma chacoalhada na bancada de todos os partidos. Hoje já tivemos calma nas Comissões. Dá para se notar que o bom senso vai imperar nesta Casa", afirmou o bolsonarista.

Relator do projeto, o deputado Domingos Neto disse que a punição cautelar é um dos temas pelos quais a Câmara mais foi cobrada pela sociedade. "A previsão de uma suspensão cautelar do mandato consiste em medida necessária à promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso, propício ao diálogo democrático e à deliberação construtiva, além de um instrumento dissuasivo e preventivo, capaz de desestimular comportamentos agressivos."

Aprovada urgência de PL que limita delações premiadas

De Brasília

A Câmara dos Deputados avançou nessa quarta-feira (12) na apreciação de dois temas que enfrentam críticas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em votação relâmpago e de forma simbólica, os deputados aprovaram o requerimento de urgência para acelerar a tramitação da proposta que limita as delações premiadas, vetando a validação desse procedimento com presos. O requerimento de urgência da proposta que equipara a pena de aborto à punição a quem comete homicídio também foi aprovado de maneira atropelada.

Em ambos os casos não há data definida para a análise do mérito das propostas.

Apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto que trata da delação premiada estabelece que ela só poderá ser validada pela Justiça caso o acusado ou indiciado estiver respondendo em liberdade ao processo ou investigação. A proposição tem sido alvo de críticas de aliados de Lula, movimento endossado por juristas e investigadores. Entre os governistas, a leitura é que a medida busca invalidar colaboração que cita o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Já a medida antiabortista foi aprovada sem que a votação do requerimento de urgência fosse formalmente anunciada pela presidente da Câmara. Logo após a aprovação da urgência do projeto que limita delações premiadas, Lira chamou a deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) para falar pelo tempo de liderança da bancada negra. Após o discurso da parlamentar, Lira iniciou a orientação da votação do requerimento, mais uma vez sem anunciar formalmente o que estava sendo votado.

PCdoB, Psol e PT logo pediram para que fosse registrado a posição contrária à urgência. Mas técnicos da Câmara avaliam que a votação, sem o anúncio do que está sendo apreciado, fere dois artigos do regimento.

Enquanto o artigo 173 prevê que, após o anúncio da matéria, é dada a palavra aos oradores para discussão, o artigo 192 estabelece que, depois da votação ser anunciada, é lícito usar da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de três minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão ou que esteja em regime de urgência.

Segundo aliados de Lira, houve um acordo, em reunião de líderes, para que apenas o deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) fizesse a orientação. Por isso, ao chamar Vieira, Lira teria deixado claro que estava votando o requerimento de urgência dessa proposta.

Nos bastidores, parlamentares do PL afirmaram que "o Psol fez jogo de cena" e que o partido não gostaria de deixar a digital na proposta para evitar impactos nas candidaturas de nomes da legenda que concorrerão nas eleições municipais. Uma posição mais clara poderia afastar o eleitorado evangélico.

A proposta altera o Código Penal e estabelece a aplicação de pena de homicídio simples nos casos de aborto em fetos com mais de 22 semanas mesmo em diversas situações, inclusive, em caso de estupro.

A aliados, Lira afirmou que escalará uma mulher para a relatoria e que o que está previsto em lei será preservado. Nesse sentido, o texto poderia ser alterado e trataria apenas de casos de assistolia fetal, técnica que utiliza medicações para parar os batimentos cardíacos do feto, antes de sua retirada do útero. *(MR e RDC)*

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	abr/24	2024	2023	12 meses	mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	0,46	0,38	2,27	4,62	3,93	6.926,96	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	0,46	0,37	2,42	3,71	3,34	7.123,19	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	0,87	0,72	0,61	-3,30	0,88	1.112,26	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	0,31	0,26	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	0,97	0,84	-0,06	-5,92	-0,22	1.293,59	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	0,38	1,15	-0,08	-11,34	-2,98	1.783,95	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	1,19	0,73	-0,05	-3,77	0,83	1.093,97	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	0,53	0,42	2,23	3,55	3,30	750,05	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	0,86	0,52	2,07	3,49	4,02	1.110,89	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jun/24 0,25%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			
4ª	30/08/24			
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			
7ª	29/11/24			
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**
Discriminação	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Senado argentino aprova Lei de Bases de Milei

Agências internacionais

O Senado argentino aprovou ontem, com o voto de minerva do presidente da Casa, Victoria Villarruel, os termos gerais da Lei de Bases — o principal pilar das radicais medidas econômicas que o presidente Javier Milei pretende implementar para tirar o país de uma crise que se arrasta há décadas.

A lei passou no Senado depois de a votação empatar em 36 votos contra e 36 a favor. Villarruel, que ocupa a presidência do Senado por ser a vice-presidente da República, desempatou — antes de encaminhar a votação de cada um dos mais de uma centenas de artigos. A sessão do Senado a esta altura já passava de 11 horas.

“Hoje vimos aqui duas Argentinas. Uma violenta que atira pedras e bombas contra a polícia, e outra formada por trabalhadores pacíficos que entregaram a este governo seu desejo de mudança. Por isso, meu voto é afirmativo”, disse Villarruel, ao garantir a primeira vitória de Milei — há seis meses no poder — numa votação parlamentar. Ela se referiu também aos confrontos entre sindicalistas e manifestantes na frente do Congresso durante a tarde.

A Lei de Bases estava fundamentada em três pontos básicos: o plano de reformas estruturais para ampliar a segurança jurídica a empresas e investidores; o estabelecimento de um arcabouço para reduzir burocracia e regulamentos para a atração de investimento estrangeiro - conhecido como Rigi —; e a concessão de “faculdades extraordinárias” para que Milei adote medidas econômicas e administrativas sem a necessidade de aprovação do Senado.

Para aprovar a lei, o governo não poupou esforços e fez várias concessões à oposição — incluindo a retirada da lista de empresas “privatizáveis” a Aerolineas Argentinas e os Correios.

Milei já tinha comemorada à tarde um acordo pararenovar uma operação de swap cambial com a China. Com isso, o BC não terá de desembolsar o equivalente a US$ 5 bilhões em reservas para pagar duas parcelas da dívida que venceriam neste mês e em julho. O vencimento passou para 2026.

AP



Carro incendiado por manifestantes na frente do Congresso argentino

Comércio Europa precisa de mais veículos elétricos e mais baratos, mas decidiu entrar na guerra comercial para proteger sua indústria

UE eleva tarifas sobre veículos elétricos da China em até 48%

Elisabeth Behrmann e Craig Trudell
Bloomberg

A União Europeia (UE) entrou ontem na guerra comercial global de veículos elétricos (VEs), ao anunciar que vai aumentar as tarifas sobre os veículos importados da China para até 48%. Em argumento semelhante ao que os EUA vem usando há meses, a Comissão Europeia prometeu proteger uma indústria fundamental do que considera ser subsídios ilegais.

Só que o bloco europeu precisa de mais VEs, e mais baratos. A decisão da Comissão Europeia vai manter os preços mais altos por mais tempo e funcionará como um impedimento às vendas.

As reações foram rápidas: isso não ajuda na redução dos altos preços dos VEs e poderá prejudicar as empresas nacionais como a Volkswagen (VW) e a Renault, já que a China ameaça retaliar.

“Proteger as montadoras da concorrência e impedir os consumidores de ter acesso a VEs a preços acessíveis hoje, não os ajudará a cumprir suas metas climáticas, nem ajudará a suas indústrias nacionais”, disse Aleksandra O’Donovan, da equipe de análise de Transporte Eletrificado da BloombergNEF. “No momento, parece que as metas de descarbonização podem não ser uma prioridade.”

Os ambiciosos objetivos verdes da Europa, de eliminar as vendas de novos veículos a gasolina até 2035 já estavam sob pressão. Após um forte crescimento, os VEs continuam caros demais para o consumidor médio, de Berlim à Bulgária. Companhias chinesas lideradas pela BYD e SAIC Motor , vêm se preparando para importações mais baratas, mas com as sobretaxas, continuarão fora do alcance por mais tempo para muitos potenciais compradores.

Em seu relatório anual Electric Vehicle Outlook, divulgado ontem, a BloombergNEF reduziu sua previsão de vendas globais de VEs em 6,7 milhões até 2026, estimando um aumento mais lento do que o previsto há um ano. Alguns países nórdicos e o Estado da Califórnia são os únicos locais que caminham para a eliminação das emissões das frotas de veículos de passageiros até 2050, disse a BNEF.

As sobretaxas da UE provavelmente reduzirão as importações da China em 25%, ou US$ 4 bilhões em automóveis, segundo o Kiel Institute for the World Economy da Alemanha. A SAIC deverá ser a mais atingida, depois que a UE considerou a empresa estatal não cooperante na sua investigação. A montadora começou a embarcar seus modelos elétricos para a Europa há cinco anos e conquistou o mercado com modelos a preços relativamente acessíveis, como seu sedan MG4 vendido por € 34.990.

O esforço da BYD para vender o seu carro urbano de baixo custo Seagull na Europa já no final de 2025 por menos de € 20 mil também pode estar agora em risco.

O impacto não está limitado às montadoras chinesas. Embora quase um quinto dos VEs vendidos na UE no ano passado tenham sido fabricados na China, as vendas são dominadas pela Tesla, que importa os sedans Model 3 de Xangai. A participação deverá aumentar para 25% este ano, segundo o grupo lobista Transport & Environment, com BMW, Volvo e Renault também vendendo números significativos de veículos.

Estas montadoras também terão de pagar, com aquelas que cooperaram com a investigação sujeitas a uma sobretaxa de 21%, a partir de 4 de julho. A Tesla e outras poderão ter uma sobretaxa com base em fatores individuais.

“Essa decisão de tarifa adicional de importação é o caminho errado a seguir”, disse Oliver Zipse, presidente-executivo da BMW, em um comunicado. “O protecionismo poderá dar início a uma espiral: tarifas levam a novas tarifas, mais ao isolamento do que à cooperação.”

A China ameaçou retaliar na agricultura, aviação e automóveis com grandes motores, dizendo estar profundamente desapontada e que se opõe veementemente às medidas relacionadas aos VEs.

Mesmo assim, Pequim provavelmente tomará o cuidado de manter o acesso ao mercado europeu, que é um destino lucrativo de suas exportações. Internamente, fabricantes de VEs como a Nio e a Xpeng sofrem com prejuízos em meio a um excesso de capacidade de produção significativo.

“É mais provável que o anúncio de hoje [ontem] acelere o movimento de fabricantes chineses e seus fornecedores de produzir seus produtos dentro da Europa — algo que já começamos a ver”, disse Andrew Bergbaum, da consultoria AlixPartners.

Por hora, as sobretaxas da UE são provisórias, sinalizando que poderá ajustar o rumo antes do prazo final de 4 de novembro, se novas discussões resultarem num acordo. A virada do bloco para a direita política após as eleições parlamentares do fim de semana também poderá alterar o curso dos acontecimentos.

“Existe agora uma oportunidade para tentar e, esperançosamente, conseguir parar essa espiral que é ameaçadora”, disse o ministro da Economia da Alemanha, Robert Habeck. “Se entrarmos em uma guerra tarifária com a China, então estaremos jogando fora o bebê junto com a água do banho.”

“A tarifa adicional de importação é o caminho errado a seguir.”
Oliver Zipse

China exporta deflação para maior parte do mundo

Katia Dmitrieva
Bloomberg

Enquanto os EUA e seus aliados condenam o “excesso de capacidade” industrial da China e reagem com medidas restritivas e sobretaxas, aqueles que estreitam vínculos com a “fábrica do mundo” estão recebendo uma ajuda em seus esforços para domar a inflação.

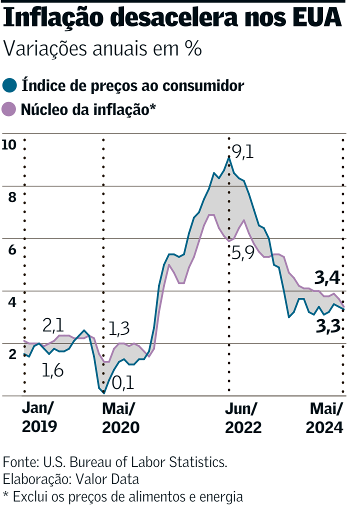
Os preços ao produtor na China caíram 1,4% ao ano em maio, marcando o 20º mês seguido de declínio, segundo dados oficiais divulgados ontem. É a maior sequência desde o período de 2012 a 2016.

Esses preços mais baixos estão repercutindo no exterior — os embarques aumentaram, enquanto os preços das exportações caíram 14% desde o começo de 2013.

Os preços baixos estão diminuindo margens de lucro dos fabricantes chineses e alimentando as tensões comerciais com os EUA e outros países, mas também estão ajudando os bancos centrais de muitos países emergentes a conter as pressões inflacionárias. As economias que mais se beneficiam são aquelas que dependem mais fortemente de produtos chineses, especialmente de bens ligados ao mercado da construção, que tiveram as maiores quedas de preços.

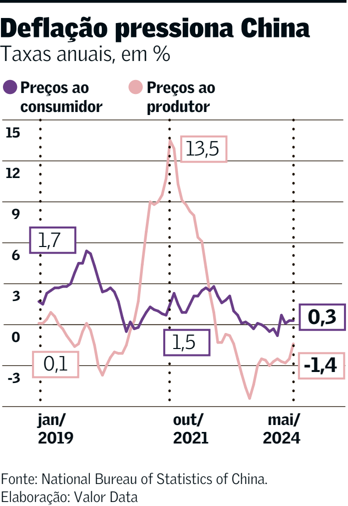
“Essa questão desinflacionária é uma faca de dois gumes. Por um lado, os países poderão valorizar o efeito desinflacionário porque estão tentando controlar a própria inflação”, diz Steven Kamin, pesquisador do American Enterprise Institute e ex-diretor do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). “Mas a penetração das importações chinesas leva a uma enorme reação política.”

Inflação desacelera nos EUA
Variações anuais em %



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics.
Elaboração: Valor Data
* Exclui os preços de alimentos e energia

Deflação pressiona China
Taxas anuais, em %



Fonte: National Bureau of Statistics of China.
Elaboração: Valor Data

Kamin escreveu um artigo no Fed alguns anos após a China ter ingressado na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, mostrando uma ligação entre a deflação global e as exportações baratas da China. O efeito só aumentou desde então, diz ele.

E essa tendência não deverá mudar tão cedo. A China está presa num período de deflação — os preços ao consumidor subiram apenas 0,3% ao ano em maio — em meio à fraca demanda local e uma crise no mercado imobiliário, o que deixa as autoridades dependentes de vendas fortes no exterior para cumprir suas metas de crescimento. E a composição de seus clientes está mudando.

As vendas da China para as economias avançadas representaram cerca de 56% do total em 2023, abaixo de 63% uma década atrás, com a proporção para os EUA caindo de 20% para 13% no período, segundo cálculos da Bloomberg baseados em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Os preços de importação e os preços ao produtor dos mercados emergentes estão correlacionados aos preços de exportação da China”, escreveu Tatiana Orlova, da consultoria Oxford Economics, em nota a investidores em abril. “Acreditamos que a deflação dos preços das exportações chinesas fornecerá um impulso no esforço para levar a inflação de volta à meta nos países emergentes.”

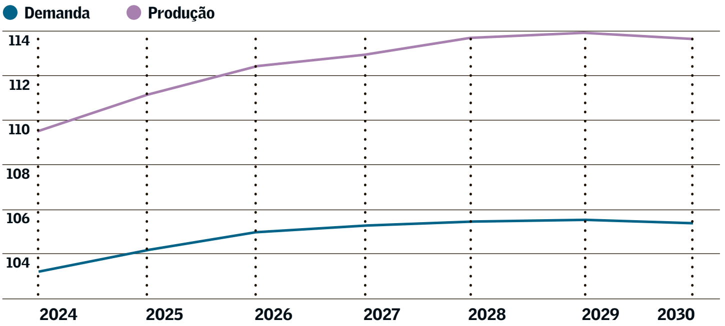
Ela diz que Rússia, Indonésia e Cazaquistão estão entre aqueles que “se beneficiarão mais da influência desinflacionária das importações chinesas mais baratas”.

A degradação do setor imobiliário da China e a redução do apetite por produtos que vão do vidro ao aço levou os fabricantes a caçar clientes em outros países. Na Indonésia, por exemplo, os importadores estão conseguindo comprar máquinas mais baratas e em maior quantidade. A situação é parecida para os compradores de vidro chinês no Vietnã.

Enquanto alguns mercados emergentes se beneficiam desses preços mais baixos, a inflação continua persistente nos EUA e Europa, onde os governos aumentam as medidas protecionistas contra a inundação de produtos da China.

Depois de um aquecimento nos preços no início do ano, a inflação nos EUA desacelerou em maio pelo segundo mês seguido, de acordo com dados oficiais também divulgados ontem. A tendência, caso se mantenha, pode levar o Fed a ficar mais perto de cortar sua taxa de juro, hoje no maior patamar em 23 anos. Em maio, o núcleo do índice de preços ao consumidor, que exclui os custos dos alimentos e da energia, mais voláteis, subiu 0,2% no mês, com uma alta de 3,4% na comparação anual, resultado que ficou abaixo dos 3,6% de abril e das expectativas dos analistas. *(Com Associated Press)*

Excesso de produção de petróleo
Projeção em milhões de barris por dia



Fonte: FT

Capacidade de produzir petróleo cresce mais do que a demanda, diz AIE

Giulia Petroni
Dow Jones

O mercado petrolífero mundial caminha para uma grande saturação nesta década, prevê a Agência Internacional de Energia (AIE), citando o aumento da oferta e a desaceleração do crescimento da demanda por petróleo graças a fontes de energia mais limpas.

A AIE, cujos membros incluem os maiores consumidores de petróleo do mundo, prevê em seu relatório sobre as perspectivas de médio prazo para o mercado petrolífero, que é atentamente acompanhado, que a chamada capacidade não utilizada — a capacidade de bombeamento não utilizada devido à adequação da necessidade — poderá aumentar nos próximos anos aos níveis dos primeiros dias da pandemia de covid-19.

O crescimento da demanda por petróleo deverá atingir um pico em 2029 e começar a se contrair no ano seguinte, alcançando 105,4 milhões de barris/dia em 2030, na medida da aceleração da implementação das tecnologias de energia limpa, diz a organização com sede em Paris. Enquanto isso, a capacidade de produção de petróleo deverá aumentar para quase 113,8 milhões de barris/dia, movida por produtores dos EUA e de outros países da América.

“Isso resultará em níveis de capacidade ociosa nunca vistos, exceto no auge dos ‘lockdowns’ da covid-19 em 2020”, disse ontem a AIE. “Uma reserva de petróleo tão grande poderá inaugurar um ambiente de preços mais baixos do petróleo, representando desafios difíceis para os produtores de xisto dos EUA e os países da Opep+.”

Apesar da desaceleração, a demanda mundial por petróleo em 2030 ainda deverá aumentar 3,2 milhões de barris/dia em relação a 2023, diz a agência. O aumento será conduzido pela demanda vigorosa de economias da Ásia — especialmente pelo aumento do uso de petróleo na Índia e pelo aquecido setor petroquímico da China. Mas o aumento das vendas de carros elétricos, a melhor eficiência dos combustíveis e o uso maior de fontes renováveis na geração de eletricidade anularão esses ganhos.

Nas economias avançadas, prevê-se que a demanda cairá de cerca de 45,7 milhões de barris/dia em 2023 para 42,7 milhões em 2030. Excluindo a pandemia, a última vez que a demanda por petróleo esteve tão baixa foi em 1991, segundo a AIE.

Enquanto isso, o crescimento da capacidade global de produção será liderado por países de fora da Opep+ – especialmente EUA, Brasil, Canadá, Argentina e Guiana -, que responderão por três quartos do aumento esperado até 2030.

A capacidade de produção da Opep+ deverá crescer 1,4 milhão de barris/dia de 2023 a 2030, liderada por Arábia Saudita, Emirados Árabes e Iraque. Segundo a AIE, a participação total de mercado deste grupo caiu para 48,5% este ano — a menor desde que a aliança foi formada em 2016 —, devido às restrições voluntárias à produção.

Olhando para o curto prazo, a agência reduziu a sua previsão de crescimento da demanda mundial por petróleo para 960.000 barris/dia este ano, diante da estimativa anterior de 1,1 milhão de barris/dia, uma vez as fracas entregas nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) levaram a uma pequena contração da demanda global em março.

O aumento da demanda por petróleo para o próximo ano está agora previsto em 1 milhão de barris/dia, face ao 1,2 milhão de barris previsto anteriormente, devido ao fraco crescimento econômico, o aumento do uso de veículos elétricos e ganhos de eficiência. A demanda total deverá alcançar a média de 103,2 milhões de barris/dia em 2024 e 104,2 milhões de barris/dia em 2025.

O relatório divulgado ontem surge no momento em que o petróleo do tipo Brent é negociado em cerca de US$ 82 o barril e o West Texas Intermediate (WTI) em cerca de US$ 78 o barril. Os dois referenciais subiram cerca de 3% esta semana, uma vez que os traders parecem estar comprando na queda, após um grande recuo das ações do setor provocado pelo plano da Opep+ de reverter alguns de seus cortes na produção.

Os preços estão ganhando apoio nas expectativas de que a demanda por combustíveis neste verão no Hemisfério Norte e as restrições à produção pela Opep+ levarão a um déficit considerável no terceiro trimestre. Ainda assim, o sentimento de baixa continua dominando o mercado, com as perspectivas de juros mais altos por um período mais longo nos EUA reduzindo a perspectiva de demanda.

As projeções da AIE continuam abaixo das da Opep, com o cartel prevendo um crescimento da demanda mundial por petróleo de 2,2 milhões de barris/dia este ano e 1,8 milhão de barris em 2025.

Espera-se agora que a oferta total de petróleo seja maior, alcançando uma média de 102,9 milhões de barris/dia este ano e 104,7 milhões de barris/dia no ano que vem. Os países de fora da OPEP+ ainda deverão liderar a oferta global, segundo a AIE. A produção deve crescer 1,4 milhão de barris/dia em 2024 e 1,5 milhão de barris/dia em 2025, diz a agência.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Fed indica, sem firmeza, que fará um corte de juros no ano

O Federal Reserve (Fed) americano manteve intocada a taxa de juros em 5,5% e mostrou ser muito dividido sobre o que fazer com ela no futuro. Dos 19 membros do Comitê de Mercado Aberto, responsável pela decisão, a maioria relativa, 8, acredita que haverá condições para duas reduções até o fim do ano, enquanto 7 acham que o mais indicado seria um corte de 0,25 ponto percentual e os restantes quatro não creem que deva haver corte algum. O presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista após a reunião, disse que a rigor não há diferença significativa de percepção entre os que defendem um ou dois cortes. Mas a tendência do comitê foi por um corte, e a unanimidade, segundo Powell, é que essa questão só será resolvida pela evolução futura dos dados econômicos. Os investidores, que haviam aumentado suas apostas para uma redução de juros em setembro, moveram-nas para novembro.

A perspectiva agregada sobre o comportamento da economia, juros e emprego, reavaliada pelos membros do Fed a cada duas reuniões — o "dot plots" —, indicou que, se há diferenças sobre o grau possível de afrouxamento monetário, a mesma coisa não pode ser dita sobre os números que baseiam suas estimativas, que são praticamente os mesmos do encontro de março. Para o crescimento da economia, a projeção não variou neste e nos próximos dois anos, assim como em relação à taxa que preveem ser a potencial de longo prazo (2,8%). Neste ano, o PIB deve subir 2,1%, e 2% nos dois seguintes. Da mesma forma, pouco mudou a taxa de desemprego antevista — 4% em 2024 e 0,1 ponto percentual maior nos exercícios seguintes, ou 4,2% e 4,1%.

Questão mais relevante para a possibilidade de cortes, as estimativas para a inflação subiram. Em 2024, a projeção para o índice de gastos pessoais de consumo (PCE), em relação a março, subiu de 2,4% para 2,6%. Em 2025, aumentaram de 2,2% para 2,3%, para chegar à meta do banco de 2% em 2026. No caso do núcleo desse índice, a tendência foi a mesma, com alta de 2,6% para 2,8% este ano e de 2,2% para 2,3% em 2025.

Em função dessas projeções, a mediana dos juros das indicações individuais dos membros do Fomc foi de 5,1% no corrente exercício, significativamente acima dos 4,6% de março, quando ainda se mantinha a chance de três reduções do fed funds no ano. A taxa estimada para os anos seguintes, de 4,1% e 3,1%, indica um ritmo maior de afrouxamento, mas com juro no encerramento do ciclo maior do que antes, de 2,8%, ante 2,6% de março. Isto significa que a taxa de juros neutra, a que não estimula nem contrai a economia, está em elevação. A tendência central das estimativas aponta uma variação de até 3,5% no longo prazo, quando, há quatros atrás, em junho de 2020, não passava de 2,5%.

Os dados de maio da inflação ao consumidor (CPI), divulgados ontem, ficaram abaixo das expectativas. Em 12 meses, a taxa foi de 3,3% e seu núcleo, de 3,4%. Mais encorajador ainda, não houve variação entre a inflação cheia de abril e a de maio. "Foi mais um passo adiante em direção a 2%", comentou Powell, que repetiu o mantra de que ainda não há confiança suficiente de que a inflação está caminhando inequivocamente para a meta.

Os demais números, comentados por Powell, vão quase todos na direção certa — mas não na velocidade esperada. O desemprego subiu um pouco (4%), há diminuição da oferta de novos postos de trabalho, os pedidos de demissão voluntária arrefeceram, mas ainda assim o ritmo de aumento dos salários, mais moderado, ainda está acima do que seria compatível com a meta.

Se nem a economia está mais fraca, nem o desemprego está maior, e a inflação pode ser marginalmente maior do que a prevista, de onde vem a confiança do Fed de que é possível reduzir os juros? Powell disse confiar no efeito da política monetária continuamente restritiva, que derrubará a variação dos preços— a diferença, sugere, está na velocidade com que fará isso. Há, além disso, uma armadilha estatística, porque os números da inflação no segundo semestre de 2023 foram muito bons.

Mesmo que não haja uma relação mecânica, o imobilismo na diminuição das taxas pelo Fed traz restrição ao ritmo de corte de juros no Brasil e em outros países emergentes em ciclo de afrouxamento monetário. O dólar tem se fortalecido diante das moedas desses países, criando um obstáculo potencial adicional, ao aumentar os preços dos importados e a inflação doméstica. Além disso, diminui a atratividade dos investimentos em portfólio, ampliando os fluxos de recursos para os Estados Unidos.

Ainda que o Brasil tenha escapado da dependência externa de divisas, com suas enormes reservas internacionais, o câmbio pode fazer estragos, ainda mais diante de um momento, como agora, em que a situação fiscal do país não dá sinais de solidez e as expectativas de inflação estão em alta. O resultado para o qual se encaminha o Banco Central é uma interrupção do corte de juros, agora ou na próxima reunião, estacionando o ciclo em um nível de taxa absolutamente nociva para as contas públicas.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Compensações aos municípios chegaram a R$ 32,3 bi em 2021. Por **Rafael Leão e Cláudio Hamilton dos Santos**

Royalties, uma passagem para o futuro?

Entre 2008 e 2021, as compensações financeiras pela exploração de recursos naturais (royalties) distribuídas aos municípios brasileiros saltaram de R$ 16,4 bilhões para R$ 32,3 bilhões — em valores atuais, em acordo com o caminho legal iniciado pelo Art. 20 da Constituição Federal e pela Lei nº 8.001 de 1991. As atividades econômicas de exploração de petróleo e gás natural, extrativismo mineral e geração de eletricidade a partir de recursos hídricos recolhem e distribuem royalties a todos os entes federados, em diferentes proporções. Os municípios são os maiores beneficiários.

Os royalties foram distribuídos para uma quantidade crescente de municípios ao longo do tempo. Em 2008, 50,7% dos municípios receberam algum tipo de royalty; em 2021, 65,5%. Essa realidade foi alterada pelo crescente número de municípios com atividade mineradora. Enquanto o número de cidades beneficiadas pelos royalties de recursos hídricos saltou de 649 para 739, e o número de beneficiadas pelos do petróleo, de 912 para 933, o número de beneficiadas pelos royalties da mineração saiu de 1.947 para 3.064. Em 2021, mais de mil municípios receberam combinações dos três tipos. Como já apontado, o volume financeiro também cresceu, alcançando a casa dos bilhões recebidos em alguns casos e as centenas de milhões em outros tantos.

Os royalties constituem receita originária do Estado Brasileiro, detentor das riquezas minerais e hídricas da nação. Eles representam, na letra fria e mundana da lei, um pagamento que os entes privados devem ao Estado pelo usufruto econômico dessas riquezas. O "espírito da lei", contudo, é mais refinado: os royalties pretendem compensar gerações futuras pela degradação atual de uma riqueza que também lhes pertence, mas de natureza finita, e, pari passu, proteger as gerações atuais de se inebriarem com a opulência. O economista John Hartwick, em 1977, sugeriu que os royalties pela exploração de recursos naturais finitos fossem administrados para estabilizar os fluxos de renda intergeracionais por meio de aplicações que preparassem as comunidades afetadas (beneficiadas?) para a travessia inevitável entre a afluência e a penúria; toda jazida se esgota e todo rio seca. A lei brasileira encarna o espírito da "regra de Hartwick".

Por esse preâmbulo, a pergunta que se impõe é: o Estado Brasileiro usa os royalties para comprar nossa passagem para o futuro? Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — encomendado pelo Ministério de Minas e Energia — tentou responder essa pergunta para o contexto específico dos municípios do país. Os autores, Rafael Leão, Danúbia Rodrigues, Cláudio Hamilton dos Santos e Rodrigo Rabelo, utilizaram técnicas econométricas de variáveis instrumentais em dados em painel para avaliar o efeito das receitas de royalties sobre as despesas municipais com funcionalismo, saúde, educação e investimentos entre os anos de 2008 e 2021, em termos per capita. Em outras palavras: o estudo avaliou se, na média, a prefeitura brasileira está comprando nossa passagem para o futuro.

O estudo é inédito por se tratar do primeiro esforço econométrico a avaliar o efeito geral, integrado e simultâneo dos três royalties, pois a literatura nacional e internacional que investigou os efeitos dos royalties sobre os municípios brasileiros se dedicou sobremaneira ao caso do petróleo e gás, mas pouco aos casos da mineração e dos recursos hídricos, ignorando possíveis efeitos cruzados e/ou combinados. Os autores abordaram o problema dessa forma, pois entenderam que o tipo de recurso natural que enseja a distribuição dos royalties, ainda que importante, não é o ponto central do debate, mas sim a destinação que o poder político constituído dá a esses recursos que possuem regras de aplicação mais flexíveis que as receitas derivadas da arrecadação tributária convencional e de outras transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o ICMS.



LEO PINHEIRO/VALOR

Os achados econométricos desse estudo apontam um cenário positivo, com nuances importantes. Entre 2008 e 2021, na média, os royalties do petróleo expandiram os gastos municipais com saúde, educação e investimentos enquanto os royalties da exploração mineral e dos recursos hídricos expandiram apenas os investimentos. Nenhum dos três tipos de royalties provocou aumento das despesas com funcionalismo.

Os autores esmiuçaram esses resultados estratificando os municípios entre grandes beneficiários (os 10% maiores recebedores, ano a ano) e os demais, pois a distribuição dos três tipos de royalties é extremamente assimétrica, com poucos municípios recebendo somas vultosas e uma vastidão recebendo valores ínfimos. Os resultados dessa estratificação evidenciam que os efeitos médios foram praticamente determinados pela dinâmica imposta pelos grandes beneficiários, sugerindo que os achados apresentados no parágrafo anterior surgiram apenas quando os volumes financeiros foram bastante elevados. Baixos volumes de royalties, portanto, podem não ter gerado um fluxo consistente de recursos para essas despesas.

O resultado mais expressivo encontrado foi o impacto positivo dos royalties nos investimentos municipais. Isso é suficiente para uma resposta positiva à pergunta proposta anteriormente? Infelizmente, não. Uma limitação importante desse estudo é sua circunscrição ao mundo das finanças públicas. Os autores não avaliaram indicadores de qualidade educacional, qualidade do sistema de saúde e efetividade dos investimentos públicos realizados, e a qualidade do gasto público é um tema importante e desafiador para o futuro próximo. Ademais, há todo um debate sobre a constituição de fundos soberanos subnacionais e outras inovações orçamentárias e financeiras que permitam o uso efetivo dessa importante riqueza. De qualquer maneira, é reconfortante encontrar sinais de esperança: é uma boa notícia que os royalties, em média, não sirvam apenas ao desperdício e a obras burlescas.

O estudo, o intitulado "O Impacto dos Royalties da Exploração de Recursos Naturais nas Finanças Públicas Municipais do Brasil: estimativas a partir de instrumentos Bartik modificados", pode ser acessado no site do Ipea (https://bit.ly/3yVlyIq).

Rafael Leão é especialista em políticas públicas e gestão governamental no Ipea
Cláudio Hamilton dos Santos é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

Crise climática não rima com crescimento

Jorge Arbache



A região da América Latina e Caribe tem crescido relativamente pouco nas últimas décadas e com um padrão bastante instável. Esse padrão ajuda a explicar o porquê de estarmos ficando para trás com relação à Ásia. Porém, apesar do traço comum, os países da região apresentam especificidades.

A elevada volatilidade do crescimento econômico em torno de uma média baixa é problemática e sugere alta exposição a choques externos e outros fatores desafiadores. O problema é que crescer pouco e com alta volatilidade não é nada indolor. Ao contrário, esse padrão cobra preço alto e, ainda mais complicado, evidências mostram que a própria volatilidade ajuda a explicar a média baixa, e vice-versa. Ou seja, trata-se de uma espécie de armadilha.

Um desses canais é o do investimento. Investidores gostam de ambiente previsível para que possam identificar, avaliar e mitigar riscos. Num ambiente incerto, o investimento tende a ser baixo ou a se dirigir para atividades especulativas. Outro canal é o da produtividade, que também é sensível à volatilidade. Esse padrão também afeta a agenda social. Períodos de alta volatilidade cobram preço alto dos mais vulneráveis e das microempresas, grupos que têm menos condições de se protegerem das tempestades.

As principais fontes da alta volatilidade na região são velhas conhecidas nossas. Ali incluem-se a dependência das exportações de commodities, que são bastante mais sujeitas à flutuações; alta exposição a choques econômicos e financeiros externos, tais como os altos juros dos EUA neste momento; instabilidade política e problemas de governança; aumento da inflação e dos déficits fiscais; sistemas financeiros e mercados de capitais pouco sofisticados; alta volatilidade da taxa de câmbio; alta desigualdade de renda e tensão social; políticas econômicas pró-cíclicas; e excessiva dependência de remessas internacionais, investimento estrangeiro e investimentos de portfólio.

Recentemente, a região experimentou novas fontes de instabilidade que exacerbaram o nosso já complicado padrão de crescimento. A Crise Financeira Global de 2008-2009 levou a recessões severas seguidas por padrões de recuperação variados. Já a pandemia de covid-19 causou interrupções econômicas sem precedentes, levando a uma contração acentuada na atividade econômica seguida por uma recuperação rápida, mas altamente desigual na região.

Para fazer frente aos desafios do crescimento, a região está priorizando o comércio e o investimento estrangeiro. Infelizmente, porém, estão emergindo outras potentes fontes de instabilidade. Uma delas é a geopolítica. As tensões estão tornando os investidores estrangeiros ainda mais cautelosos e limitando o financiamento disponível para projetos de infraestrutura e desenvolvimento. As tensões geopolíticas também trazem volatilidade aos mercados financeiros globais e ajudam a explicar o crescente protecionismo, controle de capitais, restrições comerciais, tarifas mais altas e, especialmente, novas barreiras não tarifárias ao comércio. Tudo isto está contendo ambições da região de aumento das exportações e maior acesso a mercados. Vide, por exemplo, o colapso do acordo Mercosul-UE.

Simulações e estudos mostram que países da AL deverão ser especialmente afetados pelas mudanças do clima

Mas a nova fonte mais preocupante é o clima. A elevação da temperatura e a mudança climática têm potencial de impactar significativamente o crescimento de várias maneiras. Simulações e estudos mostram que países da região deverão ser especialmente afetados pelas mudanças climáticas, o que poderá exacerbar a volatilidade, em especial numa zona com baixa capacidade adaptativa e de proteção. Pense nos efeitos do El Niño.

Na condição de importante produtor agrícola global, as mudanças climáticas poderão afetar safras em razão de alterações nos padrões de chuvas, aumento da incidência de eventos climáticos extremos e surgimento de mais pragas e doenças. Tudo isto poderá resultar em diminuição da produtividade agrícola, aumento dos preços dos alimentos e impacto sobre a segurança alimentar regional e global.

Muitos países latino-americanos dependentes de recursos naturais, como água, minerais e energia, poderão enfrentar desafios associados à alteração da disponibilidade e distribuição desses recursos com impactos na produção de energia hidrelétrica, turismo e indústrias com processos produtivos intensivos em água. As mudanças nos padrões climáticos também poderão levar à perda de biodiversidade e degradação de ecossistemas. Eventos climáticos extremos poderão danificar a já escassa infraestrutura e causar perdas humanas e econômicas significativas, tal como vimos recentemente no Rio Grande do Sul.

E as mudanças climáticas poderão afetar a saúde das populações, aumentando a incidência de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, reduzindo a produtividade do trabalho.

Para fazer frente a esses desafios, será preciso considerar tanto estratégias de mitigação quanto de adaptação. Essas estratégias deverão considerar, dentre outros, preservar florestas, recuperar áreas degradadas, zerar queimadas e desmatamentos ilegais, preservar mananciais, investir em infraestruturas para mitigar os efeitos do aumento das temperaturas (por exemplo, melhoria na gestão da água e agricultura resiliente ao clima), diversificar a economia e implementar sistemas de alerta antecipado para eventos climáticos extremos.

Os desafios do crescimento futuro na região não serão nada fáceis. Os formuladores de políticas terão que ser criativos para dar conta dos velhos e dos novos desafios, considerando os muitos constrangimentos financeiros e limitações institucionais e de execução que temos. Ali deverão estar agendas potentes e ancoradas nas nossas vantagens comparativas, como o powershoring, o imenso potencial dos mercados de carbono, a industrialização de minerais críticos e de alimentos, a bioeconomia e a agenda de biocombustíveis. E, num contexto em que a ordem liberal internacional está perdendo fôlego, o mercado doméstico e o regional deverão ganhar atenção como fontes de demanda.

A boa notícia é que governos da região já estão conscientes desses desafios e é algo que já estão perseguindo com algum sucesso. Para avançar mais, será preciso uma combinação de políticas públicas robustas e coerentes, muita coordenação, melhoria de estruturas institucionais e de planejamento e muita visão estratégica.

Jorge Arbache é professor de economia da Universidade de Brasília e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço.

Acomodação pode sair pela culatra por normalizar opiniões radicais. Por **Philippe Legrain**

A Europa deve enfrentar a extrema direita

Partidos de extrema direita tiveram um desempenho excepcional nas eleições para o Parlamento Europeu. Ganharam quase 25% dos assentos, pouco atrás da centro-direita.

Diante de uma Europa já cambaleante com a guerra na Ucrânia, a ameaça de um retorno de Donald Trump nos EUA, a estagnação dos padrões de vida, o sobrecarregamento dos sistemas de bem-estar social e eventos climáticos extremos, os nacionalistas representam grave ameaça. Esses partidos nutrem simpatia por Vladimir Putin e são abertamente hostis às políticas verdes, aos migrantes e às instituições da União Europeia.

Os partidos pró-europeus tradicionais têm três grandes opções de resposta: complacência, cooptação ou contra-ataque. Comecemos por manter tudo como sempre. Muitos europeus acreditam — incorretamente — que as eleições da UE são inconsequentes. A participação é muito menor do que nas eleições nacionais e muitos optam por fazer votos de protesto, em geral contra os partidos governantes.

E, mesmo assim, os partidos pró-UE ainda terão maioria. Na verdade, o Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita, liderado pela presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, até ganhou assentos.

Além disso, os partidos de extrema direita têm profundas divisões. Estão rachados em dois grupos parlamentares rivais, e alguns não se agregam a nenhum lado. Discordam em temas como a guerra na Ucrânia, a política econômica, os direitos LGBTQ e, o que é crucial, sobre trabalhar dentro do sistema da UE ou contra ele. Inevitavelmente, essas divisões diluem sua influência.

A complacência, porém, é perigosa. O centro só se manteve firme porque é definido de forma cada vez mais ampla. Engloba não apenas o PPE e os Socialistas e Democratas (S&D), mas também os liberais clássicos e sociais do Renovar a Europa e os Verdes. Von der Leyen parece ter votos suficientes para ser reeleita como presidente da CE, mas apenas por pouco. Isso está longe de ser sinal de um centro pró-UE forte e estável, em especial porque o PPE ganhou terreno, em parte, ao fazer campanha contra a agenda verde do bloco.



Eleições europeias reordenaram o cenário político na França e na Alemanha. Os dois líderes mais poderosos da Europa estão enfraquecidos, em uma situação com potencial para deixar o bloco sem rumo diante de imensos desafios econômicos, de segurança e climáticos

Ainda mais preocupante, as eleições reordenaram o cenário político em países fundamentais. O extremista Alternativa para a Alemanha (AfD), mesmo tendo tendências neonazistas e laços questionáveis com a Rússia e a China, ficou em segundo lugar no país, à frente dos Social-Democratas (SPD) do premiê Olaf Scholz. Na França, o Reagrupamento Nacional (RN) obteve 32% dos votos, mais que o dobro dos aliados centristas de Emmanuel Macron — uma derrota que levou o presidente a convocar uma eleição antecipada. Os dois líderes mais poderosos da Europa, portanto, estão enfraquecidos, uma situação com potencial para deixar o bloco sem rumo diante de imensos desafios econômicos, de segurança e climáticos.

A segunda opção é acomodação, quadro comum nas esferas nacionais. Muitos partidos de centro-direita adotam a linguagem e as políticas da extrema direita, em especial quanto à migração (assim como alguns de centro-esquerda). Em vários países-membros, eles até governam juntos.

Na esfera da UE, os mais pragmáticos argumentam que alguns partidos extremistas podem ser cooptados para o conservadorismo tradicional. Basta ver como Von der Leyen corteja a premiê da Itália, Giorgia Meloni, que tem se retratado como uma conservadora tradicional, apesar das raízes neofascistas de seu partido, e tem melhorado sua visibilidade ao trabalhar com, em vez de contra, as instituições da UE.

O risco é que a extrema direita coopte a centro-direita, em vez do contrário. Veja como a abordagem da UE aos solicitantes de asilo passou da política acolhedora da então premiê alemã Angela Merkel, em 2015, para a hostilidade quase universal de hoje. Além disso, a extrema direita pode ganhar força à medida que suas opiniões são normalizadas, como evidenciado pela vitória do Partido pela Liberdade (PVV), de Geert Wilders, nas eleições gerais holandesas em 2023.

Mais do que tudo isso, abraçar a extrema direita pode sair espetacularmente pela culatra. Por exemplo, o partido Fidesz, do premiê da Hungria, Viktor Orbán, já fez parte do PPE; agora ele é um renegado pró-Putin que despreza o Estado de Direito e os direitos democráticos. E, embora Meloni possa ser palatável para alguns centristas, ninguém parece estar ansioso para trabalhar com o Reagrupamento Nacional, muito menos com o AfD.

Isso deixa a terceira opção: lutar. Macron optou por seguir esse rumo ao convocar uma eleição legislativa antecipada. A decisão é vista como um jogo de alto risco, dada a impopularidade de Macron e o humor hostil do eleitorado. A França poderia acabar elegendo um premiê de extrema direita em julho. Nesse caso, Macron se tornaria, em seus restantes três anos de mandato, o chamado "pato manco", com pouco poder de influência real.

Sua posição, porém, já estava enfraquecida e sua coalizão, que carece de maioria, corria o risco de perder uma moção de desconfiança. Ao dissolver o parlamento, Macron retomou a iniciativa, criando dois caminhos possíveis para derrotar a extrema direita.

No primeiro, a campanha pode direcionar a atenção à ameaça da extrema direita, o que poderia ajudar Macron a arregimentar uma maioria composta por partidos de esquerda e direita, unidos no desejo de manter o RN. Dada a impopularidade de Macron, isso parece um tanto improvável.

De modo mais plausível, Macron poderia direcionar a extrema direita para o fracasso. Os populistas costumam ter um desempenho melhor quando são forasteiros desafiando partidos estabelecidos do que quando estão no poder. Veja como os conservadores no Reino Unido, após cumprirem a promessa do Brexit, se viram confrontados pela realidade, e como a popularidade do PVV de Wilders já caiu agora que está no governo.

Se o RN ganhar a maioria ou acabar liderando uma coalizão mais ampla de direita, provavelmente enfrentará as duras responsabilidades de governar — entre as quais tomar decisões difíceis sobre questões fiscais e sobre como (ou se) deve cooperar com as instituições da UE. Caso modere suas políticas linha-dura, isso poderia corroer seu poder de atração como uma força contra o establishment; caso as coloque em vigor, poderia mergulhar o país em uma crise. De uma forma ou de outra, isso poderia enfraquecer a popularidade de sua líder, Marine Le Pen, antes de sua provável candidatura presidencial. Melhor um premiê de extrema direita em 2024 do que um presidente de extrema direita em 2027.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Philippe Legrain, ex-assessor econômico do presidente da Comissão Europeia, é pesquisador visitante sênior do Instituto Europeu e da London School of Economics.

Frase do dia

"Guiana, Suriname e Trinidad e Tobago estão explorando. Você vai deixar o seu país sem explorar?".

Do presidente Lula sobre extração de petróleo na Margem Equatorial

Cartas de Leitores

Violência no Rio

O governo do Estado do Rio de Janeiro fracassou mais uma vez no combate ao crime organizado. As autoridades de segurança negligenciaram o poder dos traficantes de drogas durante décadas. O trágico desfecho dessa situação foi visto mais uma vez, quando a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil foram bloqueadas, seguindo ordens dos criminosos, durante um tiroteio entre traficantes e policiais na Maré. A consequência desse conflito a céu aberto, sob a luz do sol, foi de três mortos. O Exército, que é responsável pela garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais, já se mobilizou na capital fluminense algumas vezes, mas não extirpou as diversas facções criminosas que dominam a cidade. Planejar é preciso, antes de imobilizar e extinguir os cartéis existentes.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Extrema direita na UE

Grupo de bolsonaristas, acompanhado por muitos brasileiros do agronegócio, comemora o crescimento da extrema direita no Parlamento Europeu, esquecendo de que uma de suas principais bandeiras é o protecionismo e que poderão prejudicar as nossas exportações de produtos agrícolas para a União Europeia, segundo maior destino desses produtos, atrás apenas da China.

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

Jogos de azar

Já faz muito tempo que as loterias da Caixa Econômica Federal (CEF) oferecem jogos com prêmios milionários, mas com mínimas chances de ganho várias casas depois do zero. Ou seja, praticamente nulos. Os prêmios vão sendo acumulados por semanas às vezes, sem correção na Caixa para os ganhadores futuros. As chances, repito praticamente zero, são explicadas no verso dos volantes com letras minúsculas. A CEF não faz, o que deveria ser obrigada a fazer, qualquer esclarecimento institucional sobre esta clara deficiência. Para quem perde o prêmio maior, os prêmios dos perdedores seguintes são mínimos, ou seja, uma esmola.

Os jogos de azar produzem dependência semelhante ao álcool e ao cigarro, embora estes — os jogos — não sejam dependências químicas. O meu pai sempre dizia: o vício é amigo do ócio. Agora as chamadas e poderosas bets e os próprios canais de televisão estão investindo neste negócio com lucros fantásticos, valores multimilionários — vejamos o descredenciamento de bilionário do Corinthians — e o que é pior, usando como garotos propaganda apresentadores de grande apelo popular, que sempre enfatizam os ganhos, que são suportados por milhares de perdedores. De que adianta programas como o Desenrola se a nossa população não sabe preservar os recursos fundamentais para a sobrevivência de suas famílias?

Jason César de Souza Godinho
jason.cesar@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Ambiente Cenário de aumento do desmatamento ameaça cumprimento da meta climática pelo país e pode exigir compra de licença para emissão de gases-estufa

Brasil corre o risco de se tornar importador de créditos de carbono

Marsílea Gombata
De São Paulo

Um dos países com maior potencial no mercado de carbono global, o Brasil corre o risco de se tornar um importador de créditos de carbono. Especialistas afirmam que, se o país não for hábil em reduzir o desmatamento, pode não conseguir cumprir suas metas climáticas e terá de comprar — em vez de vender — licenças para emitir gases de efeito estufa.

Eles alertam que, apesar de a presidência do Brasil no G20 (grupo de grandes economias globais) poder impulsionar novas fontes de financiamento para a transição energética, existem riscos de não cumprimento da meta, como a demanda interna por crédito de carbono excedendo a oferta, devido à emissões não mitigadas, e obstáculos à venda dos créditos brasileiros no mercado global.

O Brasil tem potencial significativo para liderar o mercado de crédito de carbono, dada sua capacidade de redução de emissões em vários setores, mas as regras do Acordo de Paris e da União Europeia restringem isso, argumenta Marcos da Costa Cintra, doutor em energia pela Universidade de São Paulo e em mestre em políticas públicas, estratégias e desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao citar dados do Banco Mundial, ele lembra que o Brasil é um dos países que mais reduzem emissões devido ao seu setor de energia renovável e projetos de reflorestamento, mas isso não tem sido remunerado.

O Brasil foi dos principais exportadores de Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) — o crédito no mercado de carbono — sob o Protocolo de Kyoto, especialmente de 2003 a 2010. Mas a mudança de regras empreendidas pelos países desenvolvidos, liderada pela União Europeia, impediu a continuidade dessa dinâmica que reduzia emissões e gerava recursos para o país, diz Cintra.

Ele lembra que, depois da criação do mercado de carbono global com base no Protocolo de Kyoto, o Brasil instituiu em 2000 o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no qual empresas e entidades brasileiras reduziam emissões e podiam vender esses certificados para outras empresas ou instituições de países ricos.

Mas a regulamentação do mercado de carbono brasileiro ainda não foi feita. Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 2.148/15, que institui do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece tetos para emissões e o comércio de créditos de carbono entre compradores no mercado brasileiro. O texto, aprovado em janeiro na Câmara dos Deputados, está em análise no Senado.

A ênfase no mercado doméstico ocorre após entrarem em vigor regras para o comércio de emissões pela União Europeia, por meio do European Union Emission Trading Scheme (EU ETS), em que os créditos são comprados e vendidos em uma plataforma europeia, regulada por normas rígidas que visam reduzir as emissões. As normas europeias permitiam a compra de RCEs emitidas pelo Brasil no MDL até 2012, diz Cintra.

“Mas, sob as regras internacionais atuais da UE, principal comprador do mundo, só é possível a venda de resultados de redução de emissão por pequenos países insulares [ilhas] e países de menor desenvolvimento relativo [LDCs, na sigla em inglês]”, afirma.

“Com a proibição da venda do MDL na Europa e custos adicionais introduzidos pelo Acordo de Paris, houve uma desaceleração brutal que inibe o mercado internacional de carbono regulado.”

Isso porque o mercado de carbono atual exige que os créditos a serem vendidos provenham de reduções de emissões adicionais, ou seja, que não teriam ocorrido caso o projeto ou evento específico não existisse.

“Portanto, reduções de emissões ‘já realizadas’, como no caso da Floresta Amazônica e da produção de biocombustíveis, projetos já estabelecidos e operando, não são elegíveis para gerar créditos”, diz, ao observar que para a UE eles não reduzem adicionalmente a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.

“Isso restringe o potencial do Brasil de explorar esses recursos para créditos de carbono sem implementação de novas iniciativas ou melhorias significativas além do que já existe.”

Assim, mesmo em um cenário de aprovação do PL que regulamenta o mercado de carbono brasileiro, restrições internacionais podem exceder a oferta de créditos de carbono disponíveis devido ao desmatamento e outras emissões não mitigadas, diz.

“Isso pode, paradoxalmente, tornar o Brasil um importador líquido de créditos de carbono de outros países para cumprir com compromissos internacionais como os estabelecidos no Acordo de Paris”, diz Cintra. E ele alerta: “Se o desmatamento continuar a crescer no Brasil, isso não apenas contribuirá para o aumento das emissões de gases de efeito estufa, como também poderá levar a uma ‘dívida externa de carbono’.”

Um cenário de alta do desmatamento, como visto nos últimos anos, reduziria a capacidade do Brasil de oferecer créditos de carbono no mercado internacional, o que o forçaria a adquirir créditos de outros países.

“O risco de importação se apresentaria apenas se não formos capazes de alcançar a meta, ter o nosso mercado regulado com os diversos setores nacionais e, em especial, reduzir drasticamente o desmatamento”, afirma Ludovino Lopes, sócio-fundador da Ludovino Lopes Advogados e especialista em direito ambiental e mudanças climáticas.

Lopes afirma que, independentemente do modelo de mercado de carbono que viemos a ter, será preciso incluir de forma estrutural os setores que estão hoje fora dele ou dos compromissos climáticos internacionais.

LEO PINHEIRO/VALOR



Marcos da Costa Cintra: aumento do desmatamento poderá levar a uma "dívida externa de carbono"

> “Será fundamental para o país alcançar não só as metas, mas também fomentar uma economia de baixo carbono pujante e duradoura”
> *Ludovino Lopes*

“Será fundamental para o país alcançar não somente as metas, mas também fomentar uma economia de baixo carbono pujante e duradoura”, argumenta.

Dentre as medidas mais relevantes para atingir esses objetivos estariam reduzir emissões com a criação de instrumentos para conter o desmatamento nos níveis federal, estadual e municipal, e também no âmbito do setor privado.

“[Além disso], o Brasil precisa modernizar e atualizar, do ponto de vista financeiro e regulatório, os instrumentos da economia verde de forma a gerar confiança e atrair capital internacional de acordo com o seu verdadeiro potencial”, afirma.

Sem cumprir da sua própria meta climática, argumenta Lopes, será difícil atrair capital estrangeiro para investimento ou até mesmo adquirir créditos de carbono no mercado internacional.

O Brasil se comprometeu a reduzir emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e 50% em 2030, em relação aos níveis de 2005, e atingir neutralidade de emissões em 2050. Também estabeleceu como meta eliminar o desmatamento ilegal até 2028.

No ano passado, o desmatamento na Amazônia caiu 50%, na comparação com 2022, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mas no Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, subiu 43%. Foram 5.151 km² e 7.828 km² de área desmatada em cada ecossistema, respectivamente.

Além de reduzir de forma importante o desmatamento ilegal, o Brasil terá de investir em tecnologias renováveis, de captura e armazenamento de carbono e incentivos para práticas sustentáveis em diferentes setores da economia, afirmam os especialistas.

Powershoring

Para Jorge Arbache, vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Brasil tem condições necessárias para não apenas para expandir como também atrair mais financiamento para a descarbonização da economia.

Arbache é um entusiasta do powershoring, estratégia corporativa de descarbonização para a produção de bens intensivos em energia que são voltados para exportação.

“Nossas estimativas conservadoras mostram que o powershoring deve agregar ao Brasil mais de US$ 358 bilhões em exportações de produtos verdes e US$ 198 bilhões em investimento estrangeiro direito nos próximos dez anos”, afirma, ao pontuar a capacidade do Brasil de converter sua matriz elétrica verde em instrumento para atrair investimentos de fora.

Além da matriz elétrica que é mais de 90% verde, diz, o Brasil tem sobreoferta de energia verde, especialmente no Nordeste, e três pilares do powershoring: porto atado a uma área industrial servida por energia verde.

Esses atributos vão ao encontro do interesse das empresas globais para encontrar soluções verdes para sua produção e ampliam as oportunidades de melhor inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.

“Uma hipotética empresa belga, por exemplo, poderia transferir uma planta intensiva em energia para cá, liberando, desta forma, a produção e consumo de energia cinza de lá e usando energia verde daqui”, afirma Arbache. “Isso acelera o curso da descarbonização e contribui para a meta climática deles.”

Ele acrescenta que trazer essa produção para cá seria vantajoso também para o consumidor, que pagaria menos por produtos verdes feitos em um país mais eficiente em energia verde.

“Os países desenvolvidos estão criando cada vez mais barreiras para o powershoring porque querem produzir em seus territórios, mas não têm condições para isso de jeito nenhum”, afirma, ao lembrar que bens produzidos com energia verde tendem a ser mais caros em países da Europa do que no Brasil e outros do Sul Global, onde fontes de energia renovável são mais abundantes.

Papel no G20

Dados do Caderno do Clima, publicado recentemente pela Petrobras, mostram que a matriz energética brasileira é a segunda menos intensiva em carbono entre os países do G20, atrás somente da França, que tem a maior parte de sua matriz baseada em energia nuclear.

Na presidência do G20 neste ano, dizem especialistas, o Brasil pode ter um papel ainda mais significativo na criação de novas fontes de financiamento para a transição energética em todo o mundo.

“Trata-se de uma oportunidade única para o país demonstrar liderança e compromisso com a redução das emissões de carbono, a eficiência energética, a conservação ambiental e uma transição justa e equitativa para uma economia de baixo carbono”, diz Lopes.

Ele argumenta que, por meio de parcerias nacionais e internacionais, o Brasil pode promover ainda práticas sustentáveis de conservação como restauração, recuperação e reflorestamento.

“Isso, certamente, determinaria uma radical redução do risco de uma ‘dívida’ em carbono”, diz.

Brasil: 2ª matriz menos intensa em carbono

GEE* no setor de energia por consumo (KGCO_2/GJ) no G20

Mundo	56,91
França	32,15
Brasil	33,34
Canadá	36,75
Coreia do Sul	46,62
UE	46,84
Reino Unido	47,12
EUA	50,32
Rússia	50,45
Alemanha	51,62
Itália	51,70
Argentina	52,75
Arábia Saudita	53,28
México	57,98
Turquia	58,42
Japão	59,73
Austrália	62,92
China	66,19
Indonésia	70,80
Índia	71,23
África do Sul	87,23

Fonte: Energy Institute Statistical Review of World Energy 2023 e Balanço Energético Nacional 2023. Elaboração: Caderno do Clima/ Petrobras. *Gases de efeito estufa, em 2022

Finanças
Piora do risco Brasil afeta os preços dos ativos brasileiros
C2

INÊS 249

Estratégia
Melhoramentos diversifica e entra em embalagens 100% compostáveis, conta Gibini, presidente B5



Logística
Rodovias destruídas pelas águas ainda afetam indústria gaúcha B4

Telecom
O bilionário Carlos Slim compra 3% da BT (ex-British Telecom) B6

Empresas

Internacionalização Companhia entra no setor têxtil e negocia aquisição da Internacional Paper (IP)

Suzano compra 15% da austríaca Lenzing por R$ 1,3 bi

Stella Fontes
De São Paulo

A Suzano deu um passo importante na internacionalização dos seus negócios ao anunciar ontem a compra de uma fatia de 15% da Lenzing, empresa austríaca que produz celulose solúvel ("dissolving pulp") e tecidos, marcando sua estreia efetiva nessa indústria.

O acordo prevê pagamento de € 229,9 milhões (cerca de R$ 1,3 bilhão) no fechamento do negócio, previsto para o quarto trimestre. Maior produtora mundial de celulose de eucalipto, a companhia também tem interesse na americana International Paper (IP).

Para bancar a aquisição, a Suzano vai usar recursos próprios, num momento em que seu caixa se fortalecerá com a conclusão de um investimento de R$ 22,2 bilhões no Projeto Cerrado e início de operação da nova fábrica de celulose, em Ribas do Rio Pardo (MS). A unidade partirá com preços da fibra bem melhores do que o esperado.

A Lenzing é pioneira em tecnologias de produção de fibras têxteis e não tecidos a partir da celulose e registrou vendas de € 2,52 bilhões no ano passado.

Analistas e investidores receberam bem o movimento de internacionalização da Suzano. No entanto, as ações encerraram o dia apenas com ligeira alta de 0,16%, cotadas a R$ 49. O mercado não levou em consideração a compra da participação na Lenzing — mas analisou que a empresa da família Feffer deverá fazer desembolso pesado, de pelo menos US$ 15 bilhões, se levar adiante as negociações com a IP.

As ações da Suzano acumulam queda de 17,6% desde o início de maio, quando surgiram as primeiras notícias sobre o interesse pela gigante americana.

Na compra anunciada ontem, a Suzano posiciona-se entre os principais acionistas da Lenzing — o grupo vai indicar dois nomes ao conselho de administração, formado por onze membros. Tem ainda a opção de comprar mais 15% de participação na companhia austríaca até o fim de 2028.

Se decidir exercê-la, se tornará a maior acionista da empresa, hoje controlada pela fundação B&C com 52,25% das ações. O capital remanescente é pulverizado e os papéis, negociados na Bolsa de Viena. Com a venda inicial de 15%, a B&C seguirá no controle, com 37,25%.

Pelo acordo, a Suzano pagará € 39,70 por ação, quase 23% acima da cotação do papel no fechamento de terça-feira (11), de € 32,30. O preço acertado, disse ao **Valor** o diretor de finanças, relações com investidores e jurídico da companhia, Marcelo Bacci, reflete a média das cotações durante o período de negociação entre as empresas, que levou cerca de dois anos.

"A Suzano sempre acreditou nessa vertical, mas ainda não tinha presença. E avalia que, da mesma forma que a competitividade que tem na fibra [de eucalipto] é transferida para papéis de imprimir, tissue e papel cartão, isso pode ser feito na vertical têxtil", afirmou Bacci, acrescentando que a visão da companhia de que a celulose de fibra curta tende a conquistar cada vez mais mercado também suportou a nova decisão de investimento.

> "A Suzano sempre acreditou no potencial do setor têxtil, mas não tinha presença"
> *Marcelo Bacci*

A Suzano ainda engatinha no setor têxtil e não produz o mesmo tipo de celulose que a austríaca faz. A companhia já era investidora da finlandesa Spinnova, que desenvolveu uma fibra têxtil sustentável obtida a partir de celulose microfibrilada (MFC).

Com a startup, que também tem a Lenzing como investidora, constituiu a joint venture Woodspin e construiu uma fábrica em escala comercial, mediante investimento total de € 50 milhões, na Finlândia. Mas a operação é recente e ainda pequena, e a crise econômica na Europa tem dificultado a escalada do negócio.

Com nove fábricas, a Lenzing tem produção nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e no Brasil — no país, é sócia da Dexco (antiga Duratex) na LD Celulose, que produz celulose solúvel no Triângulo Mineiro e fornece matéria-prima para suas fábricas em outras regiões. E disputa um mercado que movimentou 120 milhões de toneladas em 2023, e ainda é dominado pelas fibras sintéticas (obtidas a partir de polímeros), segundo dados do próprio grupo europeu.

O apelo sustentável da celulose e custos caminham para ser competitivos em relação aos polímeros, contudo, têm levado a demanda de fibras têxteis produzidas a partir da celulose a crescer a um ritmo superior ao do mercado: em 2023, a alta foi de 3%, para 7,5 milhões de toneladas, contra 1% da média geral.

A aproximação da Suzano à Lenzing deveu-se ao destaque que a multinacional tem nesse mercado, com marcas (como Tencel) e tecnologias reconhecidas globalmente, além da carteira de clientes formada por grandes marcas de consumo. Conforme Bacci, a entrada ainda "tímida" no capital da Lenzing visa a dar tempo para a Suzano aprender mais sobre o setor e decidir sobre os próximos passos.

A intenção de internacionalizar suas operações já havia sido indicada pelo comando da Suzano, e houve sondagens anteriores. Uma delas mirou o controle da asiática Vinda, produtora de papéis de higiene, colocado à venda pela sueca Essity no ano passado. A empresa, segunda maior em papéis tissue na China, acabou sendo comprada pela Royal Golden Eagle (RGE), dona da brasileira Bracell, por US$ 3,5 bilhões. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a Suzano avaliou que operar na China não seria viável.

Os resultados da participação na Lenzing serão reconhecidos no balanço da Suzano via equivalência patrimonial. "É um mercado no qual a gente acredita e, com esse negócio, temos mais uma opção de entrada", afirmou Bacci. Questionado sobre a potencial aquisição da IP, o executivo não comentou o assunto.

INÊS 249

Liderança A novidade do terceiro ano de parceria entre o **Valor** e a "CBN" é que os episódios também vão poder ser acompanhados em vídeo nas plataformas digitais

Nova temporada do podcast CBN Professional estreia segunda-feira

Redação
De São Paulo

A nona temporada do podcast CBN Professional estreia na próxima segunda-feira (17/06). A novidade deste ano é que ele se transformou em um videocast e os episódios também poderão ser vistos nas plataformas digitais do **Valor** e da "CBN". Vinte CEOs, homens e mulheres, de diferentes segmentos, indústrias e atividades participam contando suas histórias de carreira, trazendo insights sobre como praticam a gestão em suas companhias e como lidam com as incertezas e inovações do mercado.

Realizado em parceria pelo **Valor** e a rádio "CBN" desde 2021, o podcast já reuniu alguns dos nomes mais relevantes do mundo corporativo brasileiro. A curadoria de conteúdo é da editora de Carreira do **Valor** Stela Campos, que assina o roteiro com a jornalista Barbara Nór e apresenta o podcast junto com Juliana Prado, da "CBN".

Como pensar a estratégia em um mundo complexo e volátil, o que engaja a nova força de trabalho pós-pandemia, o desafio de treinar equipes para abraçar a inteligência artificial, a razão de dividir metas, resultados e informações com os times, onde começa o ativismo pela sustentabilidade do negócio e do planeta, o empreendedorismo no DNA e as vantagens de gerir a diversidade dentro e fora da companhia. Estes são alguns dos assuntos que serão abordados nessa nova temporada.

No fim de cada episódio, com duração de 50 minutos, em um bate-papo descontraído, as lideranças mostram seu lado humano e compartilham rotinas, hábitos e preferências em seus momentos de lazer. Falam sobre seus livros, filmes, séries e músicas preferidas.

91
lideranças já participaram do podcast desde 2021

Ao longo das três temporadas, já foram entrevistadas no CBN Professional 91 lideranças de empresas. Foram realizados 1.252.661 downloads dos episódios e contabilizados 527.479 ouvintes, desde 2021.

Alguns líderes que já passaram pelo podcast: Gustavo Werneck (Gerdau), Patricia Frossard (Philips), Daniel Mazini (Amazon), Maurício Rodrigues (Bayer Crop Science AL), Paula Bellizia (Ebanx), Mauricio Giamellaro (Heineken), Monalisa Gomes (Schauer Agrotronic), Fernando Yunes (Mercado Livre), Fernanda Ribeiro (Conta Black), Jerome Cadier (Latam), Marta Díez (Pfizer) e Miguel Setas (CCR).

Os episódios da nova temporada estarão disponíveis todas as segundas-feiras, a partir das 9 horas, e podem ser ouvidos nas principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts. Também poderão ser acompanhados em vídeo no site e no canal do YouTube do **Valor** e no site e YouTube da rádio "CBN".

Vinte anos reunindo parceiros pela educação

Ensino

Stela Campos
De São Paulo

Quando partiu para um período sabático em 2003, o executivo Jair Ribeiro não tinha ideia do rumo que iria tomar na carreira. Depois de uma longa estrada no mercado financeiro, que incluiu a cofundação do banco Patrimônio de Investimentos, a presidência do Chase Manhattan no Brasil e o cargo de managing director do J. P. Morgan Chase & Co. em Nova York, ele tinha vontade de atuar em algo onde pudesse olhar para as questões sociais do país, mas não sabia muito por onde começar.

Depois de se reunir com vários especialistas para estudar possibilidades, conheceu a iniciativa do executivo Jayme Garfinkel, então presidente da Porto Seguro, que em 1991 decidiu adotar uma escola pública de Paraisópolis, em São Paulo. Foi então que teve a ideia de reunir um grupo de amigos executivos, incluindo Ana Maria Diniz, para que cada um adotasse uma escola pública. Surgia assim, há 20 anos, no dia 18 de junho, o embrião da Parceiros da Educação, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos, que hoje apoia 738 escolas públicas no estado de São Paulo. Nesse tempo, a organização ajudou na formação de 18 mil professores e mais de 400 mil estudantes. Atualmente, conta com mais de 100 parceiros entre entidades, empresas e pessoas físicas.

"Temos uma meta ambiciosa para 2040, que é ajudar a transformar a educação pública do estado de São Paulo na melhor da América Latina", diz Ribeiro, que responde pela presidência da organização. Ele lembra que o estado tem 5.100 escolas, divididas em 91 regionais, com mais de 90 mil alunos. O trabalho da Parceiros da Educação, segundo ele, vem crescendo a cada ano e ganhando reconhecimento, inclusive internacional. Em março, Ribeiro recebeu em nome da Oscip o prêmio "Community Impact Award 2024", oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, e entregue no jantar de gala "Person of the Year", em Nova York.

O trabalho da Parceiros da Educação, no entanto, acontece bem longe do glamour executivo. No início a atuação era nas escolas públicas, depois chegou às diretorias da rede estadual e às redes municipais paulistas. No começo, o trabalho era 80% voltado à infraestrutura. "Quando começamos as escolas estavam muito depauperadas, faltava até papel higiênico", lembra. Essa questão, segundo ele, foi mais fácil de começar a ser resolvida e hoje representa só 3% do trabalho realizado. "No nosso terceiro ano, o foco já eram questões mais complicadas, como a parte pedagógica e de gestão", diz.

Em 2020, Ribeiro conta que a iniciativa passou a apoiar duas regionais, Capão Redondo e Jardim Ângela, com 180 escolas e 180 mil alunos. "Isso era maior que oito redes estaduais do país juntas", diz.

> "As empresas têm que ser válidas para a sociedade, têm que gerar lucro e ajudar na construção de uma cultura social"
> *Marcos Lutz*

Para Ribeiro, um dos motivos do sucesso da instituição é que todas as suas ações estratégicas têm base em dados. Ele lembra que a organização ajudou a criar, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, uma adaptação do programa de ensino integral que era praticado em Pernambuco para São Paulo. "Começamos com 16 escolas e hoje são 2.311 nesse programa", conta. Em 2013, a organização contratou uma consultoria para desenvolver um sistema de gestão para escolas públicas, que resultou no programa Método, Melhoria e Resultado (MMR). "Testamos em 900 escolas públicas da capital e hoje ele é aplicado em mais de 5 mil pelo estado", explica.

As escolas em que a Parceiros da Educação atua apresentam uma melhoria de 40% nos índices educacionais ao longo dos primeiros três anos de colaboração, segundo Ribeiro. "Investimos cinco anos, depois a gente 'desmama' a escola, porque queremos que as comunidades assumam o papel que estávamos fazendo."

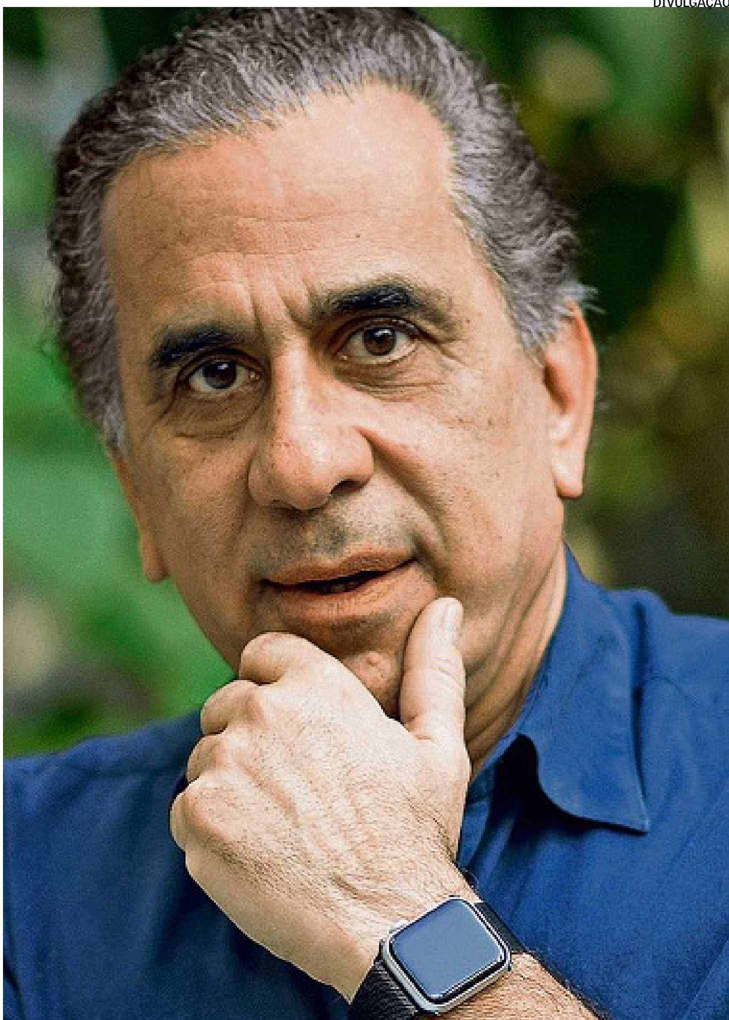
Sobre o investimento na adoção de escolas, ele conta que existem dois modelos. "Se a escola está dentro de uma diretoria de ensino, o apoio por ano vai custar por volta de R$ 70 mil, se for uma escola de período integral, ela é isolada e vai custar cerca de R$ 150 mil", explica. Ele frisa que um estudo conduzido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), que mede o retorno social sobre o investimento em organizações sociais, mostrou que a cada R$ 1 investido na Parceiros da Educação, R$ 3,80 são devolvidos para a sociedade. "Já nas parcerias com redes municipais, o retorno chega a R$ 7,17", acrescenta.

A CCR, por exemplo, está adotando 16 escolas na periferia onde atua e apoiou também a cidade de Pindamonhangaba (SP), diz Ribeiro. Já o Grupo Ultra adotou este ano o município de Santos (SP) e as escolas estaduais da cidade. "Este é um projeto maior em torno de R$ 1 milhão", explica. O Instituto Ultra apoia 17 escolas na rede municipal em Santos, com 270 professores e 4.912 alunos impactados, também apoia diretorias de ensino em 18 escolas, com 436 professores e 6.281 estudantes. "O trabalho da Parceiros é pragmático, com métricas de resultado, sou muito fã", diz Marcos Lutz, CEO do Grupo Ultra.

Lutz começou a apoiar a Parceiros da Educação em 2008, como pessoa física. "As empresas precisam ser válidas para a sociedade, têm que gerar lucro e ajudar na construção de uma cultura social que gera orgulho para os funcionários", diz.

Ribeiro, que hoje é também membro do Conselho Estadual da Educação do Estado de São Paulo, diz que a Parceiros da Educação quer, cada vez mais, ser um polo de pesquisa e de conhecimento sobre políticas públicas. "Queremos ter essa interlocução e influência com o que a gente aprende nas nossas escolas". Ribeiro diz que o estado de São Paulo está apenas 50 pontos atrás do Chile no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e que cada 20 pontos correspondem a um ano de escolaridade. "Estamos, então, apenas dois anos atrás do Chile. Por isso, acredito que vamos cumprir a nossa missão de criar a melhor educação pública da América Latina no estado de São Paulo."

DIVULGAÇÃO



Para Ribeiro, um dos motivos do sucesso da iniciativa é o fato de ela basear ações em dados

Profissionais de RH também sofrem com sobrecarga

Pesquisa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

O RH, a área que deveria cuidar das pessoas nas empresas, está, aparentemente, sobrecarregado e enfrentando questões de saúde mental. É o que mostra pesquisa feita pela Flash, de gestão de benefícios, e obtida pelo **Valor**. Foram ouvidos 924 profissionais de recursos humanos, em abril e maio, de empresas de diferentes tamanhos e regiões do país.

Entre os respondentes, 82% se dizem sobrecarregados, com média, alta ou extrema sobrecarga; 55% trabalham mais de 8 horas por dia; e 34% relatam sofrer pressão diária ou semanalmente. Profissionais de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, e diversidade e inclusão são os que se sentem mais pressionados. "Esses números sinalizam que, nos últimos anos, a área passou a ser cada vez mais cobrada por gerar valor para o negócio, sendo demandada a criar estratégias para reduzir custo operacional ao mesmo tempo em que atrai, recruta e desenvolve talentos que precisam de habilidades cada vez mais complexas", explica Guillermo Gomez, vice-presidente da Flash.

O executivo pontua o fato de que 5 em cada 10 profissionais de gestão de pessoas têm hoje alguma preocupação relacionada à inteligência artificial. "Isso demonstra que, para além dos desafios tradicionais da área, existe um outro fator estressor: a gestão eficiente da tecnologia."

A pesquisa também indica que a média gerência — cargos de supervisor, coordenador e gerente — é a que se sente mais sobrecarregada. "Isso reflete a dupla pressão enfrentada: a operacional, com demandas como recrutamento e treinamento, e a estratégica, exigindo uma evolução dessas áreas para gerar maior valor para o negócio."

Nesse cenário de pressão e sobrecarga, 65% dos profissionais de RH enfrentaram algum problema de saúde emocional no último ano. A ansiedade é o transtorno mais mencionado (42%), seguida por falta de motivação (16%), burnout (4%) e depressão (3%). Entre os entrevistados, 58% já viram um colega ser afastado por esgotamento profissional.

Mesmo com esses índices, são poucos os que são apoiados pela organização para obter os tratamentos adequados: 60% dizem não receber incentivo ou benefício corporativo relacionado à saúde mental. "A conscientização sobre saúde mental ainda não permeia a maioria das organizações. Muitas vezes, ela é encarada como custo adicional para o negócio", diz Gomez. Ele sugere que, para ser estratégico e persuasivo ao apresentar a questão para o CEO e demais executivos, as lideranças da área precisam usar a linguagem dos números. "Ao apresentar dados claros e mensuráveis sobre o impacto da saúde mental, o RH pode destacar não apenas os aspectos humanitários, mas os benefícios financeiros de investir na promoção do bem-estar psicológico dos funcionários."

Sua empresa tem fome? Você tem fome?

Rumo certo



Betania Tanure

Sabe-se que, por definição, toda e qualquer clusterização simplifica a realidade. Isto posto, podemos considerar que o mundo empresarial divide-se em dois grandes grupos, mesmo que se leve em conta suas nuances.

O primeiro é formado por pessoas e empresas que têm fome, ou seja, que estão sempre motivadas e ávidas a realizar mais e melhor, enquanto as do segundo grupo se declaram satisfeitas com os resultados alcançados, a ponto de perguntarem-se: "se uma pessoa é muito bem-sucedida, rica e poderosa, por que não trabalha menos?".

A resposta é: a fome nos leva a subir a régua. A competição, nesse caso, é da pessoa consigo mesma, é querer sempre ser melhor, é a repulsa à doença comportamental crônica do gerundismo, das ações sempre "em andamento".

Nesse cenário, não raro as pessoas que têm fome, ou seja, que buscam e valorizam a realização, são taxadas de insaciáveis e criticadas por comemorar pouco. Um alerta: não é que não se goste de comemorar, e sim que a alma já está no próximo objetivo.

Esta mesma regra vale para as organizações, inclusive do ponto de vista cultural. Algumas estão "sentadas" confortavelmente em seu sucesso, enquanto outras mostram-se ativas, sua energia é de realização e inovação, elas estão sempre em busca de mais...

Terreno minado à vista: vê-se que a hipersensibilidade gerada na fase pós-pandemia tem inibido a expressão da fome das organizações e das pessoas. Isso traz efeitos nocivos.

O lado positivo da fome com propósito? Ela nos move na direção de construir um mundo melhor, organizações melhores, pessoas melhores.

Representamos o Brasil em uma pesquisa com colegas, professores da Universidade de Stanford. Os resultados mostram claramente que a grande maioria dos executivos que têm fome foi exposta a desafios importantes durante a infância. Entre esses desafios de vida estão a pobreza absoluta, a separação dos pais, o abandono ou a morte parental, mudanças recorrentes de cidade ou de escola, doenças, obesidade e a chamada "feiúra" — vale lembrar que crianças e adolescentes são implacáveis diante do diferente.

Também fazem parte desse conjunto situações em que os pais, mesmo que ricos, saudáveis e com uma vida sem rupturas, expuseram os filhos a muitos desafios, ou seja, não ofereciam nada de graça. Isso gera fome!

As organizações bem-sucedidas têm de se desafiar para manter sua fome e não entrar no confortável subdesempenho satisfatório. Quando a cultura de uma organização leva as pessoas a dar mais atenção ao chefe do que ao cliente, a ter respostas "na ponta da língua" para justificar seus erros ou o não atingimento de metas, a se mostrar "sentidas" quando desafiadas... cuidado! Há uma cultura de saciedade à vista.

Ainda é tempo! Independentemente da sua idade, da idade de seus filhos (caso os tenha), de você, bem como de sua organização, ter atingido o sucesso, ainda é tempo. A fome de aprendizagem, de realização de propósitos, de obtenção de resultados extraordinários e admiráveis, de mudar o mundo... essa fome é bacanérrima! Ela dá vida e tem vida!

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Vaivém

Stela Campos

Edenred

Amanda Pimenta Carlos é a nova diretora financeira da Ticket, marca da Edenred Brasil. Ela vem do Santander, onde era head de FP&A. Antes, trabalhou no Itaú, como superintendente de finanças internacionais

Infotec

Luiz Fernando Nogueira é o novo CFO da Infotec Brasil. Com 30 anos de experiência na área, ele já foi VP corporativo e CFO da Concremat. Também passou pela IBM, Petrobras, Brookfield, Neogás e Bematech.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Aviação Fabricante brasileira, que saiu fragilizada após tentativa de associação com a americana Boeing, tem maior valor de mercado na história

Embraer vê salto na venda de jato comercial e na cotação das ações

Cristian Favaro
De Dubai

Diante da fragilidade de concorrentes e forte demanda por jatos regionais, a fabricante brasileira Embraer tem visto suas entregas de aviões cada vez mais próximas do pré-pandemia no segmento comercial. A estimativa, segundo Arjan Meijer, presidente da Embraer Comercial, é que o volume registrado em 2019 na divisão (89 unidades) seja recuperado em 2025 ou, no mais tardar, 2026. Para este ano, a projeção é entre 72 e 80 aeronaves comerciais entregues.

Depois de ficar exposta com o fracasso na criação de uma joint venture com a Boeing na área comercial, a ação da Embraer hoje está na casa de R$ 40, alta de mais de 100% em 12 meses. No pregão de ontem, bateu valor de mercado de R$ 29,6 bilhões, recorde histórico para a empresa. O pico antes foi de R$ 24 bilhões em 2006. Em dólar, o valor da empresa ronda os US$ 5,3 bilhões, maior nível em 10 anos.

Na divisão comercial, a empresa tem colhido frutos de um mercado aéreo bastante turbulento em meio às dificuldades da Boeing — mergulhada em uma série de escândalos envolvendo seu carro chefe, o 737 Max — e os atrasos nas entregas de aeronaves maiores da Airbus. O cenário, junto de uma visão do mercado mais voltada para a aviação regional, tem ajudado a brasileira a cair no gosto das aéreas globais.

"Vemos uma melhora lenta [da cadeia de suprimentos]. Nossa estratégia é chegar perto dos fornecedores e achar um cronograma balanceado de entregas que funcione para os dois lados. Queremos garantir que o que produzimos tenha previsão", disse, em entrevista ao **Valor** durante evento promovido pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), em Dubai.

"É difícil dizer quando vamos voltar aos níveis de 2019, ano que também tivemos problemas na cadeia de fornecimento. Mas acreditamos que em um ou dois anos atingimos o pré-pandemia", acrescentou Meijer.

Segundo o executivo da companhia, o grupo conseguiu dar uma virada depois de todas as crises que enfrentou nos últimos anos. "Um bom indicador de onde estamos é a carteira de pedidos de US$ 21,1 bilhões, a maior em sete anos", disse.

Apenas na divisão comercial a carteira fechou o primeiro trimestre em US$ 11,1 bilhões, uma alta de 26% ante o trimestre imediatamente anterior. Uma das apostas é a nova versão dos E-Jets, o E2, que hoje já tem 60 clientes espalhados pelo mundo.

A Embraer ganhou um cliente de peso global: a American Airlines. A aérea foi destaque no primeiro trimestre da fabricante, após fechar um acordo para a compra de 90 aeronaves E175s, com direitos de compra para outros 43 jatos adicionais. O E1 tem feito sucesso nos Estados Unidos, diante do acesso ao mercado regional daquele país. Um acordo sindical limita o peso de jatos em operação regional a 39 toneladas — é o motivo, por exemplo, de o E2 não ocupar esse espaço, uma vez que é um modelo maior.

Fora do mercado dos Estados Unidos, o cenário competitivo tem sido favorável. De longe, o maior rival é a família A220, antiga Bombardier CSeries, comprada pela Airbus. "A gente compete de forma bastante eficiente com o modelo. Temos um avião otimizado para o seguimento", disse.

Outro modelo na disputa desse mercado é o ATR, que acaba tendo vantagem em rotas menores, de até 300km. Há ainda irmãos menores de algumas linhas, como a A319 e, no futuro, o 737 Max-7 — que ainda não foi certificado diante da crise. O executivo argumenta, entretanto, que esses concorrentes, que seriam adaptações da engenharia de um avião maior, não entregariam resultado tão eficiente.

"Mercado vê que duopólio do setor (Boeing e Airbus) está instável"
Arjan Meijer

"A gente via uma tendência de foco em custo por assento no passado. Mas as aéreas começaram a ver que o custo por assento é importante, mas se não tem ninguém sentado nele então ele é um custo adicional. No fim o que conta é a lucratividade", disse. Neste cenário, os aviões menores são mais fáceis de se encher. Um dos maiores operadores de E2 é a Azul, que tem conquistado espaço no mercado diante da sua malha regional.

Entre as apostas do grupo está o projeto de conversão de aeronaves E1 para cargueiros, que deve ser certificado ainda neste ano pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

"Acreditamos que vamos chegar no momento certo em um segmento no qual não temos concorrentes. De um lado, temos modelos ATR cargueiros com menos de 10 toneladas de capacidade. E do outro temos narrow-body com 20 toneladas para mais. Nós estaremos na casa entre 14 toneladas e 15 toneladas", disse o executivo.

72 a 80
unidades devem ser entregues em 2024

O segmento de carga aérea tem apresentado forte crescimento globalmente, puxado pela demanda de e-commerce. Uma realidade também presente no Brasil, em que diversas empresas de logística passaram a oferecer o transporte de carga aérea. A própria Gol, que antes tinha uma operação tímida no segmento, hoje é a aérea com maior número de aviões cargueiros no mercado doméstico — seis no total, em parceria com o Mercado Livre.

O programa da Embraer tem 20 pedidos firmes por parte de arrendadores, a Nordic Aviation Capital e a Regional One — esta segunda vai receber a primeira unidade do cargueiro, a ser entregue neste ano. Todas as conversões ocorrerão em São José dos Campos (SP).

No total, são 740 unidades do E190 e o E195 entregues no mundo e é este o portfólio futuro a ser explorado como cargueiro. A empresa projeta uma demanda global de 700 aeronaves no segmento nos próximos 20 anos.

O executivo informou que conversas estão em andamento com potenciais clientes. "O mercado (de cargueiros) tem um perfil de horizonte mais curto do que a aviação comercial", disse.

Meijer foi questionado sobre as recentes especulações acerca de um avião de grande porte que estaria em estudo pela empresa.

"O mercado está vendo que o duopólio do setor está instável. E as pessoas estão olhando e pensando quem mais poderia construir um avião maior. É uma pergunta lógica. É bom estar no radar. Estamos lisonjeados. Poderíamos fazer isso e temos capacidade de engenharia. Mas nosso foco agora é vender os produtos que criamos", disse.

Meijer ponderou que ainda assim a empresa está de olho em oportunidades. "Temos três unidades de negócios e olhamos o que deve ser feito nos próximos anos. Faz sentido um avião maior [para a Embraer]. Mas temos de olhar as unidades de negócio e ver as prioridades. Podemos falar de todos os pássaros no céu, mas temos alguns pássaros na mão", acrescentou.

O repórter viajou a convite da Iata.

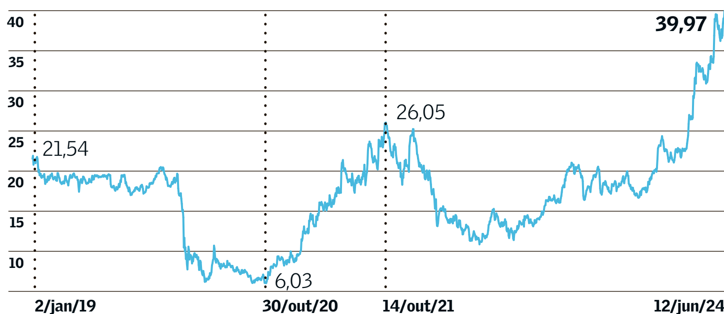
DIVULGAÇÃO



Meijer, presidente da Embraer Comercial, destaca aliança de peso com a American Airlines, que comprou jatos E175s

No Ar

Comportamento das ações da Embraer na Bolsa brasileira



103,20%
é a alta das ações em 12 meses

R$ 29,6 bilhões
de valor de mercado (fechamento dia 12), recorde histórico

US$ 21,1 bilhões
é a carteira de pedidos da empresa, a maior em 7 anos.

Fontes: B3, Embraer e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

INÊS 249

Logística Estado tem 53 trechos de rodovias interditados, o que afeta a movimentação de cargas

Estradas bloqueadas ainda retardam a retomada da indústria em RS

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Indústrias no Rio Grande do Sul estão retornando paulatinamente a sua produção anterior às enchentes que assolaram o Estado no início de maio. Para uma retomada plena, no entanto, as empresas ainda têm de recuperar as instalações afetadas pelas águas e enfrentar as dificuldades na logística devido ao bloqueio de estradas, o que dificulta a chegada de matéria-prima e o escoamento de produtos.

Segundo levantamento realizado na terça-feira (11) pela Secretaria de Logística e Transportes do Estado, 53 rodovias ainda estão bloqueadas total ou parcialmente, o que aumenta o tempo de deslocamento entre as regiões. Até o momento, já foram liberados mais de 100 trechos de mais de 40 rodovias estaduais. Com isso, estão liberadas todas as rotas necessárias para escoamento da produção e abastecimento das cidades.

Localizada no município de Carlos Barbosa, na Serra Gaúcha, região que sofreu o impacto de ter estradas e vias urbanas comprometidas, as fábricas Tramontina Cutelaria e TEEC tiveram dificuldade no recebimento de matérias-primas e insumos necessários para a produção e, também, no escoamento das mercadorias. As áreas administrativas e comerciais seguiram operando, com equipes reduzidas e permitindo trabalho remoto para aqueles que necessitavam. O escritório central seguiu com as operações presenciais, permitindo trabalho remoto em casos específicos.

Já as fábricas Tramontina Multi e Eletrik, também em Carlos Barbosa, e Tramontina Farroupilha e Garibaldi, nos municípios homônimos, seguiram operando normalmente.

"Como as demais empresas que atuam no Rio Grande do Sul, tivemos impacto nas operações. Ainda assim, conseguimos garantir a operação, com pequenos atrasos", disse José Paulo Medeiros, diretor da Tramontina.

A empresa de calçados Beira Rio não está sofrendo nenhum atraso na entrega de mercadorias e no recebimento de matéria-prima, como afirma Roberto Argenta, presidente da companhia. Segundo o executivo, para conseguir cumprir os prazos estabelecidos, o setor de logística da empresa realizou estudos para mitigar o tempo necessário para o percurso dos caminhões, que em função da situação de algumas rodovias, ainda são obrigados a percorrer "rotas mais longas" em determinadas regiões do Rio Grande do Sul.

EDDY CASTRO/AGÊNCIA O GLOBO



Bloqueios de rodovias dificultam a chegada de matéria-prima e a saída de produtos

De acordo com Argenta, somente a unidade no município de Roca Sales, a 160 quilômetros de Porto Alegre, teve uma paralisação de 15 dias devido às enchentes. Mas a limpeza do local já foi feita e o espaço está funcionando plenamente, como antes das inundações. A Beira Rio tem um grande impacto na economia do município localizado no Vale do Taquari, pois emprega 700 funcionários diretamente e mais 1.100 indiretamente, além de responder por 55% do valor adicionado da cidade, que possui 10.418 habitantes, segundo o Censo de 2022.

Com a sede localizada em Caxias do Sul, município da serra gaúcha, a RandonCorp, grupo fabricante de reboques e semirreboques e com atuação também em autopeças, suspendeu de maneira preventiva suas atividades fabris entre os dias 2 e 6 de maio na cidade. Já a unidade Controil, da Frasle Mobility, em São Leopoldo, ficou sem operações presenciais do dia 3 até 27 de maio.

Além disso, outra unidade do grupo afetada foi a DB, da Rands (Vertical de Serviços Financeiros e Digitais). Embora sua estrutura física não tenha sido impactada, clientes suspenderam suas operações em razão dos alagamentos. A companhia afirma que, desde o início, adotou as medidas necessárias para adequar as operações aos cenários vividos, com monitoramento contínuo e priorizando a segurança dos funcionários.

Já a siderúrgica Gerdau informou que todas as operações no Estado foram retomadas, e a paralisação não causou impactos.

Outra dificuldade para uma retomada plena da produção foi a interrupção no abastecimento de água. Porém, de acordo com Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), desde o dia 21 de maio as operações de fornecimento estão normalizadas.

A Estação de Tratamento Rio Branco, localizada na cidade de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, foi a última a ser completamente reparada e retomar os serviços. Segundo a assessoria da Corsan, no momento, somente há suspensão do abastecimento em casos pontuais de rotina. No pico das cheias, no dia 4 de maio, eram 906 mil pontos sem água em todo o Rio Grande do Sul.

100
trechos de rodovias já foram liberados

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião nº 3.405, do Conselho de Administração, realizada em 10.1.2024

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2024, às 9h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração para participar da 1ª Reunião do Órgão realizada no ano. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Alexandre da Silva Glüher, o qual convidou o senhor Antonio Campanha Junior para a função de Secretário. A partir do início das discussões dos assuntos da pauta deliberativa, o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi assumiu a presidência da reunião. Foram registrados: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão, senhora Denise Aguiar Alvarez, senhores Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, senhora Denise Pauli Pavarina e senhor Octavio de Lazari Junior, na condição de convidado, tendo em vista que seu nome está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil; **2)** a participação, como convidado, do senhor Marcelo de Araújo Noronha, Diretor-Presidente; e **3)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 5.1.2024, eletronicamente, por meio do Portal de Governança.

....
....

Em pauta deliberativa, os senhores conselheiros:

....
....

2) acatando recomendação do Comitê de Nomeação e Sucessão da Organização Bradesco, por unanimidade de votos, elegeram para o cargo de Diretor os senhores: a) **Ricardo Eleutério da Silva**, brasileiro, casado, bancário, RG 25.995.939/SSP-SP, CPF 175.912.998-40; b) **Luiz Philipe Roxo Biolchini**, brasileiro, casado, bancário, RG 58171471/IFP-RJ, CPF 011.675.837-60; e c) **Bruno Funchal**, brasileiro, casado, bancário, RG 11.775.885-4/IFP-RJ, CPF 082.654.487/83. Esclareceu o senhor Presidente que os diretores eleitos: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão mandato coincidente com o dos demais diretores, até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2024, estendido até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade; 3) arquivaram na Sede Social declarações, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/2021; e 4) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos.

....
....

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos membros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina e Octavio de Lazari Junior. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 205.993/24-2 em 17.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISE B3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBD LISTED NYSE | BBDO LISTED NYSE

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A. DE 29.04.2024

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 29.04.2024 - 11 horas. **3. CONVOCAÇÃO:** A publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM:** 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I.** Aprovado o Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2023, e a proposta de destinação do resultado verificado no exercício de 2023. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I**. Aprovada a remuneração anual global da Diretoria da Companhia para o período de abril/2024 a março/2025. **7. ASSINATURAS:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A.; ADRIANO RUDEK DE MOURA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A.; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A Certidão da ata da Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., de 29.04.2024, registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20243245831, em 16.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ----------------

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA F.D.A. GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. DE 29.04.2024

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 29.04.2024 - 15h30. **3. CONVOCAÇÃO:** A publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM:** 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I.** Aprovado o Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2023, e a proposta de destinação do resultado verificado no exercício de 2023. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I**. Aprovada a remuneração anual global da Diretoria da Companhia para o período de abril/2024 a março/2025. **II.** Aprovado o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro 2023. **III.** Aprovadas as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o Relatório da Administração Regulatório da Companhia, relativos ao exercício de 2023. **7. ASSINATURAS:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A.; ADRIANO RUDEK DE MOURA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A.; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A Certidão da ata da Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária da FDA Geração de Energia Elétrica S.A., de 29.04.2024, registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20243246510, em 16.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ----------------------------------

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SÃO BENTO ENERGIA, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. DE 29.04.2024

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 29.04.2024 - 9h45. **3. CONVOCAÇÃO:** A publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM:** 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I.** Aprovado o Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2023, e a proposta de destinação do resultado verificado no exercício de 2023. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I.** Aprovada a remuneração anual global da Diretoria da Companhia para o período de abril/2024 a março/2025. **7. ASSINATURAS:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A.; ADRIANO RUDEK DE MOURA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A.; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A Certidão da ata da Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. , de 29.04.2024, registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20243118651, em 17.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. --------------------

INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 43.616.501/0001-00 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS -** Rio de Janeiro, 13 de junho de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em primeira convocação, em **24 de junho de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **01 de julho de 2024, às 17:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (I)** Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(II)** A inclusão do conceito de Amortização Extraordinária das Cotas de Alavancagem, previsto no Capítulo 1 do Regulamento, que poderá ocorrer na forma prevista pela inclusão do item 13.8.6 ao Regulamento; ***(II.i)*** *os ajustes necessários no Regulamento do Fundo, no Capítulo 1, nos itens 10.2, inciso "o", 13.8.1, 14.1.1, para refletir a inclusão do conceito de Amortização Extraordinária das Cotas de Alavancagem;* **(III)** A inclusão da definição de Cotas de Alavancagem, previsto no Capítulo 1 d o Regulamento; **(IV)** A exclusão da definição de Despesas do Fundo, previsto no Capítulo 1 do Regulamento; **(V)** A substituição do termo definido Índice de Perda por Índice de Inadimplência Over180, conforme previsto no Capítulo 1 do Regulamento; ***(V.i)*** *os ajustes necessários no Regulamento para refletir tal substituição, precisamente nos itens 10.2, inciso "e" e 18.1, inciso XI;* **(VI)** Os ajustes nos termos definidos previstos no Capítulo 1 do Regulamento: (a) de Índice de Devolução; (b) de Índice de Recompra; e (c) de Índice de Repasse; **(VII)** O ajuste no termo definido previsto no Capítulo 1 do Regulamento de Insumos; **(VIII)** Ajuste no parâmetro do Índice de Repasse, de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento); **(IX)** Ajuste no item 3.8.2 do Regulamento relativo à alteração dos critérios para aquisição dos Ativos Financeiros previstos no item 3.8.(iv); **(X)** A inclusão do conceito de chamadas de capital para integralização de Cotas, previsto nos itens 12.2 e 12.8 do Regulamento; **(XI)** Ajuste no item 13.1.1 do Regulamento, relativo à valoração das Cotas Subordinadas Júnior que passará a ter os valores de fechamento de cada Dia Útil; **(XII)** Ajuste no item 13.8.4 do Regulamento, relativo à ordem de resgate das Cotas respeitando o critério da subordinação entre as classes existentes no Fundo; **(XIII)** A inclusão do conceito de Pré-Pagamento, previsto no item 13.8.5 do Regulamento; **(XIV)** Ajuste no item 15.1 do Regulamento, relativo à Reserva de Despesas e Encargos; **(XV)** Ajuste no item 21.3.3, relativo ao quórum de aprovação para segunda convocação das Assembleias Gerais de Cotistas; **(XVI)** Ajuste na Política de Investimento em Derivativos, prevista no Anexo VI do Regulamento do Fundo; **(XVII)** Autorização à Administradora e à Gestora para que pratiquem todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. Sendo certa a facultatividade da participação via videoconferência, considerando a manifestação de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **TERRAMAGNA - AGC - 1ª Convocação (24.06.24) ou 2ª Convocação (01.07.24) -** Segunda-feira, 24 de junho · 5:00 até 6:00pm - Link da videochamada: https://meet.google.com/aih-qxpk-ibk - Ou disque: (BR) +55 11 4935-1225 - PIN: 877 736 991 # - Outros números de telefone: https://tel.meet/aih-qxpk-ibk?pin=9279347330454. Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas. Conforme o exposto acima, os Cotistas poderão expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. -** Administradora.

INÊS 249

Estratégia Companhia vai construir fábrica com investimentos de R$ 40 milhões e capacidade de 60 milhões de unidades por ano em Camanducaia

Melhoramentos estreia em embalagem de papel com produção em MG

KEINY ANDRADE/VALOR



Rafael Gibini e Carolina Alcoforado: Apelo sustentável, design e custo competitivo devem atrair novos consumidores

Stella Fontes
De São Paulo

Em nova etapa de seu longo processo de reorganização de negócios, a centenária Melhoramentos, dona da tradicional editora de livros que leva o mesmo nome e é reconhecida sobretudo no segmento de literatura infantil, e com atuação em fibra celulósica e no setor imobiliário, está entrando em novo mercado, o de embalagens em papel, 100% compostáveis.

Com investimento inicial de R$ 40 milhões, a Melhoramentos vai instalar uma fábrica em Camanducaia (MG), onde já produz fibras de celulose de alto rendimento e tem uma parte de sua valiosa base florestal e de terrenos, formada por cerca de 150 milhões de metros quadrados, incluindo 79 milhões de metros quadrados de preservação entre São Paulo e Minas Gerais.

Com capacidade de produção de 60 milhões de embalagens por ano na partida, a unidade com escala industrial entrará em operação comercial no primeiro trimestre de 2025 e nasce preparada para futura expansão. A pedra fundamental da fábrica será lançada nesta quinta-feira (13).

A embalagem que será produzida pela Melhoramentos é feita de polpa moldada e leva na receita aditivos desenvolvidos pela startup israelense W-Cycle, uma exclusividade da empresa no país, que asseguram a proteção contra líquidos e gordura, por exemplo, e também são compostáveis. A inovação também fica por conta do design customizado. As embalagens podem ser levadas ao forno até 220 graus e ao freezer, e já foram apresentadas a grandes marcas de consumo e companhias aéreas. Após seu uso, as embalagens podem ser descartadas como resíduo comum e vão se decompor naturalmente em até 75 dias.

Apelo sustentável e custo competitivo frente a outros produtos similares — a Melhoramentos se vale da produção própria de fibra celulósica, matéria-prima nas embalagens — são o diferencial em relação à concorrência, segundo o presidente da companhia, Rafael Gibini, e a diretora de novos negócios e inovação, Carolina Alcoforado. Em princípio, a companhia busca clientes na indústria de alimentos crus e prontos.

> “Vamos para a indústria de alimentos porque o volume é maior”
> *Rafael Gibini*

“Para a Melhoramentos, o foco é fazer uma transformação maior. Vamos para a indústria [de alimentos] porque os volumes são maiores e é preciso mudar toda uma linha de produtos para usar a embalagem”, explica o executivo. “Fomos procurados por distribuidores de produtos para delivery, mas é um varejo menor. Entendemos que o maior impacto é na indústria de alimentos.”

Conforme Gibini, o projeto de embalagens nasce da combinação dos ativos florestais detidos pela empresa e de sua vocação industrial, com a produção de fibra de alto rendimento. “Olhamos várias aplicações, de construção civil a produtos de cuidados pessoais, mas escolhemos embalagens neste momento”, diz o executivo.

A companhia trabalha desde 2020 na reorganização de seus negócios. A primeira frente se concentrou na transformação das operações existentes e reposicionamento, com resultado atestado nos últimos dois anos — em 2023, o lucro líquido ficou em R$ 7,9 milhões, frente a R$ 1,5 milhão em 2022, após anos de prejuízo.

Em outra frente, a Melhoramentos está se lançando em novos negócios e rodou o mundo, visitando centros de inovação, em busca de inspiração. Desse “road show”, conta Gibini, nasceu um pipeline de projetos inovadores, hoje sob uma diretoria exclusiva, liderada por Alcoforado. Há mais por vir, adiantam os executivos, sem revelar detalhes.

> **60**
> **milhões de peças é a capacidade inicial**

Conforme a diretora, as pesquisas levaram em conta entender movimentos da indústria de embalagens no mundo. “ Daí percebemos a oportunidade da polpa moldada. Mas a da Melhoramentos tem tecnologia embarcada, que parte do design. Temos de entender a linha de produção do cliente e desenhar o que faz sentido, incluindo os aditivos”.

Curtas

Remuneração do FGTS

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em modificar a remuneração do FGTS para alcançar pelo menos a inflação foi bem recebida pelo setor imobiliário, que seria o mais afetado caso prevalecesse o voto de equiparar o rendimento à poupança. O julgamento ocorreu ontem (12). Para Luiz França, presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), a decisão garante a sustentabilidade do FGTS. Entidades consideram que a equiparação à poupança tiraria recursos do Minha Casa, Minha Vida (MCMV). No entanto, França ressalta que teria sido melhor manter a remuneração como é hoje, em TR + 3% ao ano. Agora, passa a ser de TR + 3% e a distribuição dos resultados do fundo, “em valor que garanta, no mínimo, o índice IPCA em todos os exercícios”, afirmou o ministro Luís Roberto Barroso. O ministro também descartou retroatividade. Renée Silveira, diretora de incorporação da Plano&Plano, se preocupa com o resultado e a chance de ações coletivas questionarem a retroatividade. “Qualquer alteração no status quo traria impacto”, diz. Para Renato Correia, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), a decisão foi a “mais correta possível”, por manter o poder de compra dos depósitos e a saúde do FGTS, que teria a dupla missão de salvaguardar o trabalhador e gerar recursos para a habitação social. Pedro Donadon, CEO da incorporadora ADN, ficou aliviado. A falta de definição sobre o julgamento era “um fantasma que prejudicava o setor” e afastava investimentos de longo prazo.

Lucro dos planos de saúde

Após dois anos com resultados negativos no primeiro trimestre, as operadoras de planos de saúde registraram lucro operacional de R$ 1,8 bilhão, entre janeiro e março de 2024. O setor reverteu o prejuízo de R$ 1,6 bilhão apurado um ano antes, segundo dados da ANS. Já o lucro líquido, que considera os ganhos financeiros, foi de R$ 620,5 milhões para R$ 3 bilhões. A receita somou R$ 83 bilhões, alta de 12,7% quando comparado a igual trimestre de 2023. A ANS destacou que “mesmo em um contexto de redução de taxas de juros, a remuneração das aplicações financeiras acumuladas pelas operadoras médico-hospitalares — que totalizaram R$ 115,4 bilhões no fim de março — continua a contribuir fortemente com a composição do seu resultado líquido total.”

bradesco

Banco Bradesco S.A.
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião Ordinária nº 686, do Conselho de Administração, realizada em 21.12.2023

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2023, às 8h30, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração para participar da 29ª Reunião do Órgão realizada no ano. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para secretariá-lo. Em seguida, registraram-se: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão, senhor Alexandre da Silva Glüher, senhora Denise Aguiar Alvarez, senhores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez e senhora Denise Pauli Pavarina; **2)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 15.12.2023, eletronicamente, por meio do Portal de Governança; e **3)** a participação, como convidado, do senhor Marcelo de Araújo Noronha, Diretor-Presidente.

....

....

Em pauta exclusiva deste Órgão, os conselheiros:

....

....

8) acatando recomendação do Comitê de Nomeação e Sucessão da Organização Bradesco, por unanimidade de votos, nomearam, em substituição ao conselheiro Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, de acordo com o disposto no Artigo 150 da Lei nº 6.404, de 1976, como membro do Conselho de Administração, o senhor **Octavio de Lazari Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768-37, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, com mandato até a primeira Assembleia Geral que ocorrer. Esclareceu o senhor Presidente que o Conselheiro nomeado: a) terá seu nome levado à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomará posse de seu cargo; e b) arquivou na sede da Sociedade declarações, sob as penas da lei, de que atende às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/2021.

....

....

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos membros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez e Denise Pauli Pavarina. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 194.134/24-6 em 2.5.2024. a) Maria Cristina Frei- Secretária Geral.

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISE B3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBD LISTED NYSE | BBDO LISTED NYSE

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial (“Cia”), realizada em 24.05.24. 1. Data, Hora e Local: Em 24.05.24, às 15h, por videoconferência, na forma autorizada pelo Estatuto Social da Cia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto da Veiga Sicupira, (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Sidney Victor da Costa Breyer (Conselheiro Independente), Vanessa Claro Lopes (Conselheira Independente), Célio de Melo Almada Neto (Conselheiro Independente). Participaram, ainda, os Srs. Leonardo Coelho e Camille Loyo Faria, diretores estatutários da Companhia; os Srs. Fábio Fernandes Medeiros e a Gerente de Governança, Sra. Sabrina da Rocha Juhàsz. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Deliberações:** Foi aprovada, por unanimidade, a reeleição da Sra. Camille Loyo Faria, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, com escritório na Rua Sacadura Cabral nº. 102 - Parte, Saúde, CEP 20081-902 (no qual receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão), para exercer as funções de Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores da Companhia. Referido mandato se encerrará, juntamente com o mandato do Diretor Presidente, Sr. Leonardo Coelho Pereira, em 14.02.2026. Neste sentido, restam ratificados todos os atos praticados pela Diretora ora eleita. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos Conselheiros presentes. RJ, 24.05.24. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Fábio Fernandes Medeiros** - Secretário. JUCERJA nº 6278647 em 07.06.2024.

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital. Nos termos do artigo 5º, §3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), esta Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”) da Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”) foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Irene Karcher, nº 620, Bairro Betel, Município de Paulínia, Estado de São Paulo, CEP: 13.148906. **2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado nos termos dos Artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no jornal Valor Econômico nas edições (impressa e online) dos dias 20, 23 e 24 de janeiro de 2023, páginas C5, B7 e B4, respectivamente, com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal, bem como disponibilizadas nos websites da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo membro efetivo do Conselho de Administração (nos termos do art. 13 combinado com o art. 19 do Estatuto Social da Companhia), o Sr. Daniil Sergunin, e secretariados pelo Sr. Luiz Felipe Fleury Vaz Guimarães. **4. Presença:** Presentes acionistas detentores de ações que representam 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, conforme registros do sistema eletrônico de participação a distância, nos termos do artigo 47, inciso III da Resolução CVM 81 e as informações contidas nos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 48, incisos I e II, da Resolução CVM 81, quórum, portanto, superior ao necessário para a instalação desta Assembleia. **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberar sobre a ratificação da renúncia do Sr. **Evandro Gujanwsky** e do Sr. **José Alfredo da Justa** aos cargos de membro efetivo e membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia respectivamente; e **(b)** deliberar sobre a eleição de 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Neste item, vale registrar que foram consideradas as indicações e documentos de candidatos a membros do Conselho Fiscal realizadas pelos acionistas e enviados à Companhia, nos termos do Manual e da regulamentação da CVM, a saber: candidatos indicados pelo Sr. *Thalis Leon de Ávila Saint Yves* e, em conjunto, pelos Srs. Geraldo Rudolfo Van Arragon, Afonso Celso Pereira, Ricardo Geraldo Leffers, Lourenço Maximiano Junqueira, Daniel Santos Haddad, Fernando Warley de F. Dantas, Thales Pimenta Carvalho, Marco Antônio de O. Filho e Gerald Muhlegger. **6. Mapa de Votação e Lavratura da Ata:** Após a verificação do quórum de instalação da Assembleia foi autorizada por maioria dos acionistas presentes, a dispensa da leitura do Edital de Convocação e do Mapa de Votação Sintético, os quais ficaram à disposição para consulta dos acionistas presentes, nos termos do artigo 48, §4º, da Resolução CVM 81, bem como foi aprovada, também pela maioria dos presentes a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei das S.A., e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do artigo 130, §2º, da Lei das S.A.. **7. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue: **(a)** Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, tendo sido computados 32.937.218 votos a favor, 86.600 votos contra e 828.500 abstenções, a ratificação da renúncia do Sr. **Evandro Gujanwsky** e do Sr. **José Alfredo da Justa** aos cargos de membro efetivo e membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia respectivamente. **(b)** Aprovar, por maioria dos acionistas detentores de ações em circulação da Companhia, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, a eleição em separado do Sr. **Mark Allen Harvey**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 047696463 (SESP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 922.704.927-49, residente e domiciliado no município de Castro, Estado do Paraná, na Rua Matilde Baer, 111, Jardim das Nações, CEP: 84172-180, ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, tendo sido computados 5.217.227 votos a favor, 811.652 votos noutros candidatos e 95.300 abstenções; e o Sr. **Marcos Antonio Garcia De Oliveira**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.500.528-16, residente e domiciliado na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Rua Dom Paulo de Tarso Campos, 11, Bairro Vila Bressani, CEP: 13.140-492, como seu respectivo suplente, tendo sido computados 4.546.977 votos a favor, 1.475.552 votos noutros candidatos e 101.650 abstenções. **7.1.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos se inicia nesta data e se encerrará na data de realização da Assembleia Geral Ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **7.2.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os membros do Conselho Fiscal ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no artigo 147, parágrafo quarto, combinado com o artigo 162, parágrafo segundo, da Lei das S.A. e no artigo 2º do Anexo K à Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7.3.** Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse a serem lavrados em livro próprio, nos quais declararão expressamente conhecer a legislação, e que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou por condenação criminal por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou por pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. Reabertos os trabalhos, foi a presenta ata lida, achada conforme e assinada pela Mesa, conforme o artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81. Foram considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, §1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído. Os Mapas Finais de Votação Sintéticos e a Lista de Acionistas Presentes constam, respectivamente, dos **Anexos I e II** a esta ata. A gravação das Assembleias e os votos manifestados por meio dos boletins de voto a distância foram arquivados na sede social da Companhia. Paulínia, São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. *Confere com a original, lavrada em livro próprio.* **Mesa:** Daniil Sergunin - Presidente; Luiz Felipe Fleury Vaz Guimarães - Secretário. JUCESP sob nº 122.666/24-0 em 18/03/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NATURA &CO PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ n° 48.805.820/0001-87 - NIRE 35.300.605.349

Certidão

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024, às 10h00, de forma exclusivamente digital. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - **JUCESP -** Certifico o Registro sob o nº 198.583/24-2 em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro (Companhia), CEP: 20230-240, às 10h do dia 24 de junho de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a verificação da manifestação e/ou da ausência de manifestação de acionistas com relação à deliberação tomada no âmbito da Assembleia Extraordinária da Companhia datada de 16/04/2024 referente à conversão de ações ordinárias da companhia em ações ordinárias classe A ou em ações ordinárias classe B de emissão da Companhia; (ii) a conversão de ações ordinárias da Companhia em ações ordinárias classe A e em ações ordinárias classe B de emissão da Companhia; (iii) a alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2024. Ass.: Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 24.001/2023 – SEMAD
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016740/2019-26 – SMS

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal de Natal/RN, localizada na Rua Santo Antônio, 665, 4° andar, no bairro de Cidade Alta em Natal/RN – CEP 59025-520, torna público que esta LICITAÇÃO, que se encontrava SUSPENSA em razão de impugnações que estavam sendo analisadas para julgamento, foi REMARCADA e será realizada a sessão para abertura dos envelopes de habilitação e a proposta de preços na data e horário a seguir indicados:

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos profissionais para assistência continuada de forma complementar na área ambulatorial, hospitalar, de urgência e emergência e na atenção básica, nos estabelecimentos devidamente habilitados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Natal/RN.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 31 de JULHO de 2024, às 10h30 (horário de Brasília-DF). EDITAL: Disponível no site: www.compras.natal.rn.gov.br

Qualquer informação ou esclarecimento poderá ser solicitado pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br.

Natal/RN, 10 de junho de 2024.
LEONARDO DA SILVEIRA LUCENA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações da SEMAD/PMN

INÊS 249

Consumo Evento com 95 produtores traz rótulos consagrados e também da nova geração de enólogos

Vinhos de Portugal começa hoje em SP

Maria da Paz Trefaut
Para o Valor, de São Paulo

Almoços e jantares com produtores e enólogos portugueses têm esquentado a semana em São Paulo, onde começa hoje o evento Vinhos de Portugal, no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera. Desta vez, será no prédio concebido por Oscar Niemeyer, que durante três dias reunirá 95 produtores, de várias regiões portuguesas, para degustações, conversas e experiências em torno do vinho.

Uma conversa entre um dos mais famosos enólogos de Portugal, Luís Sottomayor, da Casa Ferreirinha e responsável pelo mítico vinho Barca Velha, e o crítico do **Valor** Jorge Lucki abre as provas às 14h. Sete vinhos estarão na prova, entre eles o Barca Velha 2015, que ainda não chegou ao mercado e que custará R$ 10.860. Ao apresentá-lo num evento reservado no início da semana, Sottomayor disse que o rótulo, criado em 1952 no Douro, que só é lançado em anos especiais e que chega agora a 21ª edição, está mais moderno, é feito com uvas melhores e a madeira onde envelhece não tem nada a ver com a antiga. No entanto, mantém a mesma filosofia e identidade. "Quando o Barca Velha foi criado o Douro era um deserto e não havia eletricidade nas adegas".

Embora, segundo a previsão, a safra 2015 vá atingir seu apogeu nos próximos dez ou quinze anos, o enólogo diz que não há razão para guardar o vinho: "Se você tem um bom vinho, beba. Não há por que se privar. Nunca sabemos o dia de amanhã. A menos que você queira guardá-lo, em condições adequadas, para uma ocasião especial".

O Brasil recebe o segundo maior volume do Barca Velha, que neste ano teve produção de 16 mil garrafas, das quais 50% ficaram em Portugal. Ao apresentar a nova safra, Sottomayor chamou a atenção para as transformações pelas quais a vinicultura está passando em consequência das mudanças climáticas. "Estamos plantando vinhas cada vez em zonas mais altas, e preparando a Casa Ferreirinha para a segunda metade do século XXI".

Se Sottomayor representa uma dinastia de enólogos veteranos em Portugal, o evento também trará a nova geração. João Rosa Alves, enólogo e diretor de produção da Menin, estará no salão de degustação com as duas linhas da vinícola do Douro. Aos 32 anos, ele diz ser uma grande responsabilidade "contribuir para a região seguindo o caminho já traçado, reconhecer o que foi feito e continuar agindo para a preservação do Douro e de suas 120 castas nativas."

O grupo Menin Wine Company é uma empresa de brasileiros sediada em Portugal. O sócio principal é o mineiro Rubens Menin, dono do Banco Inter e da MRV Engenharia. A marca tem uma importadora própria em São Paulo e 40% das vendas acontecem no Brasil. A cada ano, aliás, é maior o número de brasileiros que compraram quintas e estão entre os produtores de vinho em Portugal.

Para conhecer marcas, castas e regiões variadas, o salão de degustação é a melhor opção. Ao entrar, o visitante recebe uma taça e pode experimentar vinhos durante duas horas, interagindo com produtores e enólogos. Na área gratuita é possível acompanhar bate-papos no "Tomar um Copo", que reúne especialistas, críticos, produtores, sommeliers e chefs de cozinha. A presença feminina é cada vez mais significativa no mundo do vinho. Entre as sommelières, destaque para Cecília Aldaz, Dani Bravin, Gabi Bigareli e Juliana Carani.

No evento haverá comidinhas dos restaurantes Tasquinha do Portuga, Quinta do Marquês e A Bela Sintra. Alguns pequenos produtores estarão lá: Zuca Salumeria, Kochen Azeites Saborizados e a Boutique dos Queijos JC. Uma opção é comprar uma garrafa na loja e ir para o gramado do parque desfrutar aproveitando o ar livre.

Ainda hoje, uma das provas de destaque é a "Harmonização com Vinhos de Lisboa", às 20h30, com a somelliêre do restaurante Oro, no Rio, Cecilia Aldaz, e o chef Filipe Leite, do restaurante Selvagem, que fica no Parque Ibirapuera.

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais "O Globo", **Valor** e "Público", em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Turismo de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição paulistana conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

> "Se você tem um bom vinho, beba [em vez de deixá-lo envelhecer]. Não há por que se privar"
> *Luís Sottomayor*

Vinhos de Portugal 2024
Evento está em sua décima primeira edição

Divulgação

Davidmancini / Pixabay

São Paulo

Datas: 13 a 15 de junho
Local: Pavilhão da Bienal, Parque Ibirapuera
95 produtores
85 estandes

Confira algumas provas

Dirceu Vianna Júnior — Divulgação

Cecilia Aldaz — Rebecca Maria

"Vinhos verdes, frescos e intensos", com **Manuel Carvalho** e **Jorge Lucki**	**14/06 (sexta-feira) às 16h30**
"Grandes vinhos do Tejo e suas histórias", como o máster of wine **Dirceu Vianna Júnior**	**14/06 (sexta-feira) às 18h**
"Alentejo: um guia de enoturismo", com **Luís Lopes**	**14/06 (sexta-feira) às 19h30**
"Lagar, a tradição de pisar as uvas com os pés", com **Luís Lopes**	**15/06 (sábado) às 12h**
"Beira Interior, uma região a descobrir", com **Luís Lopes** e **Jorge Lucki**	**15/06 (sábado) às 17h30**
"Harmonização de vinhos do Dão", com **Cecilia Aldaz**, **Manuel Carvalho** e o chef **Ricardo Lapeyere**, do Bulô	**15/06 (sábado) às 21h**

Rogerio Vieiira/Valor

Jerónimo Heitor Coelho

Reprodução

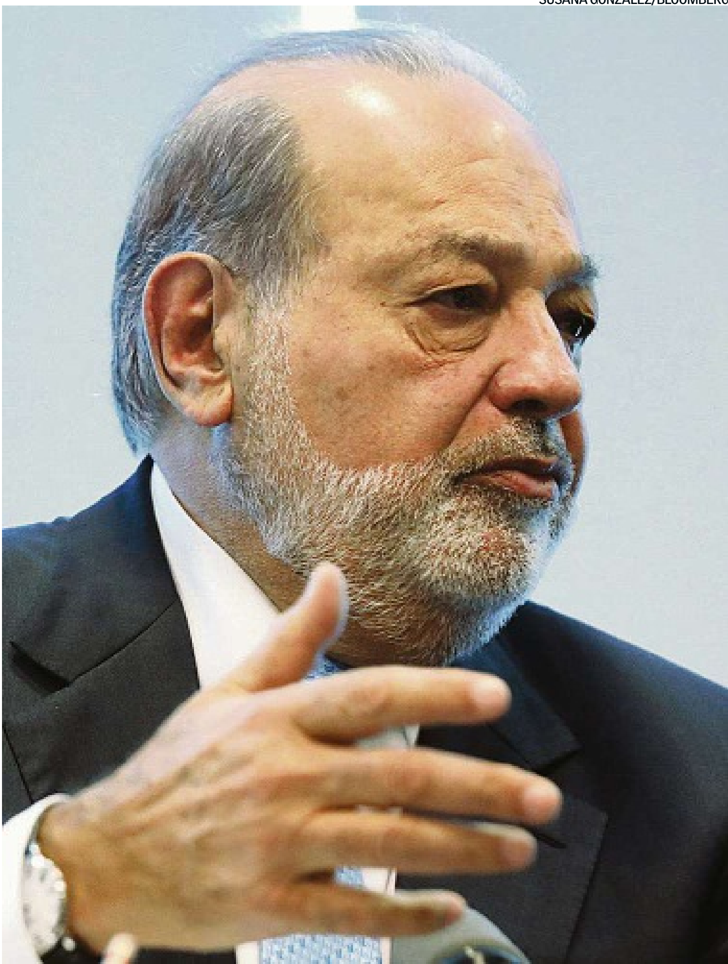
Mais informações
vinhosdeportugal.oglobo.com.br

Instagram: vinhosdeportugalbr_
Facebook: /vinhosdeportugal

O Vinhos de Portugal 2024 é uma realização dos jornais O Globo, Valor Econômico e Público, em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio das Comissões de Vinho do Alentejo, Beira Interior, Dão, Lisboa, Península de Setúbal, Tejo, Vinhos Verdes e da Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal, Turismo de Portugal, Tap Air Portugal, AB Gotland Volvo e Shopping Leblon; água oficial Águas Prata, hotéis oficiais Fairmont Rio (RJ) e Canopy by Hilton São Paulo Jardins (SP), local oficial Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Porto Divino, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper. A edição de São Paulo, conta ainda com a Cidade de São Paulo como cidade anfitriã e SP Negócios como apoio institucional.

Bilionário mexicano, Slim compra 3% da BT

SUSANA GONZALEZ/BLOOMBERG



Carlos Slim e família controlam a América Móvil: fortuna construída nos anos 90

Telecomunicações

Yasemin Craggs Mersinoglu e Christine Murray
Financial Times, de Londres e Cidade do México

O bilionário mexicano Carlos Slim comprou 3% da BT (a antiga British Telecom) depois que a nova presidente-executiva, Allison Kirkby, informou em maio, na divulgação do balanço de 2023, seu plano para transformar o grupo de telecomunicações do Reino Unido.

A BT informou ontem (12) a posição de 3%, avaliada em cerca de 400 milhões de libras. A compra foi feita por três empresas controladas pela família do magnata.

O motivo de Slim não é claro, mas ele se junta a outros acionistas de alto nível como a Altice, do bilionário Patrick Drahi, e o grupo alemão Deutsche Telekom.

A BT disse que dá "as boas-vindas a qualquer investidor que reconheça o valor a longo prazo do nosso negócio". "Estamos ansiosos por nos envolvermos com a Inbursa, tal como fazemos com todos os investidores", disse a BT. Um porta-voz do Grupo Carso, de Slim, disse que a aquisição foi um "investimento financeiro, como muitos que o grupo faz".

Slim, que já foi o homem mais rico do mundo e é a pessoa mais rica da América Latina, construiu sua fortuna a partir de uma concessão para a companhia telefônica estatal do México, na década de 1990. Suas empresas respondem por um quinto do índice de ações de referência do país e têm grandes operações na América Latina e na Europa.

A América Móvil, controlada por Slim e sua família, comprou no passado fatias dos grupos europeus KPN e Telekom Austria. Em 2013 foi forçada a recuar, numa extenuante batalha para adquirir o controle da empresa holandesa (KPN), quando chegou a oferecer € 7,2 bilhões.

Slim, que mantém uma relação estreita com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, também foi rejeitado numa tentativa de comprar a Telecom Italia em 2007, com o grupo norte-americano AT&T.

As ações da BT subiram mais de 17% no dia em que a empresa divulgou os resultados anuais no mês passado. Kirkby, que assumiu o comando da BT em fevereiro, disse na época que a empresa cortaria outros 3 bilhões de libras em custos e aumentaria seus dividendos depois de anunciar que o grupo havia atingido a meta de 3 bilhões de libras em economia bruta de custos um ano antes do previsto.

Os investidores já haviam feito uma aposta recorde de 300 milhões de libras contra a BT e Kirkby disse: "Sempre adoro apertar as posições vendidas [...] e provar que eles estão errados." Acrescentou que o grupo superou o pico de despesas de capital na implantação da banda larga de fibra e estava "explorando opções" para otimizar seus negócios globais, incluindo a saída de alguns mercados.

Kester Mann, diretor de consumo e conectividade da CCS Insight, disse que o investimento de Slim foi "um endosso" à recente atualização estratégica de Kirkby e refletiu "bom impulso recente para a BT" sob a liderança dela.

> **400**
> **milhões de libras é o valor da fatia**

Curtas

Sony compra cinema
A Sony Pictures Entertainment adquiriu a eclética rede de cinemas Alamo Drafthouse Cinema. A aquisição foi feita em meio a uma queda nas bilheterias do verão e enquanto Hollywood luta para convencer o público a deixar o sofá para ir ao cinema. A Alamo, que oferece uma mistura de filmes convencionais e menos conhecidos, é a sétima maior rede de cinemas da América do Norte, com locações em 25 áreas metropolitanas e mais de 10 milhões de visitantes anualmente, disse a Sony. Nos cinemas Alamo, os espectadores podem pedir comidas e bebidas, incluindo alcoólicas com temática de filmes, que são servidas ao lado dos assentos, informa a agência Dow Jones Newswires.

Apple ainda é vice
As ações da Apple fecharam em alta de 2,9% na Nasdaq, em Nova York, cotadas a US$ 213,07 nesta quarta-feira (12). Com isso, a gigante de tecnologia atingiu uma nova máxima para seus papéis e valor de mercado recorde de US$ 3,27 trilhões. Durante as negociações desta quarta, a Apple chegou a superar a Microsoft como a companhia mais valiosa do mundo, mas uma valorização de 1,9% nas ações da dona do Windows fizeram-na atingir o patamar de US$ 3,28 trilhões e recuperar sua posição no topo da lista.

Musk retira processo
Elon Musk retirou o processo que movia contra a OpenAI e seu diretor-presidente, Sam Altman, em mais uma reviravolta na disputa do bilionário com seu ex-sócio, enquanto eles competem pela supremacia na corrida da inteligência artificial. Musk alegava que a OpenAI, da qual foi um dos investidores originais, havia quebrado seu acordo de fundação ao priorizar o lucro em detrimento do potencial benefício da tecnologia para a humanidade. Na terça-feira (11), um advogado do bilionário protocolou um pedido de arquivamento do processo na Justiça da Califórnia, sem nenhuma explicação, informou a Dow Jones Newswires.

Vrio vai distribuir banda larga da Amazon na América Latina

Rodrigo Carro
De São Paulo

A Vrio, controladora da DirecTV na América Latina e da Sky Brasil, vai distribuir no país e em mais seis outros mercados da América do Sul o serviço de banda larga via satélite da Amazon a partir de 2025. A constelação de 3.326 satélites de baixa órbita, conhecida como Projeto Kuiper, começa a ser implantada este ano. O investimento total da Amazon na iniciativa global é de mais de US$ 10 bilhões.

A expectativa do mercado é que, com o lançamento do serviço comercial no próximo ano, a Amazon passe a competir diretamente com a Starlink, do bilionário Elon Musk. No Brasil, o serviço da Starlink para clientes residenciais custa R$ 184 mais impostos.

Com cerca de nove milhões de clientes nos sete países englobados pelo acordo, sendo quatro milhões só no Brasil, a Vrio ficará responsável também por serviços de pós-venda, como instalação e assistência técnica ao cliente final. Não foram divulgados preços nem outros detalhes dos três tipos de produtos que serão oferecidos em Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Equador e Colômbia.

"Para a Amazon e a Vrio, a acessibilidade aos serviços [em termos financeiros] é extremamente importante", limitou-se a dizer Bruno Henriques, líder de desenvolvimento de negócios para a América Latina do Projeto Kuiper.

Presidente da holding Vrio Corp, Darío Werthein enfatizou que o serviço de banda larga via satélite da Amazon terá preços "acessíveis", baixa latência (tempo de resposta) e ampla cobertura.

A opção da Amazon pela parceira com um distribuidor que detém marcas já estabelecidas (DirecTV e Sky) e uma ampla base de clientes no continente contrasta com a estratégia de Musk, baseada apenas na própria marca. No Brasil, a Starlink optou por comercializar seu serviço pelo seu site e por quatro revendedores autorizados do segmento de varejo.

Werthein, da Vrio, destaca o potencial do mercado latino-americano para serviços de acesso à internet, citando um estudo do Banco Mundial. A instituição financeira internacional estima que, dos 383 milhões de habitantes da região, aproximadamente 200 milhões não dispõem de conexão à web.

"Certamente não vamos capturar todo esse mercado, porque há espaço para outros competidores", reconheceu Werthein. "Mas temos a oportunidade de conquistar uma fatia de mercado realmente relevante", acrescentou.

As autorizações para os satélites que vão compor a constelação da Amazon já foram concedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "Temos as licenças [para uso] de espectro na maior parte dos países que fazem parte do acordo [com a Vrio]. Estamos trabalhando em conjunto com agências reguladoras, autoridades nacionais para garantir que estejamos aderentes às normas em todos os países onde queremos operar", frisou Henriques.

O Projeto Kuiper testou dois protótipos de satélites, colocados em órbita no fim do ano passado. Estão previstos ainda para este ano demonstrações de serviços.

Cenários ABS Pecplan e Alta Genetics esperam fechar o ano com alta de até dois dígitos nas vendas

Setor de genética bovina prevê avanço este ano

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Em um cenário de preços baixos e alta dos custos de produção, o aumento da produtividade é fundamental para que os pecuaristas mantenham a competitividade. Esse raciocínio tem levado produtores de bovinos de corte e de leite a ampliar os investimentos no melhoramento genético de seus rebanhos. Como resultado, algumas das maiores empresas do setor, como ABS Pecplan, Alta Genetics e Genex, informam ter elevado as vendas neste ano em relação a 2023, e a perspectiva é fechar o período com aumento de até dois dígitos. Essas grandes companhias participam da 19ª edição da Megaleite, que começou na terça-feira.

A ABS Pecplan, uma das maiores empresas de genética bovina, estima fechar o ano fiscal 2024, que termina no fim de junho, com avanço de 8% nas vendas no Brasil, incluindo produtos para rebanhos de corte e leiteiro.

"O produtor enxergou que precisa ser eficiente. Mesmo com a crise nos preços do leite e da carne bovina, houve aumento de vendas de sêmen no ano passado e neste ano", afirmou o supervisor do distrito Sudeste da ABS Pecplan, Odilon de Rezende Barbosa Filho.

A empresa apresenta na Megaleite alguns touros novos e condições comerciais diferenciadas para os visitantes da exposição, considerada a maior do setor leiteiro na América Latina.

"Nossa expectativa de crescimento para este ano é de 20%, tanto na venda de sêmen quanto na oferta de serviços", afirmou o

> "O produtor enxergou que precisa ser eficiente"
> *Odilon de Rezende*

gerente de leite nacional da Alta Genetics, Guilherme Marquez de Rezende. O executivo disse que a demanda deste ano está aquecida tanto por parte de produtores de gado leiteiro quanto por criadores de gado de corte.

A companhia, controlada do grupo Urus, está na feira com produtos como colostro em pó para bezerros, sistema de monitoramento de cálcio para vacas em fase de pré e pós-parto e software de gerenciamento de fazendas.

A Genex, que pertence ao mesmo grupo, informou, sem citar números, que as vendas nos primeiros cinco meses de 2024 foram maiores que as do mesmo período de 2023. "O mercado vem sinalizando crescimento de vendas de sêmen da raça Girolando e também de outras raças. Nossa expectativa é fechar o ano com crescimento em vendas no Brasil e na América Latina", disse o gerente de produto leite da Genex, Gabriel Godoy.

Segundo ele, as margens dos produtores de leite estão baixas e o clima tem afetado muito a produtividade dos rebanhos. Isso eleva o interesse pelo investimento em genética, com compra de sêmen ou embriões de animais com mais resistência e capacidade de adaptação aos climas mais quentes. A Genex apresenta na exposição touros com melhores recomendações de longevidade e produtividade.

A 19ª Megaleite, promovida pela Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, vai até o dia 15. A feira conta com 1,5 mil animais de raças leiteiras diversas. A expectativa é de R$ 250 milhões em negócios, acima dos R$ 210 milhões de 2023.

Segundo a diretora de relações internacionais da associação, Tatiane Drummond Tetzner, o maior interesse de produtores de países como Bolívia, Colômbia, Equador, e Índia, presentes na exposição é no melhoramento genético da raça Girolando. A raça responde por 80% da produção de leite do Brasil, de 35 bilhões litros por ano.

Produtor quer regra para impedir importação desenfreada de lácteos

De Belo Horizonte

Representantes dos produtores e de cooperativas de leite vão exigir dos governos federal e estaduais regras mais rígidas para impedir as importações desenfreadas de produtos lácteos. O setor teve um alívio nas importações a partir de março, com a fiscalização pelo governo federal. Em junho, no entanto, as compras externas voltaram a avançar.

"Nós até acreditamos que essas medidas causariam uma repercussão nas importações. Mas quando olhamos os primeiros dez dias de junho, as importações já quase superam o que foi registrado em todo mês de maio", afirmou Marcelo Candiotto, presidente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR) e vice-presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Leite de Minas Gerais (Fecoagro Leite Minas).

Candiotto fez referência ao Decreto nº 11.732/23, que reduz de 50% para 20% o aproveitamento do crédito presumido de PIS e Cofins por laticínios e cooperativas que importarem leite. Após pressão do setor privado, o governo reforçou a fiscalização das importações a partir de março deste ano. Alguns Estados, como Minas Gerais, Paraná e Goiás, também adotaram medidas reduzindo benefícios fiscais aos laticínios importadores.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, as importações de leite caíram em volume 0,6% em março, 14,3% em abril e 43,5% em maio, sempre em comparação com o mesmo mês de 2023. Em valor, as quedas foram de 10,1%, 22,7% e 48,9%, respectivamente. Em maio, as importações chegaram a 10,7 mil toneladas, o menor volume mensal neste ano.

Queda temporária
Evolução das importações de produtos lácteos no Brasil

Valor (US$ milhões)			
Produto	**Jan/Mai 2023**	**Jan/Mai 2024**	**Variação (%)**
Leite, nata e concentrados	300,8	254,6	15,4
Queijos e requeijão	82,2	105,9	28,8
Outros	59,0	45,1	-23,5
Total	442,0	405,5	-8,2

Volume (mil toneladas)			
Produto	**Jan/Mai 2023**	**Jan/Mai 2024**	**Variação (%)**
Leite, nata e concentrados	78,0	74,9	- 4,0
Queijos e requeijão	16,3	23,0	41,1
Outros	15,6	11,5	-26,3
Total	109,9	109,4	-0,4

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária

"As medidas precisarão ser ampliadas, atingindo não só um grupo de importadores, mas pegando todos os importadores, incluindo redes de supermercados, tradings, sorveterias e indústrias de alimentos", disse Geraldo Borges, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite). Ele e Candiotto participaram ontem da 19ª Megaleite, em Belo Horizonte.

Borges acrescentou que as importações de queijo também tiveram aumento significativo neste ano e considerou que a redução de benefícios fiscais deveria atingir outras categorias do setor lácteo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, as importações de queijos aumentaram 28,8% em valor de janeiro a maio, para US$ 105,9 milhões, e 41,1% em volume, para 23 mil toneladas.

"Vamos conversar com os governos estaduais e com o governo federal para que as medidas de desmotivação de importações sejam ampliadas para lácteos, incluindo mais produtos além do leite em pó", afirmou Borges. *(CB)*

DIVULGAÇÃO



Marcelo Candiotto, da CCPR: Importações em junho quase superam maio

Nutrien vê desafio no curto prazo e traça plano para melhorar margem

Insumos

Gabriela Weiss
De São Paulo

A canadense Nutrien, de insumos agrícolas, está cortando custos diante das margens apertadas e avalia que ainda há desafios no curto prazo. Em evento com investidores, o CEO global da companhia, Ken Seitz, disse que o grupo está trabalhando em um "plano de melhoria de margens".

"Embora as perspectivas de longo prazo [no Brasil] permaneçam atraentes, os desafios de curto prazo do mercado exigiram que adaptássemos nossa estratégia. Estamos trabalhando em um plano de melhoria de margens projetado para proporcionar uma melhor consistência nos ganhos e interação com o dinheiro", afirmou.

Recentemente, a companhia suspendeu a operação de três de suas cinco misturadoras de fertilizantes no Brasil. O objetivo foi "reduzir custos fixos e melhorar a eficiência dos ativos", disse Seitz.

O executivo afirmou que o custo marginal de curto prazo de suas operações de fornecimento de potássio no Brasil estão aumentando devido à inflação e aos custos logísticos mais altos. Os custos de capital também cresceram, elevando ainda mais o gasto marginal estimado de longo prazo do fornecimento. Apesar disso, a Nutrien avalia que está bem posicionada na "curva de custos" dada sua rede de seis minas.

A companhia também colocou à venda recentemente suas sedes na Argentina, no Chile e no Uruguai, que segundo Seitz não estão atingindo as expectativas. "Apesar das boas relações locais e do desempenho operacional, as margens ainda são menores do que em outros mercados, e não vimos um caminho claro para converter consistentemente os lucros em dinheiro para nossos acionistas".

Globalmente, a Nutrien tem o plano de cortar cerca de US$ 200 milhões em custos até 2026. Além disso, a empresa tem como meta aumentar suas vendas em 2 milhões de toneladas a 3 milhões de toneladas até 2026.

Com os planos de cortar custos, aumentar vendas e melhorar a "eficiência operacional", Seitz defendeu a meta da empresa de aumentar o lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado da área de varejo da Nutrien para uma faixa de US$ 1,9 bilhão a US$ 2,1 bilhões em 2026.

No ano passado, o Ebitda do negócio de varejo ficou em US$ 1,5 bilhão. Para este ano, a meta da companhia é que o Ebitda do varejo fique entre US$ 1,65 bilhão e US$ 1,85 bilhão.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Equipe Comunicação e Planejamento Ltda. Epp -** CNPJ: 01.118.188/0001-30 - Endereço: Rua Antonio Abraão Caran, 664, Sala 103, Bairro São José - Requerente: Willian Pires da Silva - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Governador Valadares Clínica Odontológica Ltda. -** CNPJ: 45.293.856/0001-30 - Endereço: Rua Afonso Pena, 2413, Loja A, Bairro Esplanada - Requerente: Mariana Gonçalves de Souza - Vara/Comarca: 7a Vara de Governador Valadares/MG

Requerido: **Instituto Universitário Atlântico Ltda. -** CNPJ: 18.138.375/0001-88 - Endereço: Av. Professor Henrique da Motta Fonseca Júnior, 632, Sala 01, Bairro Jardim Primavera - Requerente: Instituto Universitário Atlântico Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Porto Ferreira/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Clautemir Transporte & Comércio Ltda., Nome Fantasia Kbeca Transporte & Comércio -** CNPJ: 46.743.844/0001-23 - Endereço: Rua Leonir Simonaggio, 80, Bairro Simonaggio, Garibaldi/rs - Administrador Judicial: Ngm Cálculos e Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Contador Neudi Antonio Gusson - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **San Pietro Produtos Farmacêuticos Ltda. ME -** CNPJ: 09.591.788/0001-22 - Endereço: Av. Daniel de La Touche, 2000 A, Bairro Cohama - Administrador Judicial: Dr. Ivaldo Correia Prado Filho - Vara/Comarca: 16a Vara de São Luís/MA

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Companhia da Obra Engenharia e Construções Eireli -** CNPJ: 00.711.110/0001-61 - Endereço: Rua Marquês de Maricá, 474, Bairro Santo Antonio - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Algodoeira Vale do Tartaruga Ltda. -** CNPJ: 26.309.463/0001-23 - Endereço: Rodovia Mt 140, Km 34, S/nº, Zona Rural, Sorriso/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Moacir Antonio Picinin, Empresário Rural -** CNPJ: 40.066.175/0001-16 - Endereço: Rodovia Mt 140, Km 37, S/nº, Fazenda Joanildes, Bairro Boa Esperança, Sorriso/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Valdir Luiz Picinin, Empresário Rural -** CNPJ: 40.066.275/0001-42 - Endereço: Rodovia Mt 140, Km 37, S/nº, Fazenda Joanildes, Bairro Boa Esperança, Sorriso/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	1º a 10/junho/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	1º a 10/junho/2024
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	1º a 10/junho/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	1º a 10/junho/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	1º a 10/junho/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	Maio/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*



INÊS 249

Políticas Ministro Carlos Fávaro afirmou que o governo vai publicar edital para novo certame; critérios para pregão devem ser atualizados

PF vai investigar leilão de arroz a pedido da Conab

Rafael Walendorff, Isadora Peron, Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De São Paulo e Brasília

A Polícia Federal instaurou ontem um inquérito para investigar eventuais irregularidades no leilão de arroz promovido pelo governo federal, que foi anulado na terça-feira e resultou na queda de Neri Geller da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. A investigação é sigilosa.

O pedido para a apuração partiu da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Controladoria-Geral da União (CGU) também foi demandada e abriu uma investigação. Em nota, a estatal disse que o objetivo é "garantir toda a transparência neste processo, bem como prestar contas e dar a tranquilidade que a sociedade brasileira merece".

A Conab, a CGU e a Advocacia-Geral da União (AGU) vão revisar as normas e os procedimentos de leilões da companhia. Um novo edital, com filtros e ajustes nas regras, deverá ser elaborado em até 10 dias para ser submetido à aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estimou Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário, a jornalistas após reunião no Ministério da Fazenda. No Rio de Janeiro, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o certame será realizado "provavelmente" em menos de um mês.

A intenção do governo é incluir critérios para inibir a participação de empresas com "fragilidades técnicas e financeiras" e colocar travas para dar mais segurança a esse tipo de pregão. A AGU disse que a intenção é "assegurar, via edital e com base na legislação concorrencial, que as participantes do leilão tenham efetiva capacidade técnica de realizar a entrega do produto com qualidade e bom preço".

Representantes do órgão defenderam a atualização da norma, já que essa modalidade de leilão havia sido usada pela última vez em 1987. O cancelamento do pregão gerou desgaste político e uma repercussão negativa na sociedade, mas o governo está empenhado em tirar a medida do papel para tentar entregar arroz barato à população, disse uma fonte da AGU.

O órgão deve mirar em questões operacionais, como a metodologia para formação do preço de entrada dos leilões da Conab e a divulgação desses índices ao mercado. O novo desenho do processo licitatório pretende barrar qualquer tipo de margem para favorecimento aos operadores das negociações.

O governo avalia que a própria realização do leilão malsucedido já produziu o efeito de diminuir preço do arroz em supermercados. Mesmo assim, o movimento é incapaz de dissuadir o Planalto de realizar um novo certame.

O leilão anulado movimentou 263,3 mil toneladas de arroz importado ao custo de R$ 1,3 bilhão para o governo federal, dinheiro que não foi desembolsado porque as operações não foram concretizadas. No entanto, a participação de empresas alheias ao mercado levantou suspeitas.

263,3
mil toneladas foi o volume negociado de arroz no leilão

As vencedoras do leilão foram Queijo Minas, ARS Locação de Veículos e Máquinas, Zafira Trading e Icefruit Indústria e Comércio de Alimentos. As três últimas foram representadas no leilão pela Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e pela Foco Corretora de Grãos, empresas de Robson França, ex-assessor parlamentar de Neri Geller. Todos negam favorecimento ou fraude na operação.

Em entrevistas ontem a redes de tevê, Geller disse que foi feito de "bode expiatório" e que o leilão foi um "equívoco político" conduzido de forma desorganizada pelo governo. Ele afirmou que Lula foi mal orientado sobre a pauta e que a Casa Civil não seguiu as orientações técnicas da sua equipe.

"Faltou organização, orientação. Se buscar nos anais das reuniões que fizemos, as posições técnicas não foram seguidas. Foi de forma açodada para fazer com que o arroz chegasse nas periferias dos grandes centros", disse. "Criou-se um problema político e alguém paga a conta. Essa conta não é minha e eu não vou pagá-la".

Geller afirmou que defendeu a importação de 100 mil toneladas de arroz e a retirada do imposto de importação de fora do Mercosul para reequilibrar preços, mas foi voto vencido. Segundo ele, não houve "má-fé" da parte de ninguém, mas a condução foi equivocada em alguns momentos de "egos aguçados".

WENDERSON ARAUJO/VALOR



Para Neri Geller, leilão foi um "equívoco político e feito de forma açodada"

Ontem, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados voltou à carga contra a importação de arroz. O colegiado aprovou requerimentos para ouvir os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e da Fazenda, Fernando Haddad, sobre os gastos e os impactos da compra pública de até 1 milhão de toneladas do cereal.

O deputado Luciano Zucco (PL-RS) já coletou 136 assinaturas para pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades no leilão da Conab. São necessários 171 apoios.

"O governo federal se viu forçado a anular o certame depois de uma avalanche de denúncias publicadas pela imprensa. Precisamos investigar de forma técnica e independente todos os graves indícios do que vem sendo chamado de 'Arrozão' do PT", cobrou Zucco.

No Rio, Fávaro criticou a possibilidade de transformar o episódio em "palanque político".

"Os parlamentares têm total direito de saber e questionar, e estamos aí para [prestar] todas as informações. Mas ficaria muito triste em ver uma tragédia como a do Rio Grande do Sul [ser] transformada em um palanque político." ***(Colaboraram Lucianne Carneiro e Paula Martini, do Rio)***

Indústria afirma que preço do cereal 'já está se acomodando'

Lucianne Carneiro, Paula Martini e Fernanda Pressinott
Do Rio de Janeiro e São Paulo

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, criticou ontem o que chamou de um movimento especulativo da indústria de arroz em meio à tragédia no Rio Grande do Sul. Ele repetiu que não houve gasto de dinheiro público no leilão de arroz, que foi anulado após suspeitas de irregularidades.

"Há uma especulação na indústria do arroz, um movimento especulativo de ganhar dinheiro com a tragédia. O que justifica um aumento de 30% [no preço do produto]?", disse a jornalistas após participar de um painel no FII Priority Summit, encontro de líderes e executivos no Rio de Janeiro.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), mostrou que o arroz subiu 1,47% em maio aos consumidores.

A Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz) reagiu. À reportagem, declarou que a indústria "não especula e nunca especulou com os preços do arroz", mas que apenas viveu um momento de elevação de custos e teve que repassar ao consumidor.

O presidente da entidade, Elton Doeler, disse que a tragédia no Rio Grande do Sul causou o aumento de muitos quilômetros em algumas rotas de escoamento do produto e que isso elevou o custo do frete para a indústria.

"Apenas com a [retirada da] TEC e com a liberação das estradas, os preços já estão se acomodando", afirmou. Doeler citou dados do Cepea que indicam queda na cotação da saca de 50 quilos de R$ 123 em meados de maio para R$ 102 agora.

Andressa Silva, diretora-executiva da Abiarroz, acrescentou que as duas cargas de arroz já importadas da Tailândia, com 75 mil toneladas, foram suficientes para conter qualquer receio de falta de produto no Brasil.

A indústria defendeu que o mercado tem que se autorregular e reforçou que é contra as compras governamentais. "Corre-se o risco de o governo pesar a mão, importar mais que o necessário e deprimir os preços", afirmou Silva.

Abate de bovinos deve começar a se desacelerar

Pecuária

Nayara Figueiredo
De São Paulo

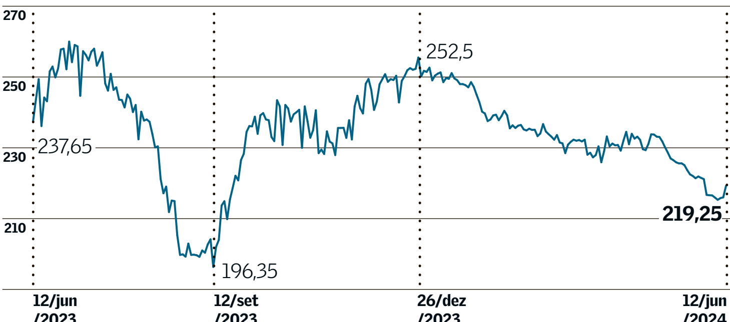
Depois de ter alcançado recorde no início do ano, o abate de bovinos tende a desacelerar a partir do segundo semestre. De acordo com analistas, o preço dos bezerros está ensaiando uma recuperação, o que aumenta a atratividade da cria e estimula a retenção de fêmeas pelos produtores, embora a oferta de gado para a indústria siga elevada.

Esse deve ser o ponto de partida para uma virada no ciclo pecuário, em 2025, passando de alta na disponibilidade de animais para um volume mais restrito.

De acordo com o diretor da HN Agro, Hyberville Neto, o patamar de oferta de gado é definido pela quantidade de fêmeas para abate, que, por sua vez, é influenciada pela atratividade da etapa de cria — a produção de bezerros. "Quando o preço do bezerro começa a se firmar, o pecuarista tira a fêmea do gancho [deixa de mandar para abate] e o mercado começa a subir", disse.

Com essa lógica, a expectativa do analista é de que o preço da arroba bovina possa parar de cair a partir de julho ou agosto.

Sobe e desce
Evolução dos preços do boi gordo (R$ por arroba)



Fonte: Indicador Cepea/B3 em 12 meses

A cotação da arroba já recuou 14,19% desde o início do ano, de acordo com o indicador Cepea/B3 para o boi gordo, que ficou ontem em R$ 219,25. Em contrapartida, o indicador Esalq/BM&FBovespa para o bezerro com referência em Mato Grosso do Sul acumula alta de 1,56% no ano — ontem, o índice ficou em R$ 2.092,18 por unidade.

"Alguns Estados já estão diminuindo o envio de fêmeas para abates. O ágio do bezerro está começando a sinalizar que a rentabilidade da cria está um pouco melhor, com uma expectativa mais promissora. Nada muito otimista, mas é um início", afirmou.

Em maio, os abates de bovinos bateram recorde em Mato Grosso, com 627,49 mil cabeças. Porém, a redução no volume de fêmeas abatidas fugiu do "padrão" para esse período do ano.

"Os pecuaristas reduziram o ímpeto de abater fêmeas e, pela primeira vez desde 2018, o volume de fêmeas abatidas em maio foi menor que em abril", informou o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) em relatório. O recuo no volume de matrizes em relação a abril foi de 6,03%.

Também diminuiu a participação relativa das fêmeas nos abates do Estado, que detém o maior rebanho bovino. Em maio, essa fatia ficou em 51,49%. Nos três meses anteriores, essa participação havia superado os 55%.

"Apesar do volume abatido ainda estar elevado, esses dados mostram uma possível 'redução' na intensidade dos abates de fêmeas. A tendência no curto prazo é de uma redução gradual na participação das fêmeas nos abates", indicou o instituto.

Hyberville Neto ressaltou que, sazonalmente, o segundo semestre já costuma ser um período em que os pecuaristas preferem reter as fêmeas em vez de enviá-las para abate. Porém, neste ano, os sinais de elevação do preço do bezerro podem intensificar essa estratégia de retenção.

Para Fernando Iglesias, analista da consultoria Safras & Mercado, o descarte de fêmeas ainda está muito "agressivo". Ele acredita que o processo de inversão do ciclo pecuário começará de maneira mais contundente somente no fim do ano, e principalmente em 2025.

Com isso, na visão do analista, os preços da arroba bovina só devem se recuperar no último trimestre. "E o mercado não reúne as condições necessárias para altas explosivas", avaliou.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o abate de bovinos no país teve um recorde no primeiro trimestre de 2024, de 9,3 milhões de cabeças, aumento de 24,6% em relação ao mesmo período de 2023.

Mais sobre pecuária na página B9

valor.com.br

Logística

Terminal no PR eleva movimento de carga

O volume de produtos do agronegócio movimentada no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) entre janeiro e abril cresceu 17,2% em relação mesmo período de 2023, para 112.737 TEU's (medida equivalente a um contêiner de 20 pés de comprimento). Carnes e congelados representaram 60% do volume. Os dados refletem investimentos feitos, disse Giovanni Guidolim, gerente da empresa que administra o local.

valor.com.br/agro

Tecnologia

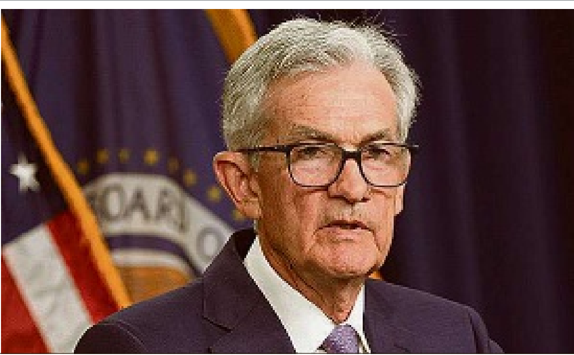
Irrigação enfrenta desafios na Bahia

A irrigação das lavouras na Bahia enfrenta desafios como falta de energia e custos elevados. De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Bahia tem 15,3% da área de pivôs no Brasil, atrás de Minas Gerais (29,2%) e Goiás (16,3%). Para Igor Ullman, representante da Bauer do Brasil na Bahia, o Estado pode liderar a irrigação no país.

valor.com.br/agro

Comércio
Produtores pedem regras mais rígidas para conter importação de lácteos
B7

Política monetária
Jerome Powell, presidente do Fed, contém euforia em Wall Street com discurso cauteloso C2



Fundos
Fiagros da AZ Quest sofrem perdas após 'Operação Greenwashing' C6

Investimentos
Mercado se mobiliza para evitar cobrança de imposto em fundos C6

Sustentabilidade
BID Invest quer setor privado em projetos na Amazônia C5

LUCIANA WHITAKER/VALOR



Eduardo Cotrim, da JGP: estamos chegando a um momento em que a postura de manter gastos e deixar setor privado pagar a conta está se exaurindo

Mercados Dólar vai a R$ 5,40, juros longos passam 12% e Ibovespa desce à mínima no ano com pessimismo dos investidores

Lula e leitura de Haddad isolado ampliam percepção de risco fiscal

Victor Rezende, Matheus Prado, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Augusto Decker
De São Paulo

Os ativos domésticos foram atingidos por uma nova rodada de piora na percepção de risco no Brasil e todos os mercados alcançaram ontem os piores níveis do ano. Declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao apontar o aumento da arrecadação e a queda dos juros como receita para reduzir o déficit primário, azedaram o humor dos participantes do mercado, que já não era positivo. A devolução da medida provisória (MP) que limitava créditos de PIS/Cofins intensificou a sensação de perda de força do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no governo, o que deu aval para um dia de pessimismo generalizado.

O resultado foi um aumento de prêmios de risco em todos os mercados. No câmbio, o dólar fechou em alta de 0,86%, negociado a R$ 5,4066, maior nível desde 4 de janeiro de 2023, após ter subido à máxima de R$ 5,42. Os juros futuros voltaram a disparar e, diante do tom pessimista dos agentes, o mercado precifica uma retomada agressiva de elevações na Selic até o fim do ano. Já o Ibovespa voltou a ficar abaixo dos 120 mil pontos, ao cair 1,40%, para 119.936 pontos.

A piora no humor doméstico se mostra ainda mais acentuada quando confrontada com o desempenho pujante dos mercados globais. Os números de inflação abaixo do esperado nos EUA foram fortes o suficiente para deixar a decisão do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em segundo plano. A sessão de ontem terminou com as bolsas americanas em forte alta e queda firme do dólar e dos juros dos Treasuries.

"Antes até poderíamos falar dos juros americanos, mas, agora, temos outros motivos para a nossa performance abaixo dos pares. O que está no centro disso é a nossa questão fiscal", diz o CIO da SulAmérica Investimentos, Luis Garcia. Para ele, não é mais possível "terceirizar a culpa". "Está muito fácil descobrir onde está o problema."

Para Garcia, após o estresse nos mercados que se intensificou desde sexta-feira, a expectativa dos agentes era que o presidente Lula fizesse algum aceno público para fortalecer Haddad, ao reconhecer as dificuldades de cumprir as metas fiscais, mas reafirmar o compromisso. "O que vimos hoje [ontem] foi exatamente o contrário. Vimos o presidente falando que o país vai crescer e que, com isso, haverá mais arrecadação e, portanto, não será necessário cortar gastos. É o contrário do que se esperava que se fosse dito", enfatiza.

Em declarações dadas no FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos para debater oportunidades de investimento capazes de propiciar crescimento sustentável aos países, Lula afirmou que seu governo está "arrumando a casa" e colocando as contas públicas em ordem. "O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público", disse o presidente.

"A coisa segue muito feia no mercado local e estamos em uma crise. Várias matérias ao longo do dia dizendo que Haddad estaria enfraquecido, com fogo amigo dentro do próprio partido querendo prejudicá-lo. O Lula teve a oportunidade de fazer uma defesa do ministro e do seu papel de controlar os gastos públicos, mas não fez isso", afirma Luiz Eduardo Portella, sócio e gestor da Novus Capital. "A gente precisa que o Lula venha em defesa do Haddad e traga alguma cartilha da intenção de segurar os gastos. Caso contrário, não vamos sair dessa espiral negativa", afirma.

O gestor avalia que, há alguns meses, o Brasil estava em um ambiente em que era suficiente "apenas não fazer nenhuma besteira" para ser arrastado por uma melhora global. "Parece que batemos contra uma parede agora. Precisamos fazer algum dever de casa e remar na direção correta para voltar a desempenhar em linha com os mercados globais", afirma.

E essa piora, observa Portella, se dá ao mesmo tempo em que a desconfiança com os emergentes aumentou, após eleições no México, na Índia e na África do Sul. "O investidor global olha para esses países e simplesmente opta por reduzir sua exposição a mercados emergentes. Por que ele vai olhar para emergentes se o mercado americano segue nas máximas?", questiona Portella.

Visão semelhante é defendida por Eduardo Cotrim, sócio e gestor da JGP, que conseguiu navegar de forma positiva pela turbulência recente nos mercados. Ele revela que a gestora tinha posições compradas em dólar contra real (aposta na valorização do dólar) e posições tomadas em juros de longo prazo, que ganham com a alta das taxas.

Ontem, inclusive, a taxa do DI para janeiro de 2029 encerrou a sessão em 12,155%, pela primeira vez no ano acima da marca de 12%.

"Os queridinhos emergentes eram México e Índia, onde as eleições desapontaram. Com a classe de emergentes cheia de problemas e de dúvidas e o retorno da renda fixa americana nas alturas, a ideia de que o dinheiro possa vir para o Brasil não para em pé, até porque vemos muitos questionamentos aqui sobre a nossa política fiscal e dúvidas sobre se o arcabouço vai ou não continuar", diz Cotrim. Para ele, inclusive, a devolução da MP do PIS/Cofins é "emblemática".

"A agenda do Haddad não propõe cortes de despesas e deixa toda a conta para o setor privado. Chega uma hora em que o bolso do empresariado dói e, pelo visto, essa hora chegou. A conta ficou salgada demais. E isso mostra que estamos chegando a um momento em que a postura de manter gastos e deixar o setor privado pagar a conta está se exaurindo. O mau humor vem daí. As despesas estão muito grandes, as discussões do Orçamento daqui a pouco já começam e, até agora, não temos um panorama mais nítido de como a questão fiscal será tratada", afirma Cotrim.

Após ter conseguido surfar parte do movimento de piora dos ativos, Cotrim diz ter zerado as posições em ativos brasileiros, mas ressalta que não tem vontade de alocar no real ou nos juros domésticos. "Estou sem apetite. Nosso viés é de que ainda está muito cedo para apostar a favor. Temos muitas dúvidas no ar e as questões de incerteza não são apenas no Brasil", enfatiza o gestor da JGP.

Para ele, seria preciso ter uma melhora expressiva no sentimento externo para dar apoio a uma visão mais benigna interna. "As taxas de juros muito altas nos EUA elevam o sarrafo para os investidores estrangeiros alocarem risco em mercados emergentes porque diminuem a necessidade de busca por alternativas dado o retorno que têm lá. E isso é perceptível já nos leilões de prefixados etc. E, por aqui, a desconfiança no mercado é alta com a queda de popularidade do Lula, além de outros fatores, como o Fla-Flu no Copom, a mudança na diretoria da Petrobras... Tudo suscita muita dúvida", pontua Cotrim.

Vale notar que, na sessão de ontem, as ações ordinárias da Petrobras caíram 2,10% e as preferenciais tiveram baixa de 2,41%, após a presidente da empresa, Magda Chambriard, indicar que a companhia irá utilizar "todos os recursos para investir no Brasil".

"Desde o governo Bolsonaro, muito se mudou o presidente da empresa, mas pouco se mudou na empresa de fato. Estamos acompanhando com receio [as mudanças de discurso], já que não é a primeira vez que isso ocorre, mas ainda acreditamos que é ruído", afirma o chefe de pesquisas da Guide Investimentos, Fernando Siqueira.

Ao avaliar o cenário como um todo, ele defende que o momento pede um posicionamento mais defensivo até que haja maior visibilidade do cenário, ao ter em vista, em especial, a percepção de enfraquecimento de Haddad. "Uma eventual saída dele poderia abrir espaço para o governo gastar ainda mais", diz Siqueira. "E o discurso do Lula também não agradou porque mostrou que o diagnóstico em relação ao fiscal continua equivocado."

É o que também aponta o diretor de gestão da Azimut Brasil Wealth Management, Leonardo Monoli, para quem o fato de Lula não ter mencionado cortes de gastos em seu discurso pesou no humor. "Nunca há discussão pelo lado da despesa, mas só pelo lado de aumentar arrecadação", diz.

"Teremos um segundo semestre complicado, e minha preocupação agora é entrarmos nessa segunda parte do ano muito mal posicionados", diz Monoli, ao se referir à indicação do Fed de só um corte nos juros este ano. "Desperdiçamos um primeiro semestre que sazonalmente é favorável para fluxo. O governo tem que agir ou poderemos ter problema. Estamos caminhando para ele."

"A gente precisa que o Lula venha em defesa do Haddad e traga cartilha da intenção de segurar os gastos"
Luiz E. Portella

"Desperdiçamos um semestre favorável para fluxo. O governo tem de agir ou poderemos ter um problema."
Leonardo Monoli

Piora sem fim
Ativos brasileiros sofrem nova rodada de deterioração

Juro futuro - DI jan/29 (em%)
12,5; 11,8; 11,1; 10,4; 9,7
10,07 — 11,35 Mudança na meta fiscal de 2025 — 11,28 Divisão do Copom — 11,36 Mudança na Petrobras — 11,60 Eleições no México — 12,16
28/dez 2023; 15/abr 2024; 8/mai; 15/mai; 3/jun; 12/jun

Câmbio (R$/US$)
5,50; 5,36; 5,22; 5,08; 4,94
4,8525 — 5,1847 Mudança na meta fiscal de 2025 — 5,0908 Divisão do Copom — 5,1367 Mudança na Petrobras — 5,2335 Eleições no México — 5,4066
28/dez 2023; 15/abr 2024; 8/mai; 15/mai; 3/jun; 12/jun

Ibovespa (em pontos)
135.000; 131.800; 128.600; 125.400; 122.200
125.334 — 129.481 Mudança na meta fiscal de 2025 — 129.481 Divisão do Copom — 128.028 Mudança na Petrobras — 122.032 Eleições no México — 119.936
28/dez 2023; 15/abr 2024; 8/mai; 15/mai; 3/jun; 12/jun

Fonte: Valor PRO e B3

Destaques

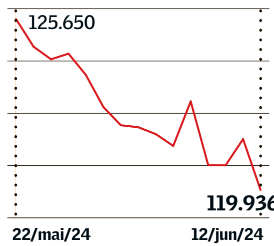
CNseg e Núclea
A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) fechou uma parceria com a Núclea para oferta do serviço de registro para as operações de seguros. A atuação das registradoras nas operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros é um requerimento regulatório e integra o projeto de Sistema de Registro de Operações (SRO), que busca modernizar o envio dos dados das seguradoras à Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Núclea havia anunciado em abril a compra do sistema de registro da Cerc, para atuar com seguros. ***(Mariana Ribeiro)***

Seguros da PicPay
O PicPay alcançou a marca de 5 milhões de apólices de seguro comercializadas desde a entrada no setor, há dois anos. O portfólio da companhia conta com seguro de vida, prestamista e produtos para proteger celular, fatura do cartão e a carteira digital. "A estratégia, aliada ao alto engajamento dos milhões de clientes do app, nos levou a alcançar um patamar de mercado mais avançado do que players importantes do setor", afirma o diretor de seguros, Claudio Miranda. ***(Sérgio Tauhata)***

Mercado Pago
O Mercado Pago é a única marca latino-americana entre as 20 mais valiosas do mundo na categoria serviços financeiros, de acordo com levantamento da consultoria Kantar. O banco digital do Mercado Livre ocupa a 20ª posição do ranking na categoria, com um valor de US$ 18,014 bilhões. As primeiras posições ficam com as bandeiras Visa (US$ 188,929 bilhões) e Mastercard (US$ 134,251 bilhões). Na sequência, aparecem HDFC Bank, da Índia (US$ 43,260 bilhões), American Express (US$ 39,720 bilhões) e J.P. Morgan (US$ 32,243 bilhões). ***(MR)***

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



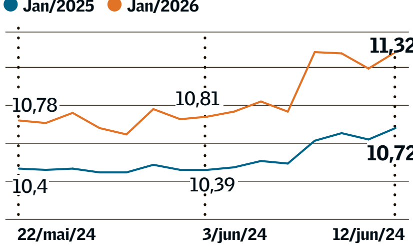
Queda de **1,40%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

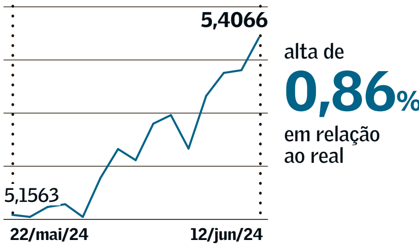
Bolsas internacionais
Variações no dia 12/jun/24 - em %

Dow Jones	-0,09
S&P 500	0,85
Euronext 100	1,22
DAX	1,42
CAC-40	0,97
Nikkei-225	-0,66
SSE Composite	0,31

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

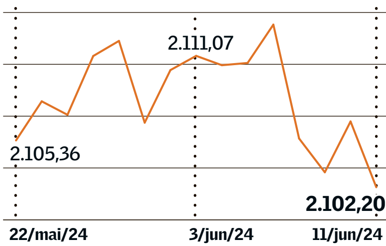


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



alta de **0,86%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Política monetária Gráfico de pontos mostrou um comitê bastante dividido em relação às projeções

Fed mais cauteloso sinaliza um corte no ano

Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Roberta Costa e Eduardo Magossi
São Paulo

A decisão de política monetária de ontem do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) foi marcada por uma postura mais cautelosa da autoridade monetária, que passou a projetar uma inflação maior no curto prazo e apenas um corte de juros de 0,25 ponto percentual este ano, contra as três reduções indicadas nas projeções anteriores, divulgadas em março.

Assim como era consenso entre os agentes do mercado e analistas, o Fed manteve a sua taxa básica de juros em 5,25% a 5,5% — maior patamar desde 2001 — pela sétima reunião consecutiva do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês). O que surpreendeu, especialmente após dados de inflação abaixo do esperado para o mês de maio, divulgados na manhã de ontem, foi a indicação de que o banco central só cortará os juros uma vez em 2024.

A mediana das projeções do Fomc mostrou taxa de 5,1% ao fim do ano, valor correspondente ao intervalo de 5,0% a 5,25%. Apesar disso, o gráfico de pontos ("dot plot") mostrou um comitê bastante dividido, com oito dirigentes projetando dois cortes de 0,25 ponto neste ano e sete prevendo apenas uma redução. Outros quatro membros do Fomc afirmaram não esperar corte nenhum em 2024.

O comunicado da decisão apresentou poucas mudanças em relação ao da reunião anterior e se limitou a manter a indicação de que um progresso maior da inflação em direção à meta de 2% será necessário antes do início do ciclo de cortes. Tal mensagem foi repetida pelo presidente do Fed, Jerome Powell, na tradicional entrevista coletiva que seguiu o anúncio da decisão.

"Se a economia continuar sólida e a inflação persistir, estaremos preparados para manter os juros onde estão pelo tempo que for necessário", disse Powell, ressaltando ainda que o Fed também responderá caso o mercado de trabalho enfraqueça inesperadamente ou a inflação caia de modo mais rápido do que o previsto.

Para o economista Thomas Simons, do Jefferies, o Fed foi mais conservador do que o esperado, sem chegar a indicar claramente um corte de juros. "Essencialmente, a orientação se resumiu a um 'saberemos quando o fizermos'", diz ele. Na sua visão, a política monetária "continua dependente dos dados", que são "extremamente difíceis de prever neste momento" e, assim, deixam o Fed sem confiança para projetar a trajetória futura dos juros. A falta de uma orientação específica de Powell "é frustrante, mas também compreensível", diz.

5,1%
é a taxa no fim do ano pela mediana das projeções do Fomc


AL DRAGO/BLOOMBERG
Powell: para analistas, menos suave e mais próximo das medianas do Fomc

Para César Garritano, economista-chefe da Somma Investimentos, a postura conservadora do Fed é adequada neste momento em que os dados começam a mostrar sinais de arrefecimento, mas ainda sem um caminho claro para que a inflação se estabilize em torno de 2% ao ano, ainda que o CPI de maio tenha sido bastante positivo.

"Temos que tomar muito cuidado para não extrapolar esse CPI e pensar que só haverá números tão bons quanto adiante. Temos que ter na cabeça que passamos ao menos quatro meses de leituras de inflação muito ruins este ano. Uma andorinha só não faz verão", diz Garritano.

O profissional destacou o fato de Powell ter conseguido se manter mais próximo da mediana das expectativas do Fomc. Segundo ele, o presidente do Fed estava perdendo credibilidade por conta da divergência entre seus comentários mais suaves nas últimas coletivas de imprensa e a postura mais dura de outros dirigentes do BC americano.

O economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Gino Olivares, concorda com a leitura de Garritano. Para ele, o Fed "finalmente acertou o caminho" depois de "fugir das boas práticas de um banco central nos últimos anos" ao se afastar da missão de alcançar a estabilidade de preços com uma inflação baixa e próxima da sua meta de 2%.

"Tudo indica que eles entenderam que erraram ao cantar vitória antes do tempo. Se nos próximos meses os indicadores confirmarem o quadro que apareceu no resultado de maio, e o Fomc mantiver a postura sóbria que mostrou hoje [ontem], aumentarão as chances de a inflação efetivamente cair e, assim, o Fed terá condições de baixar as taxas de juros de forma sustentável", diz Olivares.

Para Garritano, a postura cautelosa do Fed pode ajudar a reduzir a volatilidade dos mercados, que nos últimos meses têm reagido de forma brusca até a indicadores que antes não recebiam tanta atenção. "O Fed não pode olhar tanto a foto, e sim o filme, e no campo inflacionário ele ainda é ruim em 2024", diz o economista-chefe da Somma Investimentos, argumentando contra uma visão imediatista do banco central.

Outro ponto que chamou a atenção do mercado ontem foi a revisão da taxa de juros de longo prazo, também conhecida como juro neutro, que não provoca inflação nem desinflação. Após aumentá-la para a faixa de 2,5% a 2,6% em março, a mediana das projeções do Fed agora exibe uma taxa neutra de 2,8%, movimento que corrobora a visão de que a economia global deve enfrentar maiores pressões inflacionárias após a pandemia de covid.

Para o banco holandês ING, a taxa de longo prazo de 2,8% ainda é muito baixa em um contexto de "contínua política fiscal frouxa, independentemente de quem vença a eleição presidencial, mudanças demográficas e as tendências de desglobalização em andamento". Em relatório assinado por Chris Turner, James Knightley e Padhraic Garvey, os economistas escrevem que ainda preveem que os cortes de juros começarão em setembro.

"O Fed acredita que a política monetária está restritiva com juros em 5,25% a 5,50% em um ambiente em que considera que a taxa neutra está em torno de 2,8%. Eles não querem causar uma recessão se não for necessário e, se os dados permitirem que eles comecem a tornar a política monetária um pouco menos restritiva, acreditamos que eles aproveitarão essa oportunidade", avaliam os economistas do ING.

Powell modera euforia em Wall Street com inflação amena

Gabriel Caldeira
De São Paulo

A postura cautelosa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e de seu presidente, Jerome Powell, na decisão de política monetária de ontem moderou o bom humor dos investidores após a euforia com os resultados abaixo do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) americano em maio.

Durante a manhã, o CPI mostrou estabilidade da inflação americana entre abril e maio, o que resultou em uma taxa anual de 3,3%. Já o núcleo do indicador, que exclui os preços voláteis de energia e alimentos, subiu 0,2% na margem e 3,4% na base anual. Todos os números vieram 0,1 ponto percentual abaixo do que o mercado projetava.

O CPI benigno deflagrou um amplo apetite por risco em Wall Street, e as bolsas de Nova York logo bateram recordes históricos e as taxas dos Treasuries operaram nos seus menores níveis em mais de dois meses. A decisão do Fed e a entrevista de Powell, contudo, pioraram o desempenho dos ativos à medida que sinalizou para uma condução ainda conservadora da política monetária, apesar da surpresa positiva com os dados divulgados ontem.

Assim, as bolsas de Nova York se afastaram das máximas intradiárias e fecharam sem direção única, com o índice Dow Jones em leve baixa de 0,09%, a 38.712,21 pontos. Já o S&P 500 subiu 0,85%, a 5.421,01 pontos, e o Nasdaq avançou 1,53%, a 17.608,44 pontos, ambos alcançando novos patamares recordes pelo terceiro pregão consecutivo.

"Fed passou a projetar 4 cortes em 2025. Há chance de que o ciclo siga o cenário base dos investidores"
Marcela Rocha

Já o rendimento da T-note de 2 anos recuou a 4,756%, de 4,838% no fechamento anterior, mas distante da mínima de 4,678% atingida logo depois do CPI. O rendimento da T-note de 10 anos teve comportamento similar e caiu de 4,405% a 4,322%, após bater 4,252% no menor nível intradiário. Por fim, o retorno do T-bond de 30 anos recuou de 4,537% a 4,478%, após bater 4,419% mais cedo.

Apesar do Federal Reserve mais conservador, o mercado continuou precificando dois cortes de juros em 2024 a começar pela reunião de setembro do comitê, conforme mostrou o levantamento do CME Group.

Segundo Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas, isso se deve à divisão nas expectativas dos próprios membros do banco central americano. Ela ainda pontua que o Fed passou a projetar quatro cortes em 2025, o que demonstra que ainda há chance de que o ciclo de flexibilização monetária siga o cenário base dos investidores.

Na Valor Capital, ex-PayPal quer estreitar relação com regulador

Pipe

Manuela Tecchio
De São Paulo

No Brasil pela primeira vez desde que foi anunciado como sócio da Valor Capital, Dan Schulman, ex-CEO do PayPal, pretende ajudar a gestora de venture capital a se aproximar dos reguladores do mercado financeiro e de capitais.

O plano é assumir um protagonismo no que Scott Sobel, CEO da Valor Capital, e o pessoal de sua gestora consideram o melhor "sandbox" para digitalização da economia, produtos financeiros e meios de pagamento. "É uma oportunidade de construir essas pontes com o setor público, criar uma estratégia de forma transversal", disse Sobel ao **Pipeline**, site de negócios do **Valor**.

"Se há um setor em que o Brasil talvez seja o líder mundial, é o financeiro. O BC e sua equipe não apenas tiveram uma visão clara do futuro desse mercado, mas implementaram e construíram a infraestrutura para tal. O Brasil tem provavelmente o maior 'sandbox' financeiro do mundo", emendou Schulman.

Considerado guru do Vale do Silício, Schulman liderou o PayPal por quase uma década. Ele se encontrou na terça-feira com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, durante o Emerging Tech Summit, evento promovido pela Valor Capital em São Paulo, depois de uma rápida conversa em Nova York há um ano. Foi a terceira edição da conferência que contou com a participação de autoridades do BC.

Desde abril na gestora, em que dedica três dias por semana do seu tempo, Schulman já era um figurão do mercado de tecnologia e inovação quando assumiu o cargo de presidente do PayPal. Na companhia de meios de pagamentos, o executivo dobrou o valor de mercado e triplicou o faturamento de US$ 9 bilhões em 2015, quando entrou, a US$ 30 bilhões em 2023, quando saiu.

Hoje, a Valor Capital tem um portfólio de 115 investidas, a maioria no Brasil. A gestora tem cerca de 80% dos investimentos na América do Sul e o restante no México e EUA. São startups como Wellhub (ex-Gympass), Buser e Caju. Fora do país, estão na Bitso, Strike ou Udacity.

"Uma das propostas da gestora é que temos pessoas muito bem posicionadas junto aos reguladores, investidores e outros CEOs, para ajudar nossas empresas a expandirem a operação. Nosso portfólio fala por si só", disse Schulman.

A CloudWalk, no segmento de nuvem e blockchain, acaba de abrir operação nos EUA. A Stone, em que a firma investiu ainda no "early stage", abriu capital na Nasdaq. Além do setor financeiro, a Valor Capital está atenta às oportunidades em companhias voltadas a soluções para o clima. Discussões em torno de ferramentas como créditos de carbono e "tokenização" de ativos verdes devem ganhar espaço, em especial pelo interesse do investidor estrangeiro no segmento.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Campos Neto recebe prêmio de 'Banco Central do Ano'

Gabriel Shinohara
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, recebeu ontem o prêmio de "Banco Central do Ano" promovido pela publicação Central Banking. Em Londres, Campos Neto disse que o prêmio representa uma coleção de esforços feitos pelo BC ultimamente.

No discurso, Campos Neto destacou que o Banco Central brasileiro é jovem em termos de autonomia e que o primeiro grande teste foi na mudança de governo. Nesse tema, lembrou que a autoridade monetária promoveu a maior alta de juros em ano de eleição na história dos mercados emergentes.

"Eu acho que isso prova que um banco central independente pode entregar um produto bem melhor em termos de diminuir a inflação com um custo mínimo para a sociedade".

Presidente do BC destacou autonomia, Pix e Drex em discurso

Campos Neto também disse que o BC brasileiro aumentou juros cedo para controlar a inflação e foi um dos primeiros a reduzir a taxa também. "Quero congratular todas as pessoas que trabalham no Banco Central, tivemos momentos difíceis nos últimos anos, na pandemia, desenvolvendo muitas coisas, lutando contra a inflação, então acho que o prêmio é para todo mundo que está trabalhando no Banco Central."

O presidente do BC também destacou a agenda de tecnologia do BC, ressaltando a criação do Pix, "que acho que mudou a vida de muitos brasileiros". Além disso, afirmou que está internacionalizando o Pix com iniciativas transfronteiriças e desenvolvendo um open finance "bem amplo". Campos Neto também sublinhou o desenvolvimento da moeda digital, o Drex, em um formato diferente e inovador. "Acho que isso nos coloca na fronteira em termos de desenvolver tecnologia."

INÊS 249

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 12/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.820,6400530	0,01	0,19	4,04
IRF-M	1+**	19.966,2421900	-0,43	-0,81	0,12
IRF-M	Total	18.176,6792990	-0,29	-0,50	1,30
IMA-B	5***	9.223,7903810	-0,15	-0,16	2,75
IMA-B	5+****	11.018,6541970	-0,94	-2,26	-5,05
IMA-B	Total	9.771,1343890	-0,55	-1,24	-1,37
IMA-S	Total	6.697,9015090	0,04	0,32	4,81
IMA-Geral	Total	8.112,8934140	-0,20	-0,31	2,05

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	28/05	27/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,50	30,27	32,79	32,64	31,54	34,68
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,87	24,58	25,64	24,32	25,78	25,23
Conta garantida pré - a.a.	55,36	54,39	42,38	40,86	42,55	51,62
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,53	23,14	22,57	24,12	23,51	29,08
Vendor pré - a.a.	14,95	16,12	15,73	15,47	14,85	18,96
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,89	17,94	17,71	18,21	19,17	18,74
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,07	18,18	18,48	17,70	16,63	18,72
Conta garantida pós - a.a.	24,81	24,32	24,19	26,56	26,06	28,81
ACC pós - a.a.	8,57	8,54	8,34	7,89	8,59	9,41
Factoring - a.m.	3,30	3,32	3,33	3,35	3,37	3,59

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	12/06/24	11/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3300	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3327	5,3290	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	5,3525	5,3513	5,3496	5,3478	4,9219
6 meses	-	5,3888	5,3884	5,3886	5,3897	4,7041
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9090	3,9130	3,8920	3,9070	3,1470
1 mês	-	3,9134	3,9126	3,9122	3,9130	3,1526
3 meses	-	3,9259	3,9256	3,9257	3,9254	2,9332
6 meses	-	3,9439	3,9436	3,9437	3,9430	2,5016
1 ano	-	3,8624	3,8526	3,9419	3,8018	1,3974
Euribor ***						
1 mês	-	3,613	3,676	3,717	3,828	3,315
3 meses	-	3,739	3,752	3,785	3,828	3,478
6 meses	-	3,751	3,738	3,745	3,800	3,753
1 ano	-	3,728	3,690	3,711	3,654	3,938
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,34	5,37	5,37	5,36	5,17
T-Bill (3 meses)	5,39	5,39	5,39	5,39	5,38	5,26
T-Bill (6 meses)	5,36	5,37	5,35	5,37	5,37	5,36
T-Note (2 anos)	4,76	4,84	4,72	4,87	4,86	4,58
T-Note (5 anos)	4,33	4,42	4,30	4,51	4,51	3,90
T-Note (10 anos)	4,32	4,41	4,28	4,50	4,49	3,74
T-Bond (30 anos)	4,48	4,54	4,43	4,65	4,63	3,88

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24 (Mês)	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,31	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,72	11,99
CDI	0,31	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,72	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,50	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,30	10,51
IMA-B	-1,24	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-1,37	6,56
IMA-S	0,32	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,81	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-1,77	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-10,62	12,70
Índice Small Cap	-2,77	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-16,89	-4,39
IBrX 50	-1,88	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-9,36	14,94
ISE	-1,45	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-12,41	1,45
IMOB	-0,49	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-18,12	-0,55
IDIV	-1,68	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-6,89	19,55
IFIX	-1,83	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	0,27	12,24
Dólar Ptax (BC)	2,81	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	11,32	2,86
Dólar Comercial (mercado)	3,00	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	11,42	3,47
Euro (BC) (4)	2,78	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	9,20	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,57	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,80	5,03
Ouro (BC)	3,05	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	25,86	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 12/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 07/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.446.383,33					8.950,51	-6.125,08	166.944,19	186.114,57
RF Indexados (2)	152.194,69	-0,33	-0,25	1,92	8,21	-58,67	-276,28	-1.445,75	-9.827,94
RF Duração Baixa Soberano (2)	665.323,21	0,04	0,18	4,24	11,06	1.712,04	-3.918,21	30.493,99	34.237,71
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	819.090,23	0,04	0,20	4,84	12,59	2.982,41	2.986,81	28.285,71	37.325,42
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	172.218,60	0,03	0,05	4,85	12,59	617,87	1.689,60	67.191,16	74.186,24
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.196,98	-0,04	0,09	3,73	8,81	907,63	872,97	-3.085,50	-5.658,32
RF Duração Livre Soberano (2)	209.087,02	-0,06	0,08	3,70	10,21	-420,17	-945,56	-16.758,76	-24.390,27
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	649.463,37	0,02	0,15	4,19	11,07	2.396,68	-3.371,72	-19.969,20	-32.939,17
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	340.063,73	-0,11	0,03	4,00	12,02	909,85	315,69	58.683,88	115.388,56
Ações	594.955,49					64,78	-52,56	-3.669,98	31.807,70
Ações Indexados (2)	9.856,96	-1,76	-1,11	-9,99	4,27	-7,57	-70,54	423,40	-1.125,69
Ações Índice Ativo (2)	30.661,23	-1,88	-0,97	-10,26	2,71	-6,79	-39,75	-3.707,58	-4.871,43
Ações Livre	211.477,72	-1,38	-0,59	-7,29	5,71	-111,85	-357,06	-3.161,18	-10.801,02
Fechados de Ações	125.445,87	-0,47	0,33	-3,98	-2,10	12,48	98,89	-500,44	29.876,90
Multimercados	1.639.594,05					-2.336,21	-7.200,28	-61.823,64	-191.224,84
Multimercados Macro	152.265,09	-0,46	-0,32	-0,12	5,86	-309,23	-1.624,52	-22.692,87	-48.516,96
Multimercados Livre	619.564,65	-0,17	0,05	2,02	8,48	-1.788,95	-4.172,94	3.638,67	-45.733,63
Multimercados Juros e Moedas	52.433,58	-0,03	0,15	3,93	11,27	-68,32	-353,30	-4.870,47	-14.283,95
Multimercados Invest. no Exterior (2)	734.217,33	-0,03	0,21	2,97	10,15	-210,88	-1.041,95	-39.327,13	-77.836,13
Cambial	6.576,85	1,09	1,15	11,98	14,31	-9,71	309,00	-34,84	-1.068,39
Previdência	1.423.132,11					-259,33	-156,59	16.655,12	41.686,05
ETF	43.087,19					180,46	283,52	-2.118,52	-1.783,02
Demais Tipos	1.992.504,71					-136,78	-3.326,67	44.907,75	53.353,15
Total Fundos de Investimentos	**7.153.729,02**					**6.590,49**	**-12.941,99**	**115.952,33**	**65.532,07**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.625.265,51**					**1.231,54**	**5.265,39**	**37.068,01**	**104.988,28**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.826.524,99**					**7.822,03**	**-7.676,60**	**153.020,33**	**170.520,36**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	12/06/24	11/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,29
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9705
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,48	10,45	10,39	10,38	10,32	13,52
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,67	10,59	10,45	10,43	10,31	13,11
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,39	10,39	10,39	13,63
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,43	10,39	10,37	10,35	13,59
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,46	10,39	10,36	10,32	13,50
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,50	10,40	10,36	10,31	13,39
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,68	10,59	10,45	10,39	10,32	13,10
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,02	10,91	10,67	10,56	10,36	12,04

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 12/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.489,92	10,421	223.187	10,408	10,426	10,420
Vencimento em ago/24	98.592,69	10,430	26.599	10,410	10,436	10,432
Vencimento em set/24	97.733,88	10,472	15.668	10,446	10,484	10,480
Vencimento em out/24	96.911,26	10,526	729.807	10,480	10,560	10,530
Vencimento em nov/24	96.009,68	10,584	27.682	10,540	10,590	10,590
Vencimento em dez/24	95.259,77	10,643	14.374	10,575	10,645	10,640
Vencimento em jan/25	94.424,21	10,718	1.985.225	10,610	10,805	10,725
Vencimento em fev/25	93.559,48	10,771	1.180	10,700	10,795	10,785
Vencimento em mar/25	92.751,02	10,856	1.208	10,775	10,860	10,860
Vencimento em abr/25	92.004,34	10,899	262.465	10,780	11,005	10,915
Vencimento em mai/25	91.215,65	10,949	1.096	10,865	10,975	10,960

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.395,83	0,48	398.570	5.345,00	5.438,50	5.411,50
Vencimento em ago/24	5.414,44	0,49	6.940	5.425,00	5.450,00	5.446,50
Vencimento em set/24	5.431,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.448,35	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.467,39	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.838,82	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.867,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.895,73	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	120.154	-1,29	31.350	119.750	122.560	120.155
Vencimento em ago/24	121.897	-1,46	185.590	121.330	124.705	121.640
Vencimento em out/24	123.867	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 12/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3885	5,3891	0,69	2,81	11,32	10,36
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4060	5,4066	0,86	3,00	11,42	11,10
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4092	5,5892	0,38	2,49	10,73	10,65
Euro (BC) - (R$/€)	5,8411	5,8439	1,71	2,78	9,20	11,34
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8416	5,8422	1,48	2,57	8,80	11,57
Euro Turismo (R$/€)	5,8875	6,0675	1,27	2,27	8,21	11,23
Euro (BC) - (US$/€)	1,0840	1,0844	1,02	-0,03	-1,90	0,89
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	404,5420	404,5871	1,74	3,05	25,86	31,74
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.323,41	0,37	-0,10	12,50	18,55
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.314,90	0,54	-1,20	12,24	17,86

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	12/06/24	11/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.906,61	152.516,24	152.338,81	173.997,89	-1,06	-0,94	-13,27
Valor-Coppead Mínima Variância	93.535,50	94.160,31	93.649,60	93.533,91	-0,66	-0,12	0,00

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 12/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 11/06/24

Índice	11/06/24	10/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	11/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,43	185,58	183,18	165,54	153,31	-1,16	0,13	10,81	19,65
S&P BNY Emergentes	350,18	353,95	341,77	312,75	297,24	-1,07	2,46	11,97	17,81
S&P BNY América Latina	193,61	194,20	204,45	225,28	204,45	-0,31	-5,30	-14,06	-5,31
S&P BNY Brasil	190,25	189,91	197,69	232,95	205,50	0,18	-3,76	-18,33	-7,42
S&P BNY México	299,57	302,10	329,09	331,67	327,71	-0,84	-8,97	-9,68	-8,59
S&P BNY Argentina	232,21	238,90	262,91	178,27	138,29	-2,80	-11,68	30,26	67,92
S&P BNY Chile	144,12	145,54	148,41	162,12	172,24	-0,97	-2,89	-11,10	-16,33
S&P BNY Índia	2.811,80	2.822,98	2.747,17	2.923,01	2.728,97	-0,40	2,35	-3,80	3,03
S&P BNY Ásia	216,23	219,16	212,76	189,60	176,72	-1,34	1,63	14,04	22,35
S&P BNY China	324,59	329,49	329,83	336,11	323,89	-1,49	-1,59	-3,43	0,22
S&P BNY África do Sul	197,60	198,64	206,33	199,87	235,70	-0,52	-4,23	-1,14	-16,17
S&P BNY Turquia	32,94	34,03	34,31	22,45	17,86	-3,21	-3,99	46,69	84,39

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 12/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	119.936	-1,40	-1,77	-10,62	2,22
IBrX	50.647	-1,41	-1,87	-10,28	2,67
IBrX 50	20.138	-1,36	-1,88	-9,36	4,01
IEE	86.600	-1,57	-0,81	-8,80	-1,66
SMLL	1.956	-1,76	-2,77	-16,89	-12,79
ISE	3.297	-1,65	-1,45	-12,41	-7,64
IMOB	828	-1,12	-0,49	-18,12	-6,51
IDIV	8.449	-1,18	-1,68	-6,89	9,31
IFIX	3.320	-0,44	-1,83	0,27	8,95
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.255	-2,07	-4,46	-19,70	-7,38
IBrX	9.398	-2,08	-4,55	-19,40	-6,97
IBrX 50	3.737	-2,03	-4,56	-18,57	-5,75
IEE	16.069	-2,24	-3,53	-18,07	-10,89
SMLL	363	-2,43	-5,44	-25,34	-20,97
ISE	612	-2,32	-4,15	-21,32	-16,31
IMOB	154	-1,80	-3,22	-26,44	-15,29
IDIV	1.568	-1,85	-4,37	-16,35	-0,95
IFIX	616	-1,11	-4,52	-9,92	-1,28

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 12/06/24	Spread 11/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	378	385	-7,0	8,0	33,0
África do Sul	330	348	-18,0	-28,0	4,0
Argentina	1.481	1.525	-44,0	140,0	-426,0
Brasil	223	225	-2,0	10,0	28,0
Colômbia	304	305	-1,0	1,0	39,0
Filipinas	76	77	-1,0	-2,0	18,0
México	187	188	-1,0	21,0	20,0
Peru	107	111	-4,0	2,0	5,0
Turquia	243	253	-10,0	0,0	-33,0
Venezuela	17.753	17.593	160,0	1.289,0	-6.339,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	31/05/24	355.560
nov/23	348.406	03/06/24	356.576
dez/23	355.034	04/06/24	357.069
jan/24	353.563	05/06/24	357.497
fev/24	352.705	06/06/24	357.843
mar/24	355.008	07/06/24	356.291
abr/24	351.599	10/06/24	355.917
mai/24	355.560	11/06/24	356.150

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	12/06/24	11/06/24	10/06/24	07/06/24	06/06/24	05/06/24
Índice	2.102,20	2.106,64	2.103,21	2.105,49	2.113,18	2.110,59
Var. no dia	-0,21%	0,16%	-0,11%	-0,36%	0,12%	0,01%
Var. no mês	-0,38%	-0,16%	-0,33%	-0,22%	0,15%	0,02%
Var. no ano	1,79%	2,01%	1,84%	1,95%	2,32%	2,20%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 12/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,4500	36,4800	0,14770	0,14780
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3885	5,3891
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3474	36,4385	0,1479000	0,1483000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7687	0,7856
Colon (Costa Rica)	528,5000	531,0000	0,010150	0,010200
Coroa (Dinamarca)	6,8792	6,8797	0,7832	0,7834
Coroa (Islândia)	137,5400	137,8700	0,03908	0,03918
Coroa (Noruega)	10,5073	10,5119	0,5126	0,5129
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7270	22,7490	0,2369	0,2371
Coroa (Suécia)	10,3078	10,3105	0,5226	0,5228
Dinar (Argélia)	134,2760	134,8292	0,03997	0,04013
Dinar (Kuwait)	0,3062	0,3063	17,5922	17,5999
Dinar (Líbia)	4,8466	4,8689	1,1067	1,1119
Direitos Especiais de Saque ***	1,3202	1,3202	7,1139	7,1147
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6730	3,6732	1,4670	1,4672
Dirham (Marrocos)	9,9244	9,9294	0,5427	0,5430
Dólar (Austrália)***	0,6698	0,6700	3,6092	3,6107
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3885	5,3891
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6503	2,6970
Dólar (Canadá)	1,3691	1,3695	3,9346	3,9362
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4533	6,5322
Dólar (Cingapura)	1,3445	1,3450	4,0063	4,0083
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3885	5,3891
Dólar (Hong Kong)	7,8083	7,8084	0,6901	0,6902
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6215	0,6219	3,3490	3,3515
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7658	6,8260	0,7894	0,7965
Euro (Comunidade Européia)***	1,0840	1,0844	5,8411	5,8439
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9607	3,0199
Franco (Suíça)	0,8918	0,8919	6,0416	6,0429
Guarani (Paraguai)	7498,4700	7527,5400	0,0007158	0,0007187
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,7000	0,1324	0,1334
Iene (Japão)	155,8800	155,8900	0,03457	0,03457
Lev (Bulgária)	1,8037	1,8040	2,9870	2,9878
Libra (Egito)	47,6400	47,7400	0,1129	0,1131
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2838	1,2842	6,9178	6,9207
Naira (Nigéria)	1480,0000	1570,0000	0,00343	0,00364
Lira (Turquia)	32,3085	32,3197	0,1667	0,1668
Novo Dólar (Taiwan)	32,1740	32,2090	0,16730	0,16750
Novo Sol (Peru)	3,7430	3,7728	1,4282	1,4398
Peso (Argentina)	902,0000	902,5000	0,00597	0,00598
Peso (Chile)	914,2000	914,5000	0,005892	0,005895
Peso (Colômbia)	4042,6900	4045,1000	0,001332	0,001333
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2245	0,2245
Peso (Filipinas)	58,6900	58,7100	0,09178	0,09182
Peso (México)	18,7420	18,7520	0,2874	0,2875
Peso (Rep. Dominicana)	59,2300	59,6100	0,09040	0,09099
Peso (Uruguai)	39,0900	39,1200	0,13770	0,13790
Rande (África do Sul)	18,3650	18,3825	0,2931	0,2934
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,4366	1,4368
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001283	0,0001283
Ringgit (Malásia)	4,7150	4,7200	1,1416	1,1430
Rublo (Rússia)	88,9955	89,0045	0,06054	0,06055
Rúpia (Índia)	83,4506	83,4676	0,06456	0,06458
Rúpia (Indonésia)	16290,0000	16299,0000	0,0003306	0,0003308
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,9000	0,01932	0,01936
Shekel (Israel)	3,6828	3,6914	1,4597	1,4633
Won (Coréia do Sul)	1365,4900	1366,3500	0,003944	0,003947
Yuan Renminbi (China)	7,2380	7,2415	0,7441	0,7446
Zloty (Polônia)	3,9912	3,9921	1,3498	1,3502

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2335,39	0,01332	404,5420	404,5871

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	12/06/24	11/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.712,21	38.747,42	-0,09	0,07	2,71	13,64	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.465,18	19.210,19	1,33	5,01	15,69	31,66	14.109,57	19.465,18
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.608,44	17.343,55	1,53	5,22	17,30	30,80	12.595,61	17.608,44
EUA	Nova York	S&P 500	5.421,03	5.375,32	0,85	2,72	13,65	24,94	4.117,37	5.421,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.961,55	21.887,34	0,34	-1,38	4,79	10,24	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.975,89	53.134,06	-0,30	-3,99	-7,69	-2,40	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.380,74	1.388,12	-0,53	-1,37	15,52	16,62	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	74.353,88	72.026,69	3,23	7,43	28,57	109,45	32.850,05	74.353,88
Chile	Santiago	IPSA	6.535,26	6.541,45	-0,09	-1,47	5,45	14,79	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.673,79	29.372,51	1,03	-1,81	14,31	34,80	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.568.096,34	1.544.869,31	1,50	-5,05	68,67	310,85	378.695,36	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.532,78	1.514,29	1,22	0,14	9,84	13,50	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.630,86	18.369,94	1,42	0,72	11,22	15,73	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.864,70	7.789,21	0,97	-1,60	4,26	8,47	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.358,83	33.874,48	1,43	-0,39	13,20	25,35	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.906,79	3.857,98	1,27	-0,29	5,37	7,27	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.892,62	2.871,50	0,74	4,45	26,67	42,15	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.245,40	11.175,50	0,63	-0,68	11,32	20,34	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.451,24	1.448,75	0,17	1,35	12,23	14,87	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	931,79	921,25	1,14	3,12	18,42	22,55	714,05	931,79
Hungria	Budapeste	BUX	70.237,82	69.782,02	0,65	3,43	15,87	40,45	49.586,71	70.248,97
Polônia	Varsóvia	WIG	85.072,15	83.878,09	1,42	-1,44	8,43	28,32	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.661,42	6.634,71	0,40	-3,05	4,14	11,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	Feriado	1.119,51	-	-0,55	3,33	8,45	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.627,12	2.586,96	1,55	0,88	9,55	14,25	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.167,59	12.072,92	0,78	1,39	9,25	7,67	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.165,52	10.051,37	1,14	-2,26	36,08	81,89	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	Feriado	-	-1,72	4,45	7,69	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	77.050,81	76.077,31	1,28	0,45	0,21	1,01	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.876,71	39.134,79	-0,66	1,01	16,17	19,86	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.963,10	8.005,90	-0,53	-0,10	1,71	8,90	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.693,91	1.684,15	0,58	-2,07	-7,83	-16,19	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.037,47	3.028,05	0,31	-1,60	2,10	-5,93	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.728,17	2.705,32	0,84	3,48	2,75	3,76	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.937,84	18.176,34	-1,31	-0,78	5,22	-7,56	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.606,57	76.456,59	0,20	3,58	6,04	22,13	62.724,71	76.693,36
Indonésia	Jacarta	JCI	6.850,10	6.855,69	-0,08	-1,73	-5,81	1,90	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.314,63	1.316,10	-0,11	-2,31	-7,15	-15,26	1.314,63	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.048,96	21.792,12	1,18	4,13	22,97	30,04	16.001,27	22.048,96

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Sustentabilidade Com dobro de recursos após aumento de capital, unidade busca parcerias

BID Invest quer setor privado em projetos na Amazônia

PATRICIA MONTEIRO/BLOOMBERG



Naiara Bertão
De Manaus

Cerca de 900 pessoas se deslocaram para Manaus, no Amazonas, neste início de semana para participar da Semana de Sustentabilidade, promovida pela unidade de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BID Invest. A escolha da cidade, segundo o CEO do BID Invest, James Scriven, foi levar o setor financeiro para o centro da pauta da Amazônia e do desenvolvimento sustentável.

Em entrevista ao **Valor**, Scriven explicou que há 20 anos o banco de desenvolvimento promove, a cada dois anos, a semana da sustentabilidade, com o objetivo de reunir especialistas, pesquisadores, ONGs, governos, setor financeiro e interessados nas pautas socioambientais dos países membros. Porém, a de 2024, diz, está com uma agenda particularmente importante: fazer uma chamada para potenciais parceiros de investimentos em projetos da região.

Em junho de 2023, o BID lançou a iniciativa Amazon Forever, um programa guarda-chuva para acelerar o direcionamento de recursos, em escala, para a região. "É uma plataforma para unir todos que querem ter impacto positivo na região do Amazonas, tanto economicamente quanto ambientalmente", conta Scriven. Ele destaca que o Brasil é o maior país, mas não o único, uma vez que a floresta se estende por mais lugares na América do Sul. A intenção da iniciativa é, por meio do diálogo entre vários atores, encontrar soluções criativas e viáveis para os problemas locais e, ao mesmo tempo, levar prosperidade econômica para as pessoas e ajudar as futuras gerações a se beneficiarem da Amazônia.

Para capitalizar os projetos da região, como parte do programa Amazon Forever, o BID Invest anunciou em conjunto com a International Finance Corporation (IFC, membro do Banco Mundial), na COP28, em 2023, a Amazon Finance Network (AFN), rede que reúne instituições financeiras com o objetivo de aumentar os fluxos de investimento, mobilizar capital, promover a inclusão financeira, compartilhar conhecimento sobre soluções financeiras inovadoras e gerar sinergia com o setor público.

Scriven explica que, apesar de este não ser um projeto exclusivo do BID Invest, mas do grupo, ele faz parte de mudanças recentes na estratégia da instituição. Parte delas envolve o reforço financeiro para a área de dívida e equity para o setor privado, sob a alçada do Invest.

> "Quando os setores público e privado se juntam, é quando o desenvolvimento realmente acontece no país"
> *James Scriven*

Na última conferência do organismo em março, em Punta Cana (República Dominicana) , foi aprovado um aumento do capital disponível para o BID Invest da ordem de US$ 3,5 bilhões, acima até do que há hoje disponível (US$ 3,1 bilhões). "O BID sente e está convencido que o desenvolvimento não é apenas financiar governos, mas também financiar o setor privado. Quando setores público e privado se juntam, é quando o desenvolvimento realmente acontece no país", diz.

Isso levou, segundo o executivo, a uma reinvenção do modelo de negócio, para um conceito que chamam de "originate to share", que significa originar oportunidades de investimentos - em muitos casos absorvendo grande parte do risco -, para "compartilhá-las" posteriormente com outros investidores parceiros o financiamento da iniciativa, com o propósito de gerar maior impacto positivo.

A gestão de risco, então, começou a ser cada vez mais importante para o BID Invest. "A outra parte da equação é entender que tipos de risco devemos ser capazes de absorver ou tomar para que esses investidores possam entrar e o impacto seja maior", diz Scriven.

Um dos instrumentos financeiros que já estão no radar para minimizar os riscos de crédito, por exemplo, é o "blended finance", que mistura capital não reembolsável (do BID Invest, por exemplo) com o que pode dar retorno financeiro a investidores. O instrumento já está sendo usado em alguns projetos, como os de infraestrutura. Em alguns casos, o banco aceita tomar o risco de construção e teste de tecnologia de grandes obras para, depois de prontas, os investidores entrarem no projeto.

O executivo também cita o hedge cambial anunciado pelo BID em parceria com o Banco Central e os ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, no começo do ano, que visa diminuir o risco da volatilidade da moeda brasileira perante o dólar para facilitar a entrada de recursos no país.

"Nossa ideia é ser capaz de investir em todos os países que formam a base do Amazonas, mas, para isso, em lugares como o Suriname e Guiana, precisamos ser capazes de assumir mais riscos", comenta.

Scriven conta que, de setembro para cá, já estão no "pipeline" cerca de US$ 150 milhões em investimento sob o novo modelo de negócios, de coinvestimento.

Questionado sobre as ações do BID na recuperação econômica do Rio Grande do Sul, o CEO do BID Invest diz que o presidente do grupo, o brasileiro Ilan Goldfajn, esteve no país recentemente para lançar um pacote de recuperação de R$ 5,5 bilhões, sendo que, destes, R$ 1,5 bilhão já está sendo disponibilizado. Para que o dinheiro chegue ao setor privado, algumas formas são estudadas, como a capitalização de bancos locais que repassem empréstimos baratos a quem necessita se reconstruir ou sobreviver. Scriven lembra ainda que, no caso do RS, o BID Invest deve ajudar na reconstrução da infraestrutura local.

O grupo também tem estudado ações como a troca de parte da dívida de países por preservação ambiental ou ações concretas na agenda socioambiental. Os dois grandes exemplos no mundo dos chamados "debt-for-climate swaps" ou "debt-for-nature swaps" são a ilha de Barbados e Equador.

Barbados fez, em 2022, um acordo para transformar US$ 150 milhões de dívida soberana em recursos para conservar corais e o ambiente marinho local. O Equador, com apoio do BID e da Development Finance Corporation (DFC), aprovou a maior "conversão de dívida-por-natureza" no mundo, em 2023. A operação consiste em uma garantia de US$ 85 milhões do BID e um seguro de risco político de US$ 656 milhões da DFC ao Equador para compra da dívida pública existente em condições mais favoráveis, que reduziu em US$ 1,13 bilhão o custo da dívida. Em troca, o governo equatoriano se comprometeu a preservar Galápagos.

"Existem outras iniciativas sendo discutidas com outros países. Nosso interesse específico é nos problemas climáticos e nos problemas sociais. Acreditamos que veremos muitos exemplos de 'debt-for-nature swap' e outros exemplos liderados pelo BID", diz.

A jornalista viajou a convite do BID Invest

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SRMN HOLDING S.A. DE 29.04.2024

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA E HORÁRIO:** 29.04.2024 - 19h45. **3. CONVOCAÇÃO:** A publicação do edital foi dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **4. QUORUM:** 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas de nº 02. **5. MESA DIRIGENTE:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **6. DELIBERAÇÕES: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I**. Aprovado o Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2023, e a proposta de destinação do resultado verificado no exercício de 2023. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I.** Aprovada a remuneração anual global da Diretoria da Companhia para o período de abril/2024 a março/2025. **7. ASSINATURAS:** MOACIR CARLOS BERTOL - Presidente da Assembleia, Representante da Acionista Controladora e Diretor Geral da Copel Geração e Transmissão S.A.; ADRIANO RUDEK DE MOURA - Representante da Acionista Controladora e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Geração e Transmissão S.A.; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A Certidão da ata da Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária da SRMN Holding S.A., de 29.04.2024, registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20243082851, em 17.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ---------------

Camil Alimentos S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03 - NIRE 35.300.146.735 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), Realizada em 10 de Outubro de 2023

1. Data, hora e local: 10 de outubro de 2023, às 08:30 horas, via videoconferência. **2. Convocação e presenças:** Convocação realizada e reunião instalada nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, ausente o Sr. Jairo Santos Quartiero, Presidente do Conselho de Administração, por motivo de força maior, sendo indicado para presidir a reunião o Sr. Jacques Maggi Quartiero, membro do Conselho. Participaram, ainda, como convidados da reunião, os Srs. Luciano Maggi Quartiero, Diretor Presidente da Companhia, Flavio Jardim Vargas, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, Maria Elena Cardoso Figueira, Presidente do Conselho Fiscal, Rafael Lopes Rodrigues, Controller da Companhia, Bárbara Berbare de Araújo, Gerente Societária da Companhia, bem como os representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), Srs. Renato Postal e William Couto. **3. Mesa:** Presidente: Jacques Maggi Quartiero; Secretária: Bárbara Berbare de Araújo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia, Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao segundo trimestre do exercício social corrente, encerrado em 31 de agosto 2023. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **5.1.** Após a apresentação dos trabalhos da PwC, análises e discussões sobre o tema, conforme recomendação favorável do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia, aprovaram o Relatório da Administração e as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 2º trimestre do exercício social corrente, findo em 31 de agosto de 2023. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes: Jacques Maggi Quartiero, Carlos Alberto Júlio, Cláudia Elisa Pinho Soares, José Antônio do Prado Fay, Thiago Maggi Quartiero, Piero Paolo Picchioni Minardi, Rodrigo Tadeu Alves Colmonero e Sandra Montes Aymoré. **A presente ata é um extrato da ata lavrada em livro próprio.** São Paulo, 10 de outubro de 2023. Mesa: Jacques Maggi Quartiero - Presidente; Bárbara Berbare de Araújo - Secretária. **JUCESP** nº 208.902/24-7 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC.
PROTOCOLO Nº 21.922.782-5
AVISO DEVOLUÇÃO DE PRAZO

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90600/2024- UASG 928750 GMS 600/2024
OBJETO: Aquisição de 167 freezers adesivados para atender ao Programa Leite das Crianças.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/06/2024, às 09h00
DATA E HORA DA DISPUTA: 28/06/2024, às 09h15.
SITE DA DISPUTA: https://www.gov.br/compras/pt-br
VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 590.172,71
AUTORIZAÇÃO: Secretário da Agricultura: 06/06/2024.
INFORMAÇÕES: licitacao@seab.pr.gov.br (41)3313-4112 / 3313-4076
OBSERVAÇÃO: O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas, https://pncp.gov.br/, www.comprasparana.pr.gov.br e site da Secretaria da Agricultura
MOTIVO: retificação Edital no site: https://www.gov.br/compras/pt-br

Curitiba, 11 de junho de 2024.
ELISETE JURASZEK SOURIENT - Pregoeiro(a)/SEAB.

INÊS 249

Investimentos Dispositivo em projeto de lei enquadra carteiras como prestadores de serviços, deixando brecha para tributação; setor reage

Mercado se mobiliza para evitar cobrança de imposto em fundos

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Um trecho da reforma tributária que até aqui passou praticamente despercebido pela Faria Lima vem provocando entre alguns agentes um périplo até Brasília. Trata-se de um item que consta no projeto de lei complementar 68/2024, que incluiu os fundos de investimento na categoria "fornecedor", na figura de um prestador de serviço. Dentre as preocupações está a insegurança jurídica embutida nessa "nova nomenclatura".

Apesar de grande parte do mercado financeiro ainda não ter se dado contra, estar presente nessa lista pode significar, em potencial, mais tributação e menos rentabilidade do lado do cotista. Se não houver mudança, os fundos serão, em tese, passíveis da incidência do IBS (Imposto sobre Bens de Serviço) e do CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços). Segundo agentes que acompanham o assunto, isso pode afetar de forma generalizada a indústria — e de forma direta a rentabilidade dos fundos.

Hoje, as administradoras dos fundos são tributadas. Isso porque são elas as consideradas prestadoras de serviços. O imposto atualmente recai sobre as taxas de administração e as de performance, que são aquelas pagas pelos cotistas às gestoras, por meio de PIS/Cofins e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Para o cotista, na outra ponta, existe o pagamento de Imposto de Renda (IR).

Com o texto atual, contudo, os fundos também podem passar a ser tributados em suas operações do dia a dia, o que tiraria rentabilidade dos cotistas. A medida vale inclusive para os fundos isentos de IR, que são os preferidos das pessoas físicas.

> Se não houver mudança, os fundos serão, em tese, passíveis da incidência do IBS e do CBS

À medida que o tema veio à tona, nos últimos dias, agentes de mercado começaram a se mobilizar, apurou o **Valor**. Representantes da Anbima, associação que reúne participantes das indústrias de mercado de capitais e fundos de investimentos, por exemplo, vem se posicionando e já tomou frente sobre o tema. Com isso, tem mantido interações frequentes com o governo. Nesse movimento, alguns nomes do mercado financeiro mercado já foram também até Brasília nesta semana para conversar com representantes do Ministério da Fazenda.

A superintendente do departamento jurídico da Anbima, Soraya Alves, afirma que a entidade está debruçada sobre o assunto deste a publicação do projeto. A demanda setorial, segundo ela, é que os fundos sejam reconhecidos como não contribuintes, dentro das especificações de "entidades sem personalidade jurídica". E, consequentemente, que não sejam entendidos como prestador de serviço.


DIVULGAÇÃO

Soraya Alves: "Temos uma sinalização positiva da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária"

Em outras palavras, uma fonte explica que, da forma em que está o texto, os fundos serão taxados pela rentabilidade. "Se um fundo de renda fixa capta o seu dinheiro e compra notas do Tesouro, na venda teria a tributação sobre o ganho", diz.

Do lado da Anbima, as expectativas até aqui são positivas. "Estamos tendo uma sinalização positiva por parte da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert). Um dos argumentos é que não podemos ter insegurança jurídica", diz Alves. "É preciso ter clareza de que os fundos não são contribuintes."

Outro ponto que a Anbima vem defendendo é que o texto da reforma traga um tratamento específico aos fundos imobiliários e aos fundos do agronegócio, os Fiagros. A expectativa, segundo ela, é de um ajuste no projeto. Um próximo passo, de acordo com Alves, será levar o tema ao Legislativo.

Na visão de uma das fontes consultadas pelo **Valor**, que vem acompanhando o tema, o assunto deverá ser pacificado junto ao Ministério. "O pleito é tranquilo para a Secretaria entender. o Daniel Loria, que é [diretor] da Sert, é um cara de mercado, entende isso. Então, acredito que a Anbima pontuando isso da forma correta vai conseguir ter avanço na pauta", afirma.

O projeto 68/24 é primeira proposta do governo para regulamentar a reforma tributária, que foi aprovada em 2023. Também conhecida como a Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, o texto tem mais de 300 páginas e 500 artigos.

Procurado pelo **Valor**, o Ministério da Fazenda não comentou.

Fiagro da AZ Quest tem perda após 'Greenwashing'

Adriana Cotias
De São Paulo

A "Operação Greenwashing", deflagrada pela Polícia Federal na semana passada para desarticular organização criminosa suspeita de vender R$ 180 milhões em créditos de carbono de áreas da União invadidas, pegou alguns fundos de investimentos no contrapé. Os portfólios que investem em cadeias produtivas do agronegócio (Fiagro) AZ Quest Sole, AZ Quest Luna e outros exclusivos sob gestão da Azimut Brasil Wealth aparecem entre os que tinham exposição ao Fiagro-FIDC Caeté, que investia no grupo Ituxi, fundado por Ricardo Stoppe. Ele foi um dos alvos dos mandatos de prisão e de medidas cautelares executadas no dia 5.

Ao todo, a AZ Quest tinha uma exposição R$ 53,5 milhões no Caeté, que reunia um patrimônio total na casa dos R$ 60 milhões. Outro R$ 1,7 milhão era de investidores via fundos de gestão patrimonial do braço de fortunas da Azimut no Brasil. O grupo italiano Azimut é também controlador da AZ Quest.

A securitização de certificados de recebíveis do agronegócio


SILVIA COSTANTI/VALOR

Maciel: "tese bonita" por trás

(CRA) lastreados em notas comerciais emitidas pela Stoppe Ltda. foi feita pela Eco Securitizadora. O Caeté, por sua vez, está sob o guarda-chuva da Ceres Asset Gestão de Investimentos. Conforme fato relevante divulgado pela administradora do Caeté, a Vórtx DTVM, o ativo foi remarcado preventivamente a 50% do valor original no dia 7.

Com um patrimônio de R$ 230,8 milhões, o efeito na cota patrimonial do Sole foi de quase 7%, enquanto no Luna, com R$ 543,2 milhões, foi de 1,9%, segundo a gestora. Desde que a Greenwashing veio a público, o Sole, que é listado na B3, registra queda de quase 15%. Já o Luna é um fundo "cetipado", com registro e negociação no mercado de balcão da bolsa, não há transparência da evolução das cotas no secundário.

A tese de investimento entrou no radar da AZ Quest no primeiro trimestre de 2023, segundo Laurence Melo, gestor de crédito privado e executivo-chefe de investimentos (CIO) da divisão de alternativos. Foi primeiro um investidor indireto do CRA Stoppe, até que estruturasse o FIDC Caeté, já que o grupo Ituxi necessitava de um volume que "excedia os limites de concentração do Fiagro AAZQ11", escreveu a gestão na sua carta de agosto. A exposição atual era de 9,83%, segundo a XP, administradora do fundo. No Luna, a gestão investiu praticamente na totalidade das cotas do FIDC, seniores e mezanino.

O investimento foi modulado em tamanho e risco compatíveis com o mandato, mas algumas situações não é possível mapear, diz Melo. "Também temos a frustração de ter sido aparentes vítimas dessa fraude."

De acordo com as investigações, o esquema envolvia a duplicação e falsificação de títulos de propriedade, o que resultou na apropriação ilegal de cerca de 538 mil hectares de terras públicas.

Stoppe era considerado um expoente do mercado de crédito de carbono oriundo de florestas no Brasil. Foi para a Amazônia em 2000 e "no decorrer de duas décadas alcançou um patrimônio relativo a 500 mil hectares nos arredores da região de Lábrea", escreveu a gestão em sua carta aos cotistas.

O grupo Ituxi desenvolveu projetos de conservação ambiental de terras que passaram pela avaliação e certificação da Verified Carbon Standard (Verra), empresa homologada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

"Nosso objetivo era dar retorno para o cliente, fizemos a diligência externa, contratamos os melhores 'advisors' parceiros e a conclusão foi que os ativos eram robustos, a tese por trás era muito bonita", diz Walter Maciel, executivo-chefe (CEO) da AZ Quest. Ele acrescenta que não há questionamento sobre a existência dos créditos de carbono, mas da titularidade da terra, "se é ou não dele".

Em paralelo a cinco mandados de prisão preventiva, a PF fez buscas e apreensão e expediu medidas cautelares, que incluíram a suspensão de agentes públicos e de registros de profissionais no CREA, bloqueios de emissão de Documento de Origem Florestal (DOFs) e o sequestro de R$ 1,6 bilhão. Para Maciel, o episódio arranha a credibilidade dos registros públicos e não coloca em xeque o emergente mercado de crédito de carbono.

Em comunicado aos investidores, a AZ Quest escreve que o pagamento dos direitos creditórios não está garantido unicamente por créditos de carbono objeto da investigação, mas conta com garantia de imóveis, cotas de sociedade e avais pessoais.

Na carta aos cotistas, a AZ Quest tinha relatado que a operação contava com alienação fiduciária de propriedades rurais avaliadas pela IHS Market da Fazenda Catarina, localizada em Lábreas-Amazonas, com mais de 10 mil hectares e valor de liquidação de R$ 14,3 milhões, e a Fazenda Nossa Senhora das Cachoeiras do Ituxi, com 133,2 mil hectares, com valor de R$ 179,2 milhões. A gestora reconhecia que a formalização e regularização das terras na região é um tema complexo, com elevado número de matrículas duplicadas ou sobrepostas que dificultam a identificação e comprovação da titularidade legal. Mas via no Grupo Ituxi um ator diferenciado. "Em nossa diligência legal, técnica e operacional para aprovação da operação, incluindo visita in loco e avaliação imobiliária por empresas terceiras, validamos a metodologia para aquisição de áreas do Grupo Ituxi."

Segundo Guilherme Cunha, sócio-fundador da Ceres, o processo decisório para aquisição dos CRA foi conduzido de acordo com os "mais elevados padrões de diligência, tendo sido realizada auditoria legal no contexto da oferta pública e obtida opinião legal sem quaisquer apontamentos", escreveu em mensagem. De acordo com ele, os documentos e informações levantadas não indicavam violação ou indício de normas, "em especial aquelas apontadas na investigação tornada pública."

FIIs, um hedge contra a inflação

Palavra do gestor



Angelo Ferraretto

Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) têm caído cada vez mais no gosto dos brasileiros. Para citar três indicadores que confirmam esse cenário positivo, basta lembrar: o valor patrimonial desse segmento está acima de R$ 240 bilhões, o número de investidores já supera 2,6 milhões e o índice desses fundos negociado na B3 (Ifix) tem apresentado curva de alta, mesmo com as recentes oscilações.

Há um outro lado, no entanto, pouco lembrado, mas de grande relevância em relação aos fundos imobiliários e investimentos imobiliários em geral. Eles representam um poderoso hedge contra a inflação.

A realidade do mercado imobiliário comprova mais esse benefício dos FIIs. Os contratos de aluguel são, normalmente, indexados à inflação, mas também é comum no longo prazo, a partir de renovações ou revisionais, o aumento acima da inflação. Veja-se o caso dos shopping centers, em que a renda é majoritariamente vinculada às vendas auferidas pelos lojistas e, conforme os preços sobem, isso é refletido também no volume de vendas. A alta costuma ser repassada, total ou parcialmente, para o aluguel.

E a "inflação do shopping" é, em média, maior que o índice oficial (IPCA). A Multiplan, uma das maiores do setor, calculou o "same store rent", que mostra a variação do aluguel em unidades preexistentes (ou seja, sem considerar as novas lojas), e o resultado ficou recorrentemente acima da inflação desde 2006, com exceção de 2020, início da pandemia e 2015, no último contraciclo no mercado imobiliário.

Ademais, em cenários hiperinflacionários, como o vivido pelo Brasil nas décadas de 80 e início de 90, ficou clara a importância dos imóveis para proteção contra a inflação. Como são ativos reais, geradores de renda e com uma tangibilidade maior que outros ativos, os imóveis se tornam bastante defensivos nesses cenários. Com uma oferta estagnada, comum na hiperinflação, e uma demanda agregada crescente via expansão da base monetária, é comum o preço dos imóveis valorizar em linha ou até acima do índice oficial. Em linhas gerais, quem possuía imóvel nesses períodos conseguiu se proteger da inflação.

Vale lembrar que imóveis, principalmente residenciais, são ativos de primeira necessidade, ou seja, independentemente do cenário, pessoas ainda precisam morar em algum lugar. A questão demográfica também é fundamental na equação de demanda nesses casos: populações crescentes e/ou que estão envelhecendo (como no caso do Brasil) elevam a demanda por imóveis.

Deve-se também levar em conta a dinâmica do mercado imobiliário em relação aos juros. Quando a Selic está alta, fica mais caro construir e os imóveis vão para o mercado com preços elevados, para acompanhar a alta dos custos de construção. Mas não adianta aumentar demais os preços porque, nesse caso, as vendas despencam.

Esse quadro contamina o mercado secundário, isto é, os imóveis prontos e ofertados no mercado. O mercado pode estar, por exemplo, com uma média de R$ 10 mil o metro quadrado e os empreendimentos novos estão chegando a R$ 15 mil devido, por exemplo, ao aumento do custo de construção ou ao capital mais caro. Nessa situação, vai-se gerar uma demanda no mercado secundário, porque o comprador, muitas vezes, opta pelo imóvel de R$ 10 mil o metro quadrado e a consequência é uma alta dos preços desses ativos.

Olhando-se esse quadro, conclui-se que o cenário atual é favorável para os FIIs. O mercado está aquecido há pelo menos dois anos, e os juros, embora ainda elevados, estão em queda. O investidor, ao observar esse movimento, tende a olhar com mais atenção opções à renda fixa e a buscar alternativas de maior rentabilidade, como os FIIs. Ele passa a levar em conta o prêmio pelo risco, ou seja, começa a se preocupar com o rendimento menor da aplicação com base na variação dos juros e, em muitos casos, passa a comprar FIIs e até imóveis. O juro mais baixo vai gerar um fluxo de demanda para o mercado, ao mesmo tempo em que possibilita baixar o custo de construção. Une-se o útil ao agradável: uma obra mais barata que terá demanda mais forte.

Portanto, há motivos de sobra para optar pelo investimento imobiliário, o que inclui os FIIs. Além de todas as vantagens, o investidor terá um instrumento poderoso para se proteger contra a inflação, o eterno inimigo que corrói os ganhos das aplicações financeiras.

Angelo Ferraretto é diretor de gestão da Integral Brei
E-mail contato@integralbrei.com.br

Legislação & Tributos SP

Tributário Ministros acataram proposta apresentada pela Advocacia Geral da União e negaram pedido de efeito retroativo

STF decide que FGTS deve ser corrigido pela inflação

Beatriz Olivon e Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não pode ser inferior à inflação. A decisão, por maioria de votos, altera a forma de cálculo feita hoje e segue um acordo firmado entre União e centrais sindicais. Os efeitos do novo entendimento devem começar a valer a partir da publicação da ata de julgamento.

A Advocacia Geral da União (AGU) não disponibilizou o impacto econômico da mudança, mas o Supremo afasta um risco que chegou a ser estimado em R$ 295,9 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

Essa estimativa já havia sido alterada pela própria AGU. Ela considerava o pior cenário de correção, com base no pedido feito pelo partido Solidariedade — que propôs a ação julgada pelo STF — de afastamento da TR e determinação de um índice de inflação para corrigir os depósitos. Seria o cenário mais custoso para a União, em especial pela possibilidade de efeito retroativo.

Hoje, o FGTS rende 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial) e a distribuição de lucros pelo Conselho Curador, que é uma liberalidade do fundo. A partir do voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, a AGU já havia estimado outro impacto. Ele votou para que o FGTS tivesse ao menos a remuneração da poupança (que está em 6,17%) ao ano.

Em recente memorial da Advocacia-Geral da União (AGU) o impacto estimado era de R$ 19,9 bilhões em seis anos, se a remuneração fosse pela poupança.

Nessa semana, o governo apresentou a proposta que acabou prevalecendo na votação de hoje no Supremo. A proposta foi acordada com centrais sindicais, em uma negociação feita a partir da tramitação do processo. Acordaram garantir ao menos a inflação pelo IPCA (que, em 12 meses, está em 3,93%) na correção pela TR e 3% mais remuneração pelo lucro.

Os ministros se dividiram em três propostas. Com Barroso, pela aplicação da poupança votaram André Mendonça, Nunes Marques e Edson Fachin.


ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF
Ministro Flávio Dino: A minha posição é igualmente social; apenas estou cuidando dos mais pobres

O ministro Cristiano Zanin votou para manter a remuneração atual e foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

O ministro Flávio Dino votou pela correção pela TR mais 3%, com remuneração que garanta IPCA em todos os exercícios, conforme acordo realizado entre União e centrais sindicais. O voto dele foi seguido pelos ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo "voto médio", o entendimento de Dino foi a corrente que prevaleceu. Assim, os efeitos da decisão já serão sentidos na distribuição que será feita até 31 de agosto para as contas com saldo até 31 de dezembrode2023.

O julgamento foi marcado por debates entre os ministros sobre a função social do FGTS, ligado ao financiamento de moradia e a necessidade de proteger ganhos dos trabalhadores. A corrente de ministros que se filiava à maior correção do FGTS dizia defender o direito do trabalhador. "Dai ao trabalhador o que é do trabalhador", afirmou o ministro André Mendonça, em um momento em que citaram brevemente questões bíblicas sobre impostos. "Nesse ponto acho que estou mais social do que liberal", completou o ministro.

Já a outra corrente defendia o papel social do FGTS, de financiar moradias dos mais pobres, defendida especialmente por Dino e Zanin. "A minha posição é igualmente social. Apenas estou cuidando dos mais pobres, dos mais pobres que trabalham na construção civil", afirmou Dino. Por uma questão social, ele disse defender o modelo acordado entre AGU e as centrais sindicais.

Segundo Zanin, a procedência da ação teria impacto significativamente desfavorável para a população de baixa renda no Brasil e um acréscimo financeiro pouco relevante para cotistas do fundo no mesmo estado social. Haveria um acréscimo de remuneração anual médio de R$ 188,65 em cada conta de trabalhador que recebe de três a quatro salários mínimos, que correspondem a 15% das contas e 83% do dinheiro do FGTS. Já 1% das contas que tem saldo médio de R$ 163 teriam aumento anual médio de R$ 2.027,00.

> "Milhares de ações discutindo essa correção não serão impactadas"
> *Luis Gustavo Nicoli*

Após a vitória da União, o Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias, afirmou que a decisão permite a continuidade dos financiamentos da casa própria. "Ganham os trabalhadores, os que financiam suas moradias e os colaboradores do setor de construção civil".

O AGU destacou que decisão demonstra que governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz "diálogo construtivo". Nos anos em que a remuneração não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo determinar a forma de compensação.

Para Luis Gustavo Nicoli, advogado trabalhista e sócio do Nicoli Sociedade Advogados, "este acordo visa garantir o mínimo necessário para não sobrecarregar o erário público com o pagamento de indenizações bilionárias e, ao mesmo tempo, assegurar que os rendimentos dos trabalhadores não fiquem abaixo da correção monetária", diz.

Nicoli pondera que o lado negativo da decisão é que a regra só vai atingir os depósitos futuros. "Portanto, as centenas de milhares de ações discutindo essa atualização e correção monetária não serão impactadas. Elas serão julgadas improcedentes", afirma.

Carf decide manter autuação bilionária do Santander

De Brasília

A 3ª Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu manter a validade de uma cobrança de PIS e Cofins de R$ 2,68 bilhões (valor histórico) do banco Santander Brasil. A autuação fiscal já é contestada no Judiciário.

A decisão do Carf deixa o banco em uma situação peculiar: as autuações não foram canceladas na esfera administrativa, mas já existe decisão judicial que afasta a Cofins e a cobrança de PIS está suspensa por liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na prática, nesse cenário, o banco não precisa pagar o valor cobrado pelo Fisco, por mais que o Carf as mantenha válidas. No caso do PIS, poderá ter que fazer o pagamento se a liminar cair.

O banco foi autuado por informar nos anos de 2009 e 2010, na declaração de rendimentos da pessoa jurídica, despesas com PIS e Cofins maiores do que as apontadas na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF). A instituição financeira foi então intimada a apresentar o demonstrativo da apuração.

A Receita Federal verificou que o banco havia deixado de declarar na DCTF valores de PIS e Cofins sobre o faturamento calculado conforme a Instrução Normativa nº 247, de 2002. Teria se baseado em medida judicial (mandado de segurança julgado em 2005 na 2ª Vara de Porto Alegre) para excluir da base de cálculo das contribuições as receitas financeiras.

Em 2015, o Santander obteve decisão favorável sobre a Cofins e tentou aplicá-la no caso concreto analisado pelo Carf, o que derrubaria a maior parte da autuação — seriam R$ 2,3 bilhões só de Cofins e mais R$ 375 milhões de PIS, segundo dados disponibilizados em 2019 (processo nº 16327.721325/2013-18).

O ponto central do processo é a tributação de receitas financeiras dos bancos, em que o caso do Santander foi o "leading case" no STF. Após anos aguardando julgamento, a Corte percebeu que o recurso que tentava derrubar decisão da segunda instância favorável ao banco quanto à Cofins havia sido apresentado pelo Ministério Público e não pela Fazenda Nacional. Como o MP não tem legitimidade para fazer o pedido, essa fatia da autuação foi cancelada. O banco seguiu, portanto, com o leading case só para o PIS.

Contudo, no caso do PIS, depois da decisão desfavorável do STF, o banco obteve liminar que suspende a cobrança até o julgamento de embargos de declaração pelo STF (o que ainda não ocorreu). O ministro Dias Toffoli considerou que o banco tinha decisão judicial favorável e, por isso, não fazia os pagamentos.

No Carf, a advogada do banco, Ana Paula Schincariol Lui Barreto, do escritório Mattos Filho, falou na sustentação oral que o Santander pede a aplicação de decisões judiciais ou o sobrestamento (suspensão) até o encerramento do processo judicial. Ela destacou que o banco havia obtido decisão favorável na segunda instância e que o Plenário do STF reconheceu o trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso) da cobrança da Cofins.

No caso do PIS, além da liminar, a advogada destaca que o recurso da Fazenda não questiona o mesmo argumento definido na segunda instância. Para ela, isso impediria que fosse julgado, mantendo a decisão favorável.

Procurado pelo **Valor**, o Santander informou que se tratava de autuação lavrada para mero acompanhamento do crédito tributário de PIS e Cofins. O banco destacou que o tema já está judicializado, com decisão definitiva favorável em relação à Cofins e aguardando julgamento sobre o PIS, não havendo impacto da decisão do Carf para o banco.

Na sustentação oral, a procuradora da Fazenda Nacional Maria Concília de Aragão Bastos afirmou que o recurso do banco não poderia ser conhecido, porque os paradigmas apresentados não trariam divergência. A Câmara Superior só julga os processos que apresentam divergência em relação a outros julgados.

Nesse sentido foi o voto da relatora, conselheira Semiramis de Oliveira Duro. Por unanimidade, a Turma não conheceu o paradigma e negou o pedido do banco. *(BO)*


DIVULGAÇÃO

> "Quem ajuizou ação antes de 15 de setembro de 2020 ficará protegido"
> *Cristiane Matsumoto*

STF limita impacto de decisão sobre terço de férias

Beatriz Olivon
De Brasília

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) limitou o efeito da decisão que determina a inclusão do terço de férias no cálculo da contribuição previdenciária patronal. O entendimento da Corte, de 2020, vale a partir da publicação da ata do julgamento, ressalvadas as contribuições já pagas e não questionadas na Justiça até a data da ata — essas não serão devolvidas pela União.

Sem a chamada modulação dos efeitos, a decisão poderia custar entre R$ 80 bilhões e R$ 100 bilhões, segundo projeção da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat). Mas, ontem, por maioria de votos, a Corte aceitou o pedido dos contribuintes.

Se os ministros decidissem por não aplicar a modulação, a Receita Federal ficaria livre para cobrar valores que deixaram de ser recolhidos no passado, antes da decisão do STF, que foi proferida em agosto de 2020. Isso seria um problema porque a maioria das empresas, segundo os advogados, ficaria em dívida com a União.

Isso por causa de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2014, contra a tributação. Esse posicionamento se deu em caráter repetitivo, que vincula as instâncias inferiores do Judiciário.

Na sessão de ontem, o ministro Luiz Fux, votou para que a produção de efeitos para o caso se dê a partir da publicação do acórdão, deixando válidos os recolhimentos já realizados sem questionamento judicial ou administrativo. Com o voto dele, se formou maioria pela modulação, acompanhando os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Rosa Weber, que já haviam votado no mesmo sentido.

A Fazenda Nacional havia pedido que o marco da modulação fosse a afetação (reconhecimento da repercussão geral, em 2018). Até a afetação do tema houve o ajuizamento de 5 mil ações. A partir da afetação foram ajuizadas 8 mil ações, segundo o procurador da Fazenda Nacional Paulo Mendes afirmou na sessão. O ministro Luís Roberto Barroso até considerou o ponto, mas manteve o efeito a partir da proclamação da ata (RE nº 1072485).

Segundo a procuradora Flávia Palmeira de Moura Coelho, na visão da Fazenda, a partir da afetação do tema (reconhecimento da repercussão geral da questão), não haveria mais confiança legítima no entendimento do STJ, já que havia a expectativa de um entendimento do STF.

Na prática, com a decisão, ficou de fora da modulação quem pagou e não ajuizou ação até 15 de setembro de 2020. "Quem ajuizou ação antes de 15 de setembro de 2020 ficará protegido", explicou Cristiane Matsumoto, sócia do Pinheiro Neto.

De acordo com Halley Henares, presidente da Abat, a decisão acolhe especificamente as empresas que judicializaram a matéria. "Quem fez a compensação administrativa, discutindo na Receita Federal ou no Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais] entendo que a decisão do STF não protegeu".

"Tendo em vista os valores, foi uma vitória muito importante, porque a maioria dos contribuintes haviam judicializado e tinham decisões que os protegiam do pagamento", afirmou.

Segundo o advogado Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, a decisão protege a segurança jurídica, ao reconhecer que a alteração de jurisprudência dominante do STJ é fundamento suficiente para a modulação de efeitos. Esse entendimento é importante ainda porque prestigia precedentes do STF sobre modulação, segundo o advogado.

Implicações jurídicas do conceito de praça

Opinião Jurídica

Tercio Sampaio Ferraz Junior

A interpretação do termo "praça" tem sido motivo de incerteza, especialmente devido à sua aplicação divergente pela Administração Tributária Federal ao longo do tempo. Os desafios enfrentados a partir dessas divergências de interpretações conduziram a Lei nº 14.395/22 a definir o conceito de praça para efeitos de apuração do valor tributável, buscando, assim, trazer clareza e confiabilidade ao conceito, mormente em vista do contexto jurídico e constitucional que respalda a legitimidade das leis interpretativas, destacando a importância de tais instrumentos para a estabilidade e coerência do sistema legal.

A expressão da Lei nº 14.395/22 define: para os efeitos de apuração do valor tributável, considera-se praça o Município onde está situado o estabelecimento do remetente. Refere-se à legislação anterior (Lei nº 4.502 de 1964) que, para proteger a base de cálculo do IPI, estabelece um valor tributável mínimo em operações praticadas entre estabelecimentos de uma mesma empresa e entre empresas interdependentes, determinando que o valor não poderá ser inferior ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente, quando o produto for remetido a outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica. A partir daí surgia a divergência: se o vocábulo "praça", empregado no inciso I do artigo 195 do RIPI/2010 significaria "cidade", "município", "localidade", "região metropolitana", "todo o território nacional" ou até "nenhum território" (site na Internet).

A Administração Tributária Federal, mediante parecer normativo (Parecer Normativo CST nº 44/1981), sempre interpretara "praça" como sendo uma localidade restrita a cidade ou município, sendo que o Parecer Normativo continua vigente até os dias atuais. Porém, a despeito dessa interpretação e de todo um contexto jurisprudencial, desde o início dos anos 2000, diversos autos de infração foram lavrados pela Receita Federal alargando o conceito de praça, ora para região metropolitana, ora para estado, chegando muitas vezes a considerar praça como sendo qualquer localidade onde o produto industrializado esteja disponível para venda no atacado ("praça" virtual na internet?).

Foi essa divergência e justamente os riscos para a segurança jurídica que conduziram ao comando normativo da Lei nº 14.395/22. Reconhecendo existir nessa oscilação um significado controverso a gerar inconsistência e imprevisibilidade do sentido da norma, o Legislador veiculou comando legal para conferir certeza e confiabilidade ao conceito de praça do remetente da mencionada lei. Seguiu, assim, o dispositivo do art. 106 do CTN – Código Tributário Nacional: "A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa sobre lei interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;".

Determina o CTN tratar-se de lei "expressamente interpretativa". Contudo, não é necessário nem plausível que leis interpretativas se autodenominem interpretativas ou que contenham um modal do tipo "para efeito de interpretação". Aliomar Baleeiro já esclarecia que a fórmula não quer dizer que a nova lei tenha de empregar essas palavras sacramentais, bastando que, ao reportar-se aos dispositivos interpretados, lhes defina o sentido e aclare as dúvidas. Nessa linha, por exemplo, o STJ, veio reconhecer a natureza interpretativa do artigo 11 da Lei nº 9.779/99 (REsp 746.768/MG), a despeito da inexistência de qualquer referência textual expressa nesse sentido.

O comando da Lei nº 14.395/22 tem, efetivamente, um teor interpretativo: Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para conceituar o termo "praça" para os efeitos de determinação do valor mínimo tributável nela previsto. Seu objeto não é meramente alterar o significado de um texto legal, objeto de qualquer interpretação doutrinária, mas determinar por lei que o sentido expresso em lei pregressa tem um teor interpretativo: Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para conceituar o termo "praça" para os efeitos de determinação do valor mínimo tributável nela previsto.

Nem faz sentido recusar-lhe o caráter interpretativo porque enunciaria que altera lei anterior. A expressão altera não autoriza essa conclusão. Como passa de um significado controverso para um significado vinculante (interpretação autêntica), a lei interpretativa sempre altera uma lei anterior. Mas, mediante interpretação, nenhum elemento novo conduz ao texto interpretado, cujo sentido pura e simplesmente determina. O que o Legislador fez foi, assim, reconfigurar os traços denotativos da expressão praça em favor de uma maior confiabilidade, como se a norma interpretada e a interpretação posterior, mediante enunciado prescritivo, constituíssem um só ato normativo. E, ao fazê-lo, exerceu uma competência constitucional: É plausível, em face do Ordenamento Constitucional Brasileiro, o reconhecimento da admissibilidade de Leis Interpretativas, que configuram instrumento juridicamente idôneo de veiculação da denominada interpretação autêntica (STF, MC/ADin 605, Relator Min. Celso de Mello, DJ 05.03.1993).

Tercio Sampaio Ferraz Junior é advogado, professor titular aposentado e Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP; exerce a docência no curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª, 3ª e 4ª SÉRIE DA 83ª EMISSÃO (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de novembro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão – (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 464ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21B0566153) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 464ª Série da 1ª Emissão - (IF 21B0566153), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF SFCL11, SFCL21, SFCL31 E SFCL41) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares das Debêntures", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de agosto de 2021, ("Escritura de Emissão de Debêntures"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de julho de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br, e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos"), identificando no título do e-mail a operação (DEB 1ª, 2ª e 3ª Série da 1ª Emissão – IF SFCL11, SFCL21, SFCL31 e SFCL41), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Escritura de Emissão de Debêntures. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada, quando instalada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 508ª E 509ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22D1289007 E 22D1289008) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de maio de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão - (IF 22D1289007 e 22D1289008), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 189ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1085826) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 06 de dezembro de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 189ª Série da 1ª Emissão – (IF 18L1085826), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 184ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18G0687521) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 184ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 184ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 06 de julho de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 184ª Série da 1ª Emissão - (IF 18G0687521), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES E CONTRATANTE MUTUÁRIA DAS DATAS DOS LEILÕES ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 24/JUNHO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 25/JUNHO/2024 ÀS 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBON SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP n.º 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **VELOCE CRED - EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO - EIRELI, inscrita no CNPJ/RFB sob nº 34.353.008/0001-53**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia, datado de 19 de novembro de 2019, na cidade de Campinas/SP o **IMÓVEL**: Prédio comercial com área construída de 252,92m2 (pavimento térreo com 130,97m2 e pavimento inferior com 121,95m2) e área de terreno de 253.00m2, situado na Rua dos Contabilistas, nº 321, Jardim Nova Cambuí, Campinas/SP, CEP: 13076-430. Matrícula Imobiliária nº 43.053 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. CCM: 3421.24.74.0042.01001. Consolidação da propriedade em 05/06/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.526.500,00. 2º LEILÃO: R$ 1.504.727,96**. O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. **Ficam os Fiduciantes, José Grossi Filho, CPF: 073.284.788-53 e Leda Maria Ricci Grossi, CPF: 150.364.408-11, a Contratante Mutuária, Rile Construções Elétricas Eireli, CNPJ: 53.736.971/0001-60 e o Representante da Contratante Mutuária, Ricardo José Ricci Grossi, CPF: 178.916.688-84,** comunicados expressamente das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Credora Fiduciária e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 233ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1145372) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de junho de 2024, às 14:15 horas**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 233ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1145372), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 36ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 36ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Segunda Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("12ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no **dia 10 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que [illegible] tização, sendo válidas as deliberações de aprovação dos itens (i) ao (vii) da Ordem do Dia tomadas pelos Titulares dos CRI representando 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, em primeira ou segunda convocação, conforme a Cláusula 8.1.2. do Termo de Securitização, sendo que caso não sejam instaladas ou o quórum mínimo para aprovação não seja alcançado, a Emissão não poderá ser vencida antecipadamente, conforme Cláusula 8.1.3 do Termo de Securitização, e as deliberações dos itens (viii) ao (xiii) da Ordem do Dia serão válidas se tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 12ª AGT, em primeira ou segunda convocação, conforme a cláusula 14.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 12 de junho de 2024. Diretora de Securitização

Correios | MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Térreo na Região Jundiapeba em Mogi das Cruzes/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial térreo na região Jundiapeba em Mogi das Cruzes/SP para locação, com objetivo de abrigar a Agência de Correios AC Jundiapeba. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 122,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, cobertura com laje ou gradil de ferro, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, conforme segue: Avenida Presidente Altino Arantes, Rua Professora Lucinda de Bastos, Rua Dolores Aquino, Avenida Lourenço de Souza Franco, Alameda Santo Angelo, entre outras avenidas e ruas comerciais no entorno. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, por intermédio do e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313-8568, ou com Edimarques Macedo, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313-8053

Correios | MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO INTERIOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Carandiru, São Paulo/SP /SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC SHOPPING CENTER NORTE. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 215,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Conceição, Avenida Zaki Narchi, Avenida General Ataliba Leonel, Avenida Otto Baumgart, Avenida Luis Dumont Villares e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br telefone (11) 4313 7885 ou com Zenaide dos Santos, e-mail ZENASANTOS@correios.com.br , telefone (11) 4313 8196.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
GERENTE REGIONAL DE ATENDIMENTO SE/SPM

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA **FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA**, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo / SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAU UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10144359107, datado de 26/04/2019, no qual figura como fiduciante **Severino Freitas da Silva**, brasileiro, solteiro, maior, zelador, RG 638162890-SSP/SP, CPF 695.716.194-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 24 de junho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 270.543,94 (duzentos e setenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 121, no 12º andar ou 13º Pavimento do "Edifício Ferreira Pimpão", situado na Rua Amaral Gurgel, nº 468 – Bairro Vila Buarque, São Paulo/SP, com a área útil de uso privativo de 29,05m², correspondendo-lhe uma quota parte ideal de 1,8889% no terreno e em todas as coisas comuns construídas, o que equivale a 7,2890m² de área comum construída. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 26.389 do 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP.** Obs.: **i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **04 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 173.228,99 (cento e setenta e três mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. megaleilões

Transunião Transportes S.A.

CNPJ: 19.224.852/0001-90 -

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária, 1ª e 2ª Chamadas

Convocam-se todos os Acionistas quites com suas obrigações Estatutárias nos termos do Artigo 27 do Estatuto Social da Transunião Transportes S.A., para participar da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 20/06/2024 em primeira chamada às 10h com no mínimo ¼ dos acionistas com direito a voto, ou em, segunda chamada as 11h com a quantidade de acionistas presentes, na sede da sociedade sito a Rua Tiburcio de Souza, 2478 – Itaim Paulista, São Paulo/SP, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **1** - Renúncia do Diretor Comercial; **2** - Renúncia do Presidente do Conselho; **3** - Renúncia do Conselheiro; **4** - Eleição para os novos cargos da diretoria. **São Paulo, 20/06/2024. Lourival de França Monario – Diretor Presidente**

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 294ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 294ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 14:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 14:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 293ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 293ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 11:45 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 11:45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 11ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 11ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 11:45 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 11:45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 445ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 445ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 10:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 10:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 16ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 16ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRA ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em **primeira convocação em 04 de julho de 2024, às 16:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 23 de julho de 2024, às 16:00 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRa está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 75ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 15:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 15:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 11 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 397ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 17:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 17:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 319ª E 320ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 319ª e 320ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 15:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 15:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 371ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 193ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 16:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 16:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

INÊS 249

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 266ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 266ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **02 de julho de 2024, às 17:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 19 de julho de 2024, às 17:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 267ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 267ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 10:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 10:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 042/2024 – EDITAL 044/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 14/06/2024 até 26/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 26/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 13/06/2024. Ituverava- SP, 12 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 128ª E 129ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1145398 E 19K1145463) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 25 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **03 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do Resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 4.7 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto na Cláusula 6.1, item (i) da Escritura de Emissão de Debêntures, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora de obrigação pecuniária, em decorrência do pagamento intempestivo dos Créditos Imobiliários, uma vez que deveria ter sido liquidado no dia 25 de abril de 2024, mas a Devedora efetivou o pagamento dos Créditos Imobiliários em 30 de abril de 2024, devidamente acrescido dos encargos moratórios. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 128ª e 129ª Série da 4ª Emissão - IF 19K1145398 E 19K1145463), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 13 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

QUINTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 47ª E 48ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 47ª e 48ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quinta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("5ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **02 de julho de 2024, às 14:30 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 5ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 5ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 5ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a declaração de Vencimento Antecipado da CCB, e consequentemente dos CRI, em razão do não pagamento da parcela de amortização referente ao mês de maio de 2024, conforme disposição da Cláusula 4.2 da CCB, em desacordo com a Cláusula 9.1, item (i), da CCB; **(ii)** a não realização da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, e consequente resgate total dos CRI, conforme coobrigação prevista na Cláusula 5.3 do Contrato de Cessão CVC, em desacordo com a Cláusula 6.1, item (v), do Contrato de Cessão CVC; **(iii)** a declaração de Vencimento Antecipado devido a não recomposição do Fundo de Liquidez, conforme as disposições da Cláusula 5.7 e seguintes da CCB e 7.3 e seguintes do Termo de Securitização, em desacordo com a Cláusula 9.1, item (i), da CCB; **(iv)** o congelamento do saldo dos CRI a partir da data da 5ª AGT, sendo certo que caso de pagamentos o saldo será atualizado e remunerado conforme definido nos Documentos da Operação; **(v)** caso uma das hipóteses de declaração de Vencimento Antecipado previstas nos itens (i) ou (iii) seja aprovada, a contratação do escritório Cascione e Boulos Sociedade de Advogados, inscrito no CNPJ sob o nº 10.844.817/0001-08, conforme proposta publicada no site da Securitizadora; e **(vi)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários para a implementação das deliberações desta 5ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamentos aos documentos da emissão dos CRI. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 5ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@framcapital.com. A 5ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 5ª AGT, conforme da cláusula 13.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 12 de junho de 2024. Diretora de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 360ª E 361ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 360ª e 361ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 11:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 11:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.419.923/0001-88 - NIRE 35.300.483.103

Assembleia Geral Ordinária de 20 de Junho de 2024 - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Companhia para Assembleia Geral Ordinária, que seria realizada inicialmente no dia 29/05/2024, e posteriormente no dia 11/06/2024, e por razões de ordem organizacionais, fica adiada, sendo reconvocada para o dia 20/06/2024, às 10:00 horas, via videoconferência, na forma dos artigos 121, parágrafo único e 124 caput e § 2º-A da Lei nº 6.404/76, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting_YjUxNjRhMGUtMzg4ZC00YzZkLTgwNzctMGYwNzNjN2E0ZGUy@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%22b451a433-348f-4e40-9168-a595d0023172%22,%22Oid%22:%22b05440a1-d98b-4afc-98ee-0293c22e1913%22%7D A referida Assembleia Geral Ordinária será realizada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia relativo ao exercício social da Companhia findo em 31/12/2022; (ii) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes para o exercício 2024/2025; (iv) a aprovação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal; (v) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia e (vi) a publicação da AGO sob a forma de sumário. **Informações Gerais**: (i) Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no dia 28 de maio de 2024 no Jornal "O Valor Econômico", e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico juridico@circuitosp.com.br.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

Circuito de compras - Diretor Presidente

FURP | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0199/2023-B – Pregão COMRAS GOV nº 00499/2023 - Processo SEI Nº 266.00000999/2023-163 – Siafem nº 20231592782 - OBJETO: Aquisição de Matéria Prima Farmacêutica (Zidovudina). Realização da Sessão: 26/06/2024 às 10:00 horas no endereço eletrônico: http//www.gov.br/compras. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço. EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o edital nos sites: www.gov.br/compras - UASG 091101, www.furp.sp.gov.br ou www.doe.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA** faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 037/2024 – EDITAL 039/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM PACOTES DE 500G, PARA O ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUVERAVA; EDUCAÇÃO, BEM ESTAR SOCIAL E FUNDO SOCIAL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 14/06/2024 até 26/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 26/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 13/06/2024. Ituverava- SP, 12 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

LET'S RENT A CAR S/A

CNPJ nº 00.873.894/0001-24 - NIRE 35.300.456.319 - Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2024

Data, hora e local: Em 23 de maio de 2024 às 09:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Via de Acesso Engenheiro Ivo Najm, nº3800 - 2º Distrito Industrial (Domingos Ferrari), Araraquara/SP, CEP: 14.808-159. **Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria. **Presenças:** A totalidade dos membros da diretoria, conforme assinaturas apostas no livro de presenças. **Composição da Mesa:** Patrícia Poubel Chieppe, Presidente e André Luiz Chieppe, Secretário. **Ordem do Dia: 1)** Autorizar a inclusão de atividade secundária em estabelecimento filial; **2)** Criar o Anexo I da presente ata com a lista das filiais. **Deliberação Aprovada por Unanimidade:** Os diretores, por unanimidade, decidem: **1)** Os Diretores, por unanimidade, decidem alterar as atividades do estabelecimento filial inscrito no CNPJ sob o nº 00.873.894/0017-91, inscrito no NIRE sob o nº 31902460671, que passará a exercer as abaixo descritas: **Atividade Principal:** 7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor; **Atividades Secundárias:** 4923-0/02 - serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista; 7731-4/00 - aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 7820-5/00 - locação de mão-de-obra temporária; 8299-7/99 - outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente; **2)** Os Diretores resolvem ainda criar a lista de estabelecimentos filiais que seguirá como Anexo I da presente ata. Ficam os Diretores autorizados a tomarem as medidas necessárias para efetivação da presente deliberação. **Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Araraquara - SP, 23 de maio de 2024. Assinaturas: Patrícia Poubel Chieppe, Presidente e André Luiz Chieppe, Secretário. Presentes: Patrícia Poubel Chieppe, André Luiz Chieppe, Ciro Ferreira da Rocha e Ana Sílvia Calegari Gava. Confere com a original lavrada no livro de atas de reunião da Diretoria. Araraquara - SP, 23 de maio de 2024. **Patrícia Poubel Chieppe** - Presidente da mesa; **André Luiz Chieppe** - Secretário da mesa. JUCESP nº 216.951/24-0 em 06/06/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO

sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000201 - Fornecimento futuro e eventual de carne bovina e suína para Diversas Unidades. Abertura: 18/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000229 - Serviços de montagem de layouts e ambientação, incluindo adequações civis, elétricas e hidráulicas para a futura Unidade Franca. Abertura: 03/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000230 - Fornecimento e instalação de placar eletrônico e suporte móvel com tabela de basquetebol para a futura Unidade Franca. Abertura: 01/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000235 - Fornecimento e instalação de tela de proteção para a Unidade Vila Mariana. Abertura: 15/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000236 - Serviços especializados de higiene ocupacional para Diversas Unidades do Sesc. Abertura: 02/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000239 - Serviços especializados em transporte de obras de arte para a Unidade Pompeia. Abertura: 25/06/2024 às 10h30.

PE 2024012000242 - Fornecimento futuro e eventual de café para Diversas Unidades. Abertura: 04/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000243 - Locação de equipamentos de sonorização para Unidade Pompeia. Abertura: 24/06/2024 às 10h30.

PE 2024012000244 - Locação de equipamentos de sonorização, iluminação e projeção para Diversas Unidades. Abertura: 26/06/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

PECINI LEILÕES | BANCO MASTER

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão 21/06/2024 às 16h30 | 2º Público Leilão 25/06/2024 às 16h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Financiamento Imobiliário com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia nº 34904/2015, com Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), firmado na cidade de São Paulo/SP, em 17/12/2015, o **IMÓVEL**: **PRÉDIO PARA RESIDÊNCIA DE UM PAVIMENTO**, situado à Rua Rafael Arnoni, nº 86, Bairro do Tremembé, 22º Subdistrito – Tucuruví, São Paulo/SP. Medidas e confrontações do terreno: de formato regular, 8,00m mais ou menos, de frente para a Rua Rafael Arnoni, igual metragem na linha dos fundos; 30,00m da frente aos fundos de ambos os lados, perfazendo a **Área Total de 240,00m²,** confrontando de um lado com o terreno de prédio nº 6-B, de outro lado e fundos com Rafael Arnoni. **Área Construída de 95,00m²**, não averbada na matrícula, conforme Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel, datada de 02/05/2024 e Laudo de Avaliação realizado em 19/04/2024. Matrícula Imobiliária nº 99.088 do 15º CRI de São Paulo/SP. Cadastro Imobiliário: 109.179.0054-4. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 651.500,00. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 120.966,04**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Consta Ação de Consignação em Pagamento – Processo nº 1002734-64.2024.8.26.0001 da 7ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana - São Paulo/SP, cuja análise fica a cargo do interessado; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** O Arrematante arcará com as custas, despesas e impostos para a regularização dos acréscimos construtivos e benfeitorias junto ao CRI de São Paulo/SP e todos os demais órgãos competentes; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam as Fiduciantes **FÁTIMA DE ANDRADE DE FARIA** - CPF: 672.578.797-53 e **MARINA DE ANDRADE DE FARIA** - CPF: 128.221.377-65, comunicadas das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 60ª EMISSÃO (IF CRA02200D4D) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 60ª Emissão – (IF CRA02200D4D), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MPF | Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90020/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 001697/2024-66. Objeto: Contratação de serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, mediante ressarcimento, em equipamentos odontológicos utilizados pela Assessoria de Odontologia da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - ASODON/SSIS da Procuradoria Geral da República - PGR. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 13/06/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90020-2024. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 27/06/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90058/2024,** referente ao processo nº **024.00086185/2024-30**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE CURATIVOS, EM ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 25/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/06/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00306210972024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90053/2024.

Nº Processo: 024.00170947/2023-02.

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.

Total de Itens Licitados: 01 (um).

Valor total da licitação: sigiloso.

Disponibilidade do edital: 13/06/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 14/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 26/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90060/2024,** referente ao processo nº **024.00065672/2024-69**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 27/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/06/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00306306622024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90020/2024.

Nº Processo: 024.00042454/2024-56.

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.

Total de Itens Licitados: 04 (quatro).

Valor total da licitação: sigiloso.

Disponibilidade do edital: 13/06/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 14/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 27/06/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.